

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

ELIZANE DE SOUZA TELES SILVA

**O PRONOME ELE ACUSATIVO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: UMA
ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA E (SÓCIO)FUNCIONALISTA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018**

ELIZANE DE SOUZA TELES SILVA

**O PRONOME ELE ACUSATIVO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: UMA
ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA E (SÓCIO)FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

Silva, Elizane de Souza Teles.

S58p O pronome ele acusativo na história do português: uma abordagem sociolinguística e (sócio)funcionalista./Elizane de Souza Teles Silva, 2018.
111f.

Orientador (a): Dr. Jorge Augusto Alves da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 101–106.

1. Pronome ele acusativo. 2. Acusativo anafórico. 3. Sociolinguística. 4. Sociofuncionalismo. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III.

CDD: 469.5

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The third-person accusative pronoun in the history of Portuguese: a Sociolinguist and (Socio)Functionalist approach

Palavras-chave em inglês: Third-person accusative pronoun; Accusative anaphoric; Sociolinguistics; Sociofunctionalism.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB); Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS)

Data da defesa: 26 de fevereiro de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

ELIZANE DE SOUZA TELES SILVA

**O PRONOME ELE ACUSATIVO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: UMA
ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA E (SÓCIO)FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 26 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Jorge

Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Instituição: UESB

Ass.: Valéria Diana Sousa

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Instituição: UEFS

Ass.: Silvana Silveira de Farias Araújo

Ao meu pai (in memoriam), Epaminondas Gonçalves de Souza, pelo carinho e ensinamentos;

À minha querida mãe, Belinda Ferreira de Souza, meu alicerce e minha grande incentivadora;

Ao meu amado esposo, Edmundo Teles, por me escolher para caminhar contigo e por sempre estar ao meu lado quando preciso;

À minha princesa linda, Yasmin, presente de Deus na minha vida.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a **Deus**, pelo dom da vida e amor incondicional. Tu és o meu Aba, o meu amado, a minha força, o meu sustento, a minha alegria, a razão da minha existência. Tudo que sou e que tenho é graças a Ti, Senhor;

Agradeço, à **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia** pelo apoio institucional, sobretudo, à **Profª Drª Alexilda Oliveira de Souza**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, por todo incentivo e dedicação ao desenvolvimento desta Instituição. Também sou grata por ter permitido o meu afastamento para realização deste sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva**, um pesquisador de excelência, um exemplo de profissional, que me acolheu e me conduziu nos caminhos da pesquisa. Obrigada pela oportunidade de ser sua orientanda e por todo o conhecimento transmitido;

À **Profª Drª Valéria Viana Sousa**, sempre atenta e cuidadosa com todos. Agradeço pelo carinho, pela confiança, pelo acolhimento no Grupo *Janus* e pela grande contribuição que deste a este trabalho;

Agradeço grandemente às professoras **Drª Elisângela Gonçalves da Silva** e **Drª Silvana Silva de Farias Araújo** por terem aceitado o convite de fazer parte da banca e por todas as contribuições sugeridas para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Agradeço aos **professores e funcionários do PPGLin/UESB** pelos valiosos ensinamentos e presteza dedicada a nós, alunos. Em especial, à Coordenadora, **Profª Drª Maria da Conceição Fonseca-Silva**, que sempre se doou para a implantação e crescimento deste Programa;

À Família **PPG** (GPI e GPG), por todo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

Aos colegas do Mestrado em Linguística, turma 2016.1 e do Grupo Janus: Juli, Jane, Gil, Savanna, Nay, em especial, à grande amiga **Jodalmará Teixeira**, companheira desde a graduação, e ao colega Danilo Brito, por ter me cedido material imprescindível para realização deste estudo.

Ao meu **pai**, Epaminondas (*in memorian*), por ter me ensinado e me conduzido pelos bons caminhos, suas lembranças ficarão para sempre em meu coração; e à minha **mãe**, Belinda, pelo cuidado de sempre e por me fazer acreditar na educação como o maior dos bens, sem a qual eu não teria chegado até aqui;

Ao meu esposo, **Edmundo**, meu amado companheiro, pela paciência, pelo cuidado e apoio em todos os momentos;

À minha filha amada, **Yasmin**, princesa linda que me enche de orgulho e que é uma grande companheira;

Aos meus queridos irmãos, **Luiz Charles** e **Liliane**, e à minha cunhada, **Fabrine**, pelos conselhos, pelas orações e torcida;

Enfim, a TODOS que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização desta pesquisa.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Esta dissertação analisa as formas pelas quais se realiza o objeto direto anafórico na fala de informantes do Português Popular e Culto de Vitória da Conquista – BA, focalizando nosso estudo no uso do **Pronome ele acusativo**, considerado como a variante eivada de preconceito por parte de uma determinada classe social. Partimos do pressuposto de que a função acusativa anafórica vem passando por um processo de variação e gramaticalização, sendo motivada não só por fatores internos à estrutura da língua, mas também pelos fatores externos (sociais). Para isso, embasamos nosso estudo nos pressupostos teórico metodológicos da Sociolinguística Variacionista e do (Socio)Funcionalismo, cujos dados para análise foram extraídos dos *corpora* do Português Popular (PPVC) e Culto (PCVC) de Vitória da Conquista, constituídos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo (Janus). Utilizamos amostras de fala de 12 informantes do Português Popular, os quais foram cotejados com os dados de 12 informantes do Português Culto, ambos estratificados em sexo e faixa etária, e submetidos ao Programa *GoldVarb X*. Os resultados revelam que o uso do **Pronome ele acusativo** tende a ser mais frequente em contextos linguísticos cujo antecedente do objeto apresenta o traço semântico [+humano] e com estruturas simples ocorridas no passado, mas ainda não concluída. Em relação aos fatores sociais, o uso do **Pronome ele** foi favorecido na Faixa II, com informantes do sexo feminino, quando se trata da norma popular. Na fala dos informantes cultos, a frequência dessa variante foi maior entre os jovens e informantes do sexo masculino.

PALAVRAS-CHAVE

Acusativo anafórico. Pronome ele acusativo. Sociolinguística. Sociofuncionalismo.
Gramaticalização.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the anaphoric direct object is produced in the speech of informants of popular and formal Portuguese in Vitória da Conquista - BA, focusing our study on the use of the **accusative pronoun**, considered as a variant of prejudice. We start from the assumption that the anaphoric accusative function is going through a process of variation and grammaticalization, motivated not only by the internal factors of language structure, but also by the external factors (social). For this, we based our study on the theoretical methodological assumptions of Variational Sociolinguistics and Sociofunctionalism, whose data for analysis were extracted from the *corpora* of Popular Portuguese (PPVC) and Formal (PCVC) of Vitória da Conquista, constituted by the Research Group on Historical Linguistics and Sociofunctionalism (Janus). We used speech samples from 12 informants from popular Portuguese, which were compared with data from 12 informants of the formal Portuguese, stratified by sex and age group, and submitted to the GoldVarb X Program. The results show that the use of the **third-person accusative Pronoun** tends to be more frequent in linguistic contexts whose antecedent of the object presents the semantic trait [+ human] and with simple structures occurred in the past, but not yet completed. Regarding social factors, the use of third-person Pronoun was favored in Band II, with female informants, when it comes to the popular norm. In the speech of educated informants, the frequency of this variant was higher among young men informants.

KEYWORDS

Accusative anaphoric. Third-person accusative pronoun. Sociolinguistics. Sociofunctionalism. Grammaticalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Processo de gramaticalização com o pronome latino demonstrativo	60
Figura 2	Gramaticalizado x Em processo de Gramaticalização	61
Figura 3	Posição geográfica da cidade de Vitória da Conquista no mapa da Bahia	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pronomes pessoais latinos	28
Quadro 2	Pronomes pessoais	29
Quadro 3	Pronomes pessoais do PB	33
Quadro 4	Informantes do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista – BA	70
Quadro 5	Resumo das variáveis controladas	79

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Percentual de frequência de duas variantes – Vitória da Conquista (BA) 82
- Gráfico 2 Traço semântico na frequência de duas variantes – nos *corpora* de Vitória da Conquista (BA) 86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Panorama de realização do acusativo anafórico por indivíduos escolarizados e não escolarizados	39
Tabela 2	Representação dos objetos nulos no tempo	41
Tabela 3	Distribuição geral das ocorrências – Vitória da Conquista – BA	81
Tabela 4	Distribuição das variantes preferenciais – amostras do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista (BA)	82
Tabela 5	Traço semântico na realização das variantes – análise geral do PPVC e PCVC de Vitória da Conquista (BA)	83
Tabela 6	Representação do objeto direto nos <i>corpora</i> – Vitória da Conquista – BA	84
Tabela 7	Realização do objeto direto anafórico por falantes do Português Culto com base em outros estudos	84
Tabela 8	Traço semântico na realização das variantes no Português Culto e Popular – Vitória da Conquista (BA)	86
Tabela 9	Tipo de oração no condicionamento das variantes – amostras do PCVC	87
Tabela 10	Tipo de oração no condicionamento das variantes – amostras do PPVC	88
Tabela 11	Tempo verbal no condicionamento das variantes – Português Culto e Popular de Vitória da Conquista (BA)	89
Tabela 12	Frequência das variantes de acordo com o sexo dos informantes – amostras do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista (BA)	91
Tabela 13	Frequência das variantes de acordo com a idade – amostras do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista (BA)	93
Tabela 14	Variável escolaridade na análise dos dados – Vitória da Conquista (BA)	94
Tabela 15	Cruzamento entre as variáveis idade e sexo	95

LISTA DE ABREVIATURAS

SN	Sintagma Nominal
PB	Português Brasileiro
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
CV	Categoria Vazia
NURC	Norma Urbana Culta
PEUL	Programa de Estudos sobre o Uso da Língua da UFRJ
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
PPVC	Português Popular de Vitória da Conquista
PCVC	Português Culto de Vitória da Conquista
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O FENÔMENO	19
2.1 O ELE ACUSATIVO: UMA “DETURPAÇÃO” POPULAR	19
2.2 O ELE ACUSATIVO: SUA ORIGEM CONTROVERSA.....	22
2.3 O ELE ACUSATIVO: DO LATIM AO PORTUGUÊS ARCAICO.....	25
2.4 RECONFIGURAÇÃO DO QUADRO PRONOMINAL: DO LATIM AO PORTUGUÊS	28
2.5 O ELE ACUSATIVO NAS GRAMÁTICAS DESCRITIVAS.....	32
2.6 O ELE ACUSATIVO: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	34
3 POR UMA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR.....	42
3.1 SOCIOLINGUÍSTICA E SÓCIO-HISTÓRIA	42
3.2 VARIAÇÃO E MUDANÇA NUMA PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA	45
3.2.1 MARCADOR, INDICADOR E ESTEREÓTIPO: REVENDO O CASO DO ELE ACUSATIVO	49
3.3 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO	55
3.3.1 OS PRINCÍPIOS DE HOPPER (1991).....	57
3.3.1.1 Estratificação	57
3.3.1.2 Divergência.....	58
3.3.1.3 Especialização	59
3.3.1.4 Persistência	59
3.3.1.5 Decategorização.....	60
3.4 A TEORIA (SOCIO)FUNCIONALISTA.....	61
4 METODOLOGIA.....	63
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	63
4.1.1 PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	64
4.1.2 DESCRIÇÃO DA NOSSA AMOSTRA	66
4.1.3 COLETA DOS DADOS	69
4.1.4 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS DADOS	71
4.2 ENVELOPE DA VARIAÇÃO	72
4.2.1 VARIÁVEL DEPENDENTE.....	72
4.2.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES	73
4.2.2.1 Variáveis Linguísticas	74
4.2.2.2 Variáveis Extralinguísticas	77

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	80
5.1 RESULTADOS GERAIS	80
5.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	83
5.2.1 TRAÇO SEMÂNTICO	85
5.2.2 TIPO DE ORAÇÃO	87
5.2.3 TEMPO VERBAL	89
5.2.4 SÍNTESE DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS.....	90
5.3 VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS	91
5.3.1 SEXO.....	91
5.3.2 FAIXA ETÁRIA	92
5.3.3 ESCOLARIDADE.....	94
5.3.4 SÍNTESE DAS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA.....	107
APÊNDICE B – FICHA SOCIAL DO INFORMANTE.....	111

1 INTRODUÇÃO

A história recente do Brasil tem posto em evidência fatos linguísticos que, embora pareçam marginais, refletem os valores de nossa sociedade: vivemos social e linguisticamente polarizados. Algumas observações feitas sobre os usos populares demonstram como os fatos de língua corporificam valores sociais. A transcrição de um trecho de discurso feito pelo ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, leva-nos diretamente sobre a questão objeto de nosso estudo. Naquela ocasião, após celebração de missa de um ano em sufrágio da esposa, o ex-presidente disse: “Se votam com ódio, votaram contra um homem que tem muita paz. Vou matar eles (sic) de ódio por não ter ódio¹.” O repórter responsável pela edição da fala de Lula apressou-se de imediato em acrescentar o sic (= assim) para dizer que qualquer reprimida a tal emprego não deveria cair sobre ele, mas exclusivamente sobre seu autor.

Como tivemos oportunidade de examinar, a realização do objeto direto anafórico tem suscitado a curiosidade de vários pesquisadores no âmbito dos estudos linguísticos no Brasil por ser um fenômeno em variação. Distanciando-se dos preceitos da gramática normativa, que considera como adequado o uso da forma pronominal do caso oblíquo na função acusativa, verificamos quatro formas de preenchimento do objeto direto no vernáculo do Português Brasileiro, a saber, por um: i) clítico (Eu *o* conheço); ii) sintagma nominal (Eu conheço *João*); iii) pronome acusativo (Eu conheço *ele*); ou iv) objeto nulo (Eu conheço \emptyset).

Nos exemplos², somente as respostas em (i) e (ii), que mostram, respectivamente, o uso do clítico acusativo e do sintagma nominal lexical (SN) pleno, são aceitos pela gramática normativa, contudo, as sentenças em (iii) e (iv), que apresentam o pronome sujeito em função acusativa e um objeto nulo (categoria vazia), têm sido as formas preferencias dos falantes do vernáculo português, embora sejam rejeitadas pela gramática tradicional (OMENA, 1978; DUARTE, 1986; MONTEIRO, 1994).

Destarte, esta dissertação se justifica pela necessidade de identificar as estratégias de realização do objeto direto anafórico pelos falantes da comunidade de Vitória da Conquista. Nesse intuito, traçamos como objetivo principal reconstruir a história do **pronome ele acusativo** no Português do Brasil, estabelecendo uma comparação entre as normas popular e culta.

¹ <http://noticiasdopassaro.com.br/em-missa-de-1-ano-da-sua-esposa-marisa-lula-se-emociona-e-diz-nao-posso-respeitar-uma-decisao-baseada-em-uma-mentira/aceso> em 04.02.2018

² Exemplos criados pela autora para fins elucidativos.

Em vista disso, conjecturamos que ainda não se efetuou um processo de mudança linguística em relação à realização do acusativo anafórico, dado que as variantes/ “camadas” ainda concorrem entre si na fala dos indivíduos conquistenses. Ademais, presumimos que essa função esteja passando por um processo de gramaticalização e que a alternância de uso entre as variantes esteja condicionada linguisticamente por fatores semânticos (animacidade), morfológicos (tempo verbal) e sintáticos (estrutura do período), além da influência dos fatores sociais ou extralinguísticos, como sexo, faixa etária e nível de escolaridade.

Nessa perspectiva, lançamos as seguintes hipóteses que estão intimamente correlacionadas: a) O **pronome ele acusativo**, por ser muito produtivo no vernáculo conquistense, encontrar-se-ia num processo de variação estável; b) Essa variante sofreria estigma na comunidade, por estar fora dos preceitos da tradição gramatical, sendo alternativamente substituída pela variante anáfora zero/categoria vazia; c) Por ser a forma não-padrão mais estigmatizada, o **pronome ele acusativo** seria mais frequente entre os falantes menos escolarizados; d) A forma mais inovadora – a categoria vazia, por ser menos estigmatizada, seria mais utilizada pelos falantes que dominam a norma culta; e) O clítico acusativo, a forma canônica, quase não seria mais utilizado no vernáculo conquistense, aparecendo com maior frequência na escrita.

No tocante ao condicionamento social, inferimos que: i) o homem tende a usar mais a variante estigmatizada e a mulher a forma de maior prestígio; ii) os jovens tendem a utilizar mais a categoria vazia por ser a forma inovadora e o **Pronome ele acusativo** seria mais utilizado pelos mais velhos, por serem mais conservadores; e iii) os falantes do Português Culto tendem a utilizar mais a categoria vazia, por ser a variante inovadora de prestígio, como estratégia de esquiva ao clítico, ao passo que os falantes do Português Popular tendem a utilizar o **Pronome ele acusativo** por se tratar da variante estigmatizada.

A fim de constatarmos essas hipóteses, traçamos como objetivos descrever e caracterizar as normas culta e popular da comunidade de Vitória da Conquista – BA; cotejar as duas normas comparando com resultados de outras pesquisas nacionais; verificar a frequência de uso entre as variantes e quais contextos (extra)linguísticos favorecem o uso de uma ou da outra; além de contribuir com mais informações sobre o fenômeno e com a descrição do vernáculo conquistense.

Para tanto, organizamos a presente pesquisa em seis seções. Na presente seção, tecemos as considerações iniciais e apresentamos as nossas hipóteses e objetivos. Na segunda seção, nomeada *O FENÔMENO*, dedica-se a tratar acerca do percurso histórico feito sobre o “pronome ele/ela” na função de acusativo (o **ele acusativo**) na História da Língua Portuguesa

do Brasil, também denominado “pronomes lexical” (considerando suas flexões), desde a tradição latina até o português moderno.

Na terceira seção, intitulada *POR UMA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR*, tratamos sobre as Teorias que fundamentam a nossa pesquisa – a Sociolinguística Variacionista, em consonância com a Sócio-História; o Funcionalismo Linguístico, e sua interface com o (Socio)funcionalismo.

Na quarta seção, *METODOLOGIA*, ancorando-nos nos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos fornecidos pela Teoria da Variação e Mudança Linguística propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006), apresentamos o perfil sócio-histórico da comunidade linguística selecionada para o desenvolvimento da pesquisa, como se deu a coleta de dados e as entrevistas, além de descrevermos os *corpora* analisados e os critérios adotados para a elaboração das hipóteses explicativas responsáveis pela escolha das variáveis controladas.

Por fim, na quinta seção, *ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS*, ao descrevermos os resultados estatísticos apresentados pelo Programa *GoldVarb X*, procuramos, primeiramente, discutir as variáveis linguísticas e extralinguísticas que favoreceram o uso das variantes no preenchimento do acusativo anafórico no vernáculo conquistense, cotejando as normas popular e culta. Além disso, buscamos também verificar se as nossas hipóteses foram ou não comprovadas, tentando comparar, quando possível, com os resultados encontrados por Omena (1978), Duarte (1986) e Monteiro (1994).

Enfim, na sexta seção, *CONSIDERAÇÕES FINAIS*, fazemos um resumo dos resultados alcançados com a nossa pesquisa, apresentando a nossa percepção a respeito das estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico na comunidade linguística de Vitória da Conquista, particularmente, acerca da história do **Pronome ele acusativo** no vernáculo português. Assim convidamos o leitor a apreciar o nosso trabalho por trazer resultados que contribuem para a comunidade acadêmica de um modo geral, com dados atualizados a respeito desse fenômeno na comunidade de fala analisada.

2 O FENÔMENO

Nesta seção, fazemos uma revisão sobre o “pronome ele/ela” na função de acusativo (o **ele acusativo**) na História da Língua Portuguesa do Brasil, também denominado “pronome lexical ele” (considerando suas flexões). A escolha do tema deu-se graças à constatação de que o uso do pronome ele na função de acusativo remetia aos usos populares atávicos, ou seja, à língua dos primeiros lusitanos e que permaneceria vivo no Brasil, expandindo-se para os falantes cultos. Nessa perspectiva, iniciamos nossa discussão sobre o fenômeno lançando mão de dois textos basilares para nosso estudo: as ponderações feitas por Herbert Palhano (1958) e por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1970). A primeira obra foi produzida à égide do “evolucionismo linguístico” a qual previa que cada estado de língua (*état de langue*) seria um degrau na evolução das línguas em rumo à simplificação. O segundo texto origina-se de uma análise estruturalista feita por Câmara Junior, que, do ponto de vista geográfico e histórico, trata do uso do pronome ele (**ele acusativo**) com base em textos de diversos períodos de nossa história linguística.

Partindo desses dois textos, fizemos o seguinte percurso: primeiramente, na subseção 2.1, tratamos da “deturpação” popular associada ao **ele acusativo**; em seguida, na subseção 2.2, buscamos a sua origem controversa. Na subseção 2.3, fizemos um percurso do **ele acusativo**, desde o Latim ao Português Arcaico. Na subseção 2.4, mostramos como o quadro pronominal se reconfigurou, apoiando-nos nas gramáticas latinas e normativas. Na subseção 2.5, por sua vez, dedicamos à visão do fenômeno pelas gramáticas descritivas. E, na última seção (2.6), relatamos como os linguistas contemporâneos abordam o **ele acusativo**, fazendo uma revisão da literatura.

2.1 O ELE ACUSATIVO: UMA “DETURPAÇÃO” POPULAR

O uso do **ele acusativo** na Língua Portuguesa esteve por diversas vezes associado ao uso estritamente popular (num sentido pejorativo, quando popular opunha-se ao clássico literário ou ao estilo formal e cuidado). Mesmo no campo da literatura canônica, as ocorrências do **ele acusativo** estão ligadas à norma popular e ao povo, como no seguinte exemplo de Machado de Assis, em que se reproduz a fala de um escravo liberto falando sobre outro escravo. Brás Cubas (personagem que dá nome à obra de Machado de Assis) faz-lhe uma pergunta à qual o liberto responde nos seguintes termos:

- Fez-te alguma coisa? - É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje **deixei ele** na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber. (ASSIS, 2010, p. 95, grifo nosso).

Do trecho tirado de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, identificamos claramente o fenômeno linguístico inerente à variante do Português Popular do Brasil: o **ele acusativo**.

Passemos a analisar o fenômeno com base em Palhano. Segundo Silva (2005), *A língua popular*, livro escrito por Herbert Palhano, aparece em 1958 como uma versão ampliada de outro livro do mesmo autor, intitulado *Estudos de Linguagem* e publicado em 1952. O professor Palhano é um especialista em português arcaico com estudos e publicações sobre *O Leal Conselheiro*. Filólogo reconhecido e com amplo conhecimento de lexicologia, Palhano (1958, p. 7) propõe-se a discutir a língua de “nosso povo”, “a fala popular, deixando fora de cogitação os acidentes da linguagem desta ou daquela região”, ou seja, não se trata de um estudo dialetológico, mas enseja dar conta de uma língua popular geral. Palhano (1958) opõe a língua popular à língua literária e acrescenta que “[...] língua literária e língua popular coexistem sempre sob um nome comum [...]” (PALHANO, 1958, p. 13).

Embora Palhano (1958) afirme que a evolução é um curso natural à língua falada, língua viva, oposta à língua literária (língua cerceada pela tradição gramatical), refere-se à variedade popular a ser descrita como uma deturpação, como demonstra o seguinte trecho em que o autor opina sobre a propagação de uma variante popular nos meios *não-populares*, ao afirmar que:

Quando o indivíduo *malfalante* granjeou certo prestígio no seio do grupo a que se vinculou, então irradia sua influência sobre os demais, legando-lhes todas as *deturpações* linguísticas que involuntária e inconscientemente perpetrrou. (PALHANO, 1958, p. 35, grifo nosso).³

In casu, conforme Palhano (1958), a ação do povo sobre a língua teria alterado a relação dos pronomes pessoais com os seus referentes discursivos; destarte, a língua popular careceria da gradação das pessoas a qual teria sido mantida na literatura. Além dessa perda de gradação, observou também o uso do pronome reto com preposições (“entre eu e tu”) e da mesma sorte a existência de construção como “vi ele/ela”, em contraponto ao “vi-o/a”. (PALHANO, 1958, p. 43-44).

³ A observação feita por Palhano é pertinente ao fato de em nosso estudo cotejarmos duas normas linguísticas: a culta e a popular.

Tido por solecismo (ALMEIDA, 2001), isto é, vício de linguagem (erro de sintaxe) só é tolerado quando for feito com “intenção estilística” (CAMARA JR, 1984, p. 224). Câmara Jr, eminente linguista do século XX, reconhece o **ele acusativo** como um “[...] dos traços característicos do português do Brasil.” (CÂMARA Jr, 1984, p. 47). No entanto, mesmo reconhecendo que é um linguajar muito brasileiro, não se exime de aplicar censura ao afirmar que “[...] o ensino escolar o condena, e estamos de acordo em se ver aí um ‘erro’.” (CÂMARA JR, 1984, p. 47, grifo nosso).

Se Palhano (1958) retrata o **ele acusativo** como um traço da língua popular do Brasil, um caso de variação diafásica, Câmara Jr (1972) reconhece nele um caso de variação estilística, em termos sociolinguísticos, ao afirmar que:

É, todavia, um traço geral típico do português oral de todos os níveis sociais no Brasil; só o evitamos em certas situações nas quais aquele que fala sente toda sua responsabilidade de homem instruído e, mesmo assim, ele não chega sempre a eliminá-lo de todo. (CAMARA JR, 1972, p. 48).

A tenaz observação feita pelo preclaro linguista demonstra-nos que:

- a) O uso de **ele acusativo** não está restrito às camadas populares;
- b) O uso de **ele acusativo** está em variação com a forma preconizada pela Tradição Gramatical;
- c) O uso de **ele acusativo** suscita no utente uma avaliação consciente de adequação estilística ([-formal] vs [+formal]).

Adentrando à questão do uso, agora não mais na língua oral, Câmara Jr (1972) relaciona-o à Língua Pré-clássica ou Arcaica e, para tanto, evoca a autoridade incontestável da Filologia, campo profícuo em que atuou Palhano (1958). Devemos notar que Palhano (1958) não menciona a origem do **ele acusativo**, limitando-se apenas a determinar-lhe a característica de uso. Seria, pois, o **ele acusativo** (inexistente em terras lusitanas de hoje) um atavismo como costuma ocorrer em línguas transplantadas? A resposta para tal questão vamos buscá-la em Cândido de Figueiredo (1923).

Cândido de Figueiredo (1923) vai além do solecismo ao classificá-lo como arcaísmo, um atavismo já esquecido em terras lusitanas. Sua manutenção estaria ligada ao povo iletrado que a aprendeu de boca dos primeiros colonizadores e, por questões sociais, conservou-a já que se manteve distante da ação normatizadora da educação formal escolar.

Desse esboço histórico da questão, podemos tirar três conclusões:

- a) O emprego do **ele acusativo** não é uma inovação da variante brasileira; no entanto, a sua permanência em terras brasileiras e a frequência de uso são traços que podemos relacionar à nossa variante;
- b) O emprego do **ele acusativo** está relacionado aos usos populares (por ser considerado *solecismo*); no entanto, é de emprego comum também em meios não-populares, mas é evitado em situações monitoradas;
- c) O emprego do **ele acusativo** suscita uma reestruturação do quadro dos pronomes pessoais, havendo, portanto, a necessidade de uma nova configuração daquele quadro com base no uso.

Apresentamos, na subseção seguinte, uma discussão a respeito das teorias que tentam explicar a origem do **ele acusativo** no Português do Brasil.

2.2 O ELE ACUSATIVO: SUA ORIGEM CONTROVERSA

É inegável a existência do **ele acusativo** na Língua Portuguesa antes de os portugueses chegarem ao Brasil, segundo Câmara Júnior (1957); no entanto, a sobrevivência de tal construção em terras brasileiras e, praticamente sua ausência na variante portuguesa⁴, tem dividido estudiosos quer filólogos quer linguistas. Vamos à controvérsia.

Silvio Elia (1979), ao tratar de características peculiares ao Português do Brasil, mais especificamente ao Português Popular, afirma que se verificam várias situações de simplificação estrutural, oriundas de contatos linguísticos que teriam dado vazio ao surgimento de uma forma considerada por ele semicrioulo. Apoiando-se em nossa história, chega a afirmar que, *in terra brasilis*, surgiu um semicrioulo ou um crioulo secundário⁵ sem que houvesse um estado de *pidgin*. Para sustentar sua afirmação, apresenta algumas características morfossintáticas facilmente encontradas em situações de contato linguístico, tais como: a simplificação das flexões verbais e nominais (francamente percebida em semicrioulos de base francesa), a existência de reconfiguração de quadros pronominais, tais

⁴ Câmara Júnior (1957), em homenagem a André Martinet, redige em francês um esclarecedor capítulo em que reúne evidências da superveniência do *ele acusativo* no Português Brasileiro, inclusive em sua literatura canônica.

⁵ Silvio Elia usa a denominação "crioulo secundário" por inspiração de Valkhoff e para o termo "semicrioulo" a inspiração foi de Silva Neto (1986 [1950], p. 97).

como o **ele acusativo** e o uso do pronome reto como oblíquo e o emprego diversificado de preposições⁶.

Assim posto, a ocorrência do **ele acusativo** não seria o produto da superveniência de uma característica atávica, mas o resultado da recomposição no quadro de pronomes de nossa língua com base nos elementos da língua lexificadora. Tal fenômeno não se restringiria ao **ele acusativo**, mas faria brotar um uso inaudito em terras portuguesas: o *lhe-acusativo*, tal como observou Sebastião da Almeida Dalgado (1998 [1900]) ao tratar do crioulo português de Goa. Dalgado (1998) reconhece que podem ser vistas muitas aproximações fonéticas (como o iéismo) e lexicais entre o português do Brasil e o português falado em Goa. Segundo ele, o *lhe acusativo* era um traço evidente dessa proximidade, o qual, a nosso juízo, poderia ter surgido por analogia ao **ele acusativo**.

Por outro lado, houve voz contrária a essa posição teórica e justamente contra ela levantou-se Sousa da Silveira (1952), em suas clássicas *Lições de Português*. Para o preclaro filólogo, o uso de **ele acusativo** era nada mais nada menos do que um arcaísmo, uma das velharias lusitanas, esquecida pela língua de Camões. Segundo Silveira (1952, p.131), não apenas o **ele acusativo**, mas o *mi* ou o *mim*, o *ti* e o *si* poderiam ser usados como acusativo e, para demonstrar o que afirmou, cita dois exemplos extraídos da *Crestomatia Arcaica* de J. J. Nunes⁷:

- (1) “Quen vus ouve, min ouve” (Apud Nunes, *Crest. Arc*, 26)
- (2) “E Judas dezia a Josef que tomasse ele per servo” (ibid, 94)

Faz eco a essa “lição”, Rui Barbosa para quem “Eu vi ele” ou “Eu deixei ele” figuram em “bastantes casos” nos clássicos antigos. A que conclusão chega o autor: essa construção é mera sobrevivência no Brasil de antiga construção lusitana. No entanto, sua superveniência estaria circunscrita aos espaços em que a ação da *urbanitas* (formação de uma sociedade urbana) não se fez plenamente, quer nos rincões quer nos espaços citadinos em que a

⁶ O filólogo brasileiro Silveira Bueno em *Estudos de Filologia Portuguesa* (1967) discute alguns alegados brasileirismos, dentre eles os reconhecidos por Silvio Elia como resultantes do contato. Com exemplos retirados de clássicos portugueses, Silveira Bueno demonstra que podemos encontrar tais fenômenos em Portugal, chegando a afirmar que “fácil, entretanto, será demonstrar-lhes que toda essa novidade não passa de velharias muito portuguesas, heranças religiosamente conservadas pelo povo desde os primeiros tempos do idioma europeu.” (BUENO, 1967, p. 210). As afirmações de Bueno são bastante exageradas, pois não levam em conta fatores como a licença poética e a necessidade rítmica, já que a maioria dos exemplos citados é de cunho literário.

⁷ Em homenagem ao autor, reproduzimos *ipsis litteris* sua citação mesmo em afronta à norma NBR NBR 10520 da ABNT.

educação não cumpriu seu papel. Assim dito, não seria de se espantar que o **ele acusativo** recebesse a alcunha de “solecismo”, termo eivado de preconceito, já que figura entre os “vícios de linguagem”.

Seria, pois, oportuno conjecturarmos que a forma seria apenas tida como arcaica e, portanto, uma preciosidade na língua, ainda viva em nossa variante; mas, para rejeitar-lhe a vernaculidade por anciania, Câmara Jr (1975 [1957]) pondera que os exemplos retirados de textos arcaicos centram-se em casos raros em que a “ênfase” seria a marca da construção.

Nesse sentido, Câmara Jr (1975 [1957], p.48) vê uma situação de reconstrução do sistema pronominal e, para tanto, postula três possíveis explicações: a) sobrevivência do passado, b) evolução fonética inteiramente mecânica e c) uma extensão analógica. Após apresentar evidências que possam sustentar ou não as postulações, Câmara Jr (1975, p. 48) vai concluir que: “[...] Condições específicas do Português do Brasil favoreceram, pois, uma profunda evolução morfológica, que estava estruturalmente prefigurada no sistema pronominal do português.” Silva (2005) analisou o posicionamento teórico de Câmara Jr sobre a formação do Português do Brasil e conclui que o linguista, embora reconheça historicamente o papel dos aloglotas na formação de nosso vernáculo, posiciona-se pela sobreposição do português ao bilinguismo reinante na Colônia e, por fim, reconhece que a variante lusitana e a variante brasileira são diferentes porque são “dois territórios nacionais distintos” (CÂMARA JR, 1979 [1975], p.30) e que o surgimento da “subnorma”, entenda-se, o Português Popular do Brasil, ainda está por se explicar.

Em nota filológica presente no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2000), podemos observar que o uso do **ele acusativo** é reconhecido como arcaísmo, já que, ouçamos os autores, “[...] aparece, esporadicamente, em textos arcaicos, mormente com valor enfático, na função de objeto direto [...]”, tal como sinalizou Sousa da Silveira (1952). Cotejando os dois testemunhos, podemos verificar que o **ele acusativo** parece restringir-se à forma estritamente escrita⁸ do Português Arcaico e seu uso estaria ligado a um recurso estilístico: a ênfase. Nesse sentido, somos levados a concordar com a observação feita por Silva (2005), quando ele apresenta evidências científicas contra os que querem ver nos atavismos lusitanos a origem de fenômenos recorrentes no Português do Brasil:

⁸ Pode parecer estranho que se use como corolário a invocação de os textos arcaicos serem escritos, o que seria óbvio já que os testemunhos dos que viveram há séculos não poderiam ser registrados; no entanto, a comparação de textos esclarece tal situação: notoriamente, havia textos que eram escritos para serem lidos em voz alta (tal como as canções e peças teatrais) e outros que poderiam ser lidos, mas sem essa necessidade premente (tais como documentos legais, atas, tratados). Com base nisso, Leite de Vasconcelos (1912) observa que formas podem estar mais próximas do uso popular, justamente em textos destinados à audição do povo iletrado.

Sousa da Silveira contesta categoricamente, em 1952, as afirmações feitas por Mendonça. O argumento principal de Silveira para contrapor as ideias de Mendonça fundamenta-se no caráter arcaizante do português do Brasil, isto é, os fenômenos linguísticos supostamente gerados a partir do contato entre negros africanos, índios americanos e brancos portugueses são formas vivas de construções já desusadas em Portugal e que foram transplantadas para o Brasil no período da colonização. Dois argumentos centrais põem em dúvida o mito da conservação no português brasileiro. O primeiro vem de Celso Cunha que, em artigo de 1984, afirma serem as alegadas formas arcaicas realizações fonéticas regionais e não comuns em todo o país. O segundo é feito por Mattos e Silva (MATTOS E SILVA, 2004, p.136) que, ao tratar do alçamento e centralização das vogais, vê a possibilidade de interpretar tais características como associadas aos "sistemas vocálicos dos africanos que chegaram ao Brasil". (SILVA, 2005, p. 78).

Em suma, podemos ver que existem duas correntes opostas em relação à origem do uso do *ele* como acusativo: a primeira relaciona-o ao atavismo lusíada atestável em documentos do Período Arcaico; a segunda que aponta para uma influência de aloglotas na alteração da categoria do pronome *ele*, que passaria de dativo para acusativo, perdendo a preposição *a/para*.

2.3 O ELE ACUSATIVO: DO LATIM AO PORTUGUÊS ARCAICO

A origem dos pronomes pessoais e mais precisamente do pronome *ele* é lugar comum na descrição histórica da composição dos quadros pronominais da Língua Portuguesa. Segundo Coutinho (2011, p.253), “[...] de todas as classes de palavras são os pronomes pessoais que mais fielmente guardam os vestígios da declinação latina”, ou dizendo melhor, os pronomes tendem a conservar a divisão existente na língua mãe:

- a) Caso reto vs caso oblíquo;
- b) Caso reto ocupando a função de sujeito ou predicativo do sujeito;
- c) Caso oblíquo assumindo as demais funções lógicas;
- d) Formas especiais para demarcar a diferença entre os casos.

Do ponto de vista histórico, a inexistência de pronomes pessoais de terceira pessoa tornou necessária a “vinda” de outra forma pronominal para preencher essa lacuna. Tal fato fez com que, no Latim Vulgar, os pronomes demonstrativos passassem a ocupar os casos oblíquos. Em seu *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Nunes (1975 [1910])

destaca que o Latim Vulgar não possuía uma forma específica para o pronome pessoal de terceira pessoa, recorrendo aos demonstrativos latinos *hic*, *iste*, *ipse*, *is*, *idem*, ou *ille*. O demonstrativo *ille* foi a forma preferencial para o masculino, empregado pelo Latim Vulgar, que representa *ele* e *el*, em português; e *illa* para o feminino, correspondente a *ela*. Ambos foram pluralizados na nossa língua com o acréscimo de *-s*, abandonando o respectivo plural latino, ou melhor, assumindo apenas o plural do acusativo⁹. Nesse sentido, *ille* > *ēle* > *ele* seria a perfeita equação metacrônica que representaria a mudança do pronome latino para o português.

A transformação de um pronome demonstrativo em um pronome pessoal, fato incontestável na mudança do Latim para as línguas românicas, foi marcada por períodos de intersecção entre o novo pronome pessoal e sua antiga função demonstrativa. Tanto em Português como em Espanhol, o **ele acusativo** pode vir acompanhado da preposição “a” sem ter sua função alterada: é o caso do objeto direto preposicionado. Embora tal fenômeno restrinja-se a verbos especiais, houve muito desdobramento das gramáticas para explicar-lhe a vernaculidade:

(3) Es a él a quien yo amo¹⁰. [literalmente, “É a ele a quem amo”]

(4) É a ele que eu amo.

No Espanhol (em Português vemos um caso semelhante), o pronome dativo “le” pode ocupar o lugar do acusativo “lo”, fenômeno conhecido como “leísmo”. Tal uso, tanto quanto o do *lhe* no lugar do “o”, é recriminado pelos cultores da norma culta e da norma padrão, fato que por si demonstra a variação no uso de tais formas nas duas línguas. Em nossa língua, a mesma situação verifica-se com o pronome *lhe*, o *lhe*-acusativo.

Indo mais adiante na configuração do pronome *ele* como acusativo, de acordo Said Ali (1964), no período quinhentista, as formas oblíquas tônicas eram utilizadas pelos escritores como “acusativo enfático”, ou seja, para efeito estilístico, salvando-se, portanto, da peja de “solecismo”, dispensando a preposição. Os exemplos coligidos por Said Ali (1964) são de prosa, sendo o primeiro da *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (1453),

⁹Segundo Nunes, os pronomes *me*, *nos*, *te*, *vos* exercem a função de complementos diretos; são os próprios acusativos latinos; na terceira é o mesmo pronome que serve de sujeito, mas igualmente no caso acusativo. Já os dativos latinos *mi* e *ti*, exercem a função de complementos indiretos, resultantes das contrações sofridas pelos clássicos *mihi*, *tibi*, e *illi*, correspondentes aos pronomes *mi*, *ti* e *lhe*, porém, o primeiro, pela tendência já notada que as nasais possuem de nasalarem as vogais com que estão em contato, converteu-se ainda na língua arcaica, em *mim* [...] (NUNES, 1975, p. 238).

¹⁰ Exemplos elaborados pela autora para fins elucidativos.

publicada em Paris em 1841 cujo autor é Gomes Eanes de Zurara; o segundo vem de uma tradução para o português do Santo Graal. Ei-los:

(5) Contando como cativaram ele e os outros oito (Zurara, Guiné 190)

(6) Leixarei elle (Santo Graal, 129).

Outros exemplos de tal emprego vêm-nos de Huber (1956), que traz uma novidade ao nosso estudo: a reprodução de uma cantiga (da Cancioneira Vaticana) em que figura o **ele acusativo**; entretanto, os demais exemplos são retirados de textos não necessariamente feitos para serem lidos oralmente.

(7) Desque vi ela (Cancioneira da Vaticana).

(8) E o senhor disse...que enforcariam ell (Fábulas de Esopo).

(9) Contanto como cativirom elle e os outros oito (Zurara).

(10)Leixarei elle (Santo Graal).

Podemos assim resumir a opinião dos historiadores da nossa língua sobre a origem do **ele acusativo**:

- a) Said Ali (1964) considera-o de uso enfático;
- b) Nunes (1975) considera-o uma imitação ao Espanhol;
- c) Coutinho (2011) considera-o um dos fenômenos decorrentes das alterações de ordem lógica na passagem do Latim para o Português.

Não podemos encerrar essa subseção sem fazermos referência aos dialetólogos brasileiros que se debruçaram sobre o uso do pronome **ele acusativo**.

Amaral (1920), em seu trabalho sobre o dialeto “caipira”, ou melhor, sobre o processo de dialeção portuguesa no interior paulista, comenta que o uso do pronome *ele/ela* como objeto direto já está bastante generalizado nas diversas regiões do nosso país. E, portanto, não se restringiria a um uso local. Mesmo tendo sido utilizado no período anteclassico do português, a sua produção independe de qualquer relação histórica. Além de ser, *in casu*, uma realidade pambasileira e pancrônica, segundo depreendemos da fala de Amaral, estaria ainda o **ele acusativo** ocasionando a perda da vitalidade dos pronomes oblíquos o/a, “aparecendo quase que unicamente em frases já cristalizadas”. Tal perda de vitalidade seria resultado

também de outras estratégias de representação da forma pronominal átona, inclusive seu apagamento.

Em linha de abordagem semelhante, segundo Marroquim (1934), há uma luta entre a língua culta e o dialeto, embate que se processa no campo da sintaxe, já que na fala do povo encontra-se a língua viva, na qual reside a alma e o caráter do idioma, no seu processo de articulação. Analisando *A Língua do Nordeste* (Alagoas e Pernambuco), Marroquim (1934) pontua que os pronomes oblíquos *o, a, os, as* desapareceram por completo, e o *lhe* passou a ser empregado também como objeto direto. Por outro lado, o dialetólogo não faz menção explícita ao pronome *ele* como acusativo, apenas apresenta o *lhe* como inovação no quadro dos pronomes pessoais (quando objeto indireto).

Sigamos rumo à história do Português por meio do estudo da tradição greco-latina espelhada em sua gramática ou na gramática elaborada com base em tal tradição.

2.4 RECONFIGURAÇÃO DO QUADRO PRONOMINAL: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Nosso intento nessa subseção é apresentar de forma resumida o surgimento dos pronomes de terceira pessoa na Língua Portuguesa e, dentro do quadro dos pronomes, destacar o **ele acusativo**. Para tanto, inicialmente, apresentamos a visão das gramáticas latinas, normativas e descritivas; em sequência, apresentamos a visão dos linguistas contemporâneos, fazendo uma revisão da literatura.

De acordo com a *Gramática Superior da Língua Latina*, de Ernesto Faria (1958), os pronomes pessoais vão se dividir segundo as pessoas e os casos que representam. Nesse sentido, pontua o autor, não havia para a nossa terceira pessoa um indicativo de pessoa no discurso gramatical e as formas que existiam para a terceira pessoa eram na verdade reflexivos (*sui, sibi, se, se*).

Diferentemente do Latim Clássico, Henrique Mauren Jr (1959) destaca que a maior inovação do Latim Vulgar foi a criação de um pronome pessoal para a terceira pessoa. Temos o seguinte quadro de pronomes:

Quadro 1 - Pronomes pessoais latinos

<i>Pronomes Pessoais</i>			
	<i>1ª pessoa</i>	<i>2ª pessoa</i>	<i>3ª pessoa</i>
Nominativo	eo, nos	tu, vos	ille, illi, illa, illae
Dativo	mi (mihi), nos nobis	ti (tibi), vos vobis	(il)lui, (il)li, (il)laei, (il)lis, (il)lorum
Acusativo	me, nos	te, nos	(il)lam, (il)los, (il)las

Fonte: Adaptado de Maurer Jr (1959)

Verificamos que o pronome pessoal de terceira pessoa foi uma criação do Latim Vulgar, pois não existia no Latim Clássico. E, justamente, por ter sido “cunhado” de matéria dos pronomes demonstrativos, fica marcante seu traço anafórico.

À Tradição Gramatical da Língua Portuguesa, calcada em sua origem greco-latina, coube reestruturar a “nova vida” dos pronomes. Passemos a refletir sobre essa questão.

O conceito de pronome, embora seja apresentado de maneira diferente pelas gramáticas tradicionais, traz uma mesma definição. De acordo com a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2004, p.162), “[...] pronome é a classe de palavras categoremáticas¹¹ que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto”.

Já na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra (1985, p. 268) apresentam-nos ainda a classificação como pronomes substantivos e pronomes adjetivos, por assumirem a função de substantivos e de adjetivos. Os pronomes substantivos aparecem isolados na frase, ao passo que os pronomes adjetivos se empregam sempre junto de um substantivo, com o qual concordam em gênero e número. Na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima (2003, p. 110) traz o conceito apresentado por Said Ali (1964), definindo pronome como “[...] a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso”.

As gramáticas de Bechara (2004) e Cunha e Cintra (1985) não apresentam divergências significativas quanto ao elenco dos pronomes pessoais e a forma de apresentá-los. Em síntese, o quadro é o seguinte:

Quadro 2 - Pronomes pessoais

		Pronomes Pessoais Retos	Pronomes Pessoais Oblíquos não Reflexivos	
			<i>Átonos</i>	<i>Tônicos</i>
Singular	1ª pessoa	Eu	me	mim, comigo
	2ª pessoa	Tu	te	ti, contigo
	3ª pessoa	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1ª pessoa	Nós	nos	nós, conosco
	2ª pessoa	Vós	vos	vós, convosco
	3ª pessoa	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

Fonte: Cunha e Cintra (1985)

¹¹ Unidades categoremáticas, segundo Bechara (2004), são “formas sem substância”, isto porque apresentam apenas ou em primeiro lugar um significado categorial, sem representar nenhuma matéria extralinguística. Por isso, os pronomes são substantivos, adjetivos, advérbios. Não possuem um significado lexical, diferente do lexema e, quando apresentam, possui um significado lexical genérico (pessoa, coisa, lugar, tempo, modalidade etc), dado pela situação ou por outras palavras do contexto (BECHARA, 2004, p.112).

Observemos que, no leque de pronomes apresentados, além de não incluir formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial, como é o caso de *você/vocês/a gente*, concebem, equivocadamente, *nós* e *vós* como meros plurais de *eu* e *tu*. Rocha Lima (2003), por sua vez, incluiu no seu quadro pronominal uma forma diferente para a 2ª pessoa do singular e plural, *você/vocês*. Assim, para a 1ª pessoa (*eu, nós*); 2ª pessoa (*tu, você, vós, vocês*); e 3ª pessoa (*ele, ela, eles, elas*).

Os gramáticos (CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 2003) caracterizam os pronomes pessoais como indicadores universais das três pessoas do discurso: quem fala, com quem se fala e de quem/que se fala, admitindo formas no singular com correspondentes no plural. Diferentemente, Bechara (2004) considera a 3ª pessoa como a não-pessoa (não-eu, não-tu), considerada, pela tradição, a 3ª pessoa do discurso, que, segundo ele, por ser indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa.

No que se refere à função, as formas dos pronomes pessoais podem ser *retas* ou *oblíquas*. As retas (ou *subjativas*) assumem a função de sujeito da oração, ao passo que as oblíquas (ou *objetivas*) são empregadas como complemento do verbo. Os pronomes oblíquos possuem formas átonas e tônicas: ao contrário das átonas (formas próprias do objeto direto), as tônicas vêm sempre regidas de preposição, podendo assumir a função de objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adverbial e também de objeto direto, quando precedido da preposição *a* (BECHARA, 2004; CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 2003).

Segundo Rocha Lima (2003, p.318), era frequente o uso das formas tônicas do objeto indireto em função objetiva direta, na linguagem arcaica: “*Manda teu mensageiro do céu alto, Sprito Santo, que esclareça e alumee mim que non mereço tanto...*” (Dom Duarte), contudo, na *evolução* da língua, foi-se abandonando o emprego das formas tônicas como objeto direto, a não ser quando regidas de preposição *a*, como no vulgarizado verso de Camões: “*Nem ele entende a nós, nem nós a ele.*”, o caso do objeto direto preposicionado.

Cunha e Cintra (1985) classificam como equívocos e incorreções o uso frequente do **ele acusativo**, ou seja, *ele(s), ela(s)* como objeto direto em frases do tipo: *Vi ele. / Encontrei ele*, na fala *vulgar* e *familiar* do Brasil. Os autores destacam ainda que, embora este tipo de construção tenha sido documentado por escritores portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser evitado atualmente. Destarte claramente vemos que os autores censuram o emprego do **ele acusativo** não por ser um arcaísmo ou atavismo, mas justamente por ser de uso vulgar (ou seja popular) e familiar (não formal).

Bechara (2004), seguindo essa perspectiva, ressalta que “[...] a rigor, o pronome pessoal reto funciona como sujeito e predicativo, enquanto o oblíquo como complemento: *Eu saio. / Eu não sou ele. / Eu o vi. / Não lhe respondemos*” (BECHARA, 2004, p.173). Entretanto, o pronome pessoal **ele acusativo** pode aparecer como objeto direto, no Português Moderno, quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática em prosa ou verso (BECHARA, 2004, p.175). Dessas lições, constatamos que o uso de **ele acusativo** só é autorizado quando está em situação de ênfase, logo, saindo da Gramática para a Estilística, como podemos ver nos seguintes exemplos: *Vi **ele todo** [ele todo, uso enfático opcional = o Sol] abrir-se num leque de plumas. Reconheço só ele [só ele, uso enfático opcional] como meu único Salvador*.

Notemos que ainda vigora nas gramáticas tradicionais de Cunha; Cintra (1985) e Rocha Lima (2003) o quadro de pronomes pessoais estruturado a partir de três pessoas do discurso (*eu/tu/ele*) com variação de número (*nós/vós/eles*), conforme quadro 2, o qual diverge da verdadeira realidade do português do Brasil, ignorando outras estratégias comuns à nossa variante.

A rigor, vimos desde as gramáticas latinas até as consideradas tradicionais, resumidamente:

- a) A ausência do pronome de terceira pessoa no Latim Clássico;
- b) A inovação do Latim Vulgar ao criar o pronome de terceira pessoa a partir dos demonstrativos;
- c) Os pronomes pessoais são considerados pelas Gramáticas Tradicionais (CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 2003) como indicadores universais da 3ª pessoa do discurso, exceto para Bechara (2004), que considera a 3ª pessoa como a “não-pessoa”;
- d) O uso frequente do **ele acusativo** é considerado como equívoco e incorreções por Cunha e Cintra (1985), entretanto, Bechara (2004) destaca que o **ele acusativo** pode aparecer, no Português Moderno, quando precedido de *todo* ou *só*, ou como recurso estilístico.

Na próxima subseção, vamos discutir o que dizem as gramáticas ditas descritivas acerca do pronome **ele acusativo**.

2.5 O ELE ACUSATIVO NAS GRAMÁTICAS DESCRITIVAS

Independente do que a tradição normativa prescreve como “correto”, a gramática descritiva busca apresentar os padrões de uso. Segundo Possenti (2005), “[...] é a que orienta o trabalho dos linguistas cuja preocupação é *descrever* e/ou *explicar* as línguas tais como elas são faladas” (POSSENTI, 2005, p.17).

A *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves (2000), apesar de ser uma gramática de orientação funcionalista, ainda se mantém fiel à tradição gramatical com relação ao uso dos pronomes pessoais na função acusativa. Segundo a autora, “eu, tu, ele/ela” funcionam como sujeito. Mas, além dessas, existem outras formas que exercem outra função, a saber: a) formas átonas (*mim, comigo, ti, contigo, si, consigo*); e as b) formas tônicas (*nós, conosco, vós, convosco, si, consigo*). Neves (2000) menciona algumas restrições no uso dos pronomes, como as formas *eu* e *tu*, que são, em princípio, restritas à função de sujeito. *Tu*, assim como *vós*, podem, ainda, ser usados como vocativo. E as funções completivas são restritas às formas oblíquas átonas, exceto quando a forma oblíqua átona do pronome pessoal ocorrer como sujeito de uma oração infinitiva, nos seguintes casos: *Deixe-me falar-lhe de minha felicidade* (= deixe que eu fale). / *Faça-o subir, tenha a bondade* (= faça que ele suba), que constitui objeto direto do verbo junto do qual o pronome átono se coloca como clítico.

Neves (2000, p.457) destaca que, na linguagem falada e também na escrita, ocorrem enunciados com os pronomes pessoais retos na função de objeto direto, como em: *Benê levou ele. Quando Ludmila chegou, encontrou ele morto no banheiro. Nunca vi ele assim*. Contudo, a gramática normativa só admite que as formas do pronome pessoal *ele, nós* e *vós* ocorram como complemento se preposicionadas. Como vimos, a autora reconhece o emprego do **ele acusativo** sem conferir-lhe valor.

Passemos agora à *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (2016), que se caracteriza pelo seu caráter inovador, manifestado no estudo dos pronomes em PB. Em sua gramática, Castilho (2016) faz um percurso histórico do estatuto categorial dos pronomes, desde Apolônio Díscolo até os dias atuais, demonstrando que sempre levaram em conta suas propriedades semânticas, discursivas e gramaticais (sintáticas e morfológicas), acrescentando-se ainda a sua gramaticalização.

Para o autor, os pronomes representam, do ponto de vista semântico-discursivo, (1) as pessoas do discurso (pelo seu caráter dêitico); e (2) a retomada ou antecipação de participantes (pelo seu caráter fórico: anáfora e catáfora). Do ponto de vista gramatical, essa

classe exibe as propriedades morfológicas de (i) caso; (ii) pessoa e número; (iii) gênero. Em relação à sintaxe, enfatiza duas relações de base, a de acompanhar ou substituir o substantivo. Segundo ele, a função substitutiva sempre foi lembrada como uma propriedade por excelência dos pronomes, até pela representação do vocábulo *pro*+nome, “em lugar do substantivo”.

De acordo Castilho (2016), os pronomes pessoais são bastante suscetíveis a mudanças, o que se evidencia, sobretudo, em sua modalidade falada, com fortes consequências na estrutura sintática da língua.

Castilho (2016) apresenta o seguinte quadro de pronomes pessoais do PB na atualidade, destacando as duas variedades da língua:

Quadro 3 - Pronomes pessoais do PB

PESSOA	PB FORMAL		PB INFORMAL	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1ª pessoa sg.	eu	me, mim, comigo	eu, a gente	eu, me, mim, Prep + eu, mim
2ª pessoa sg.	tu, você, o senhor, a senhora	te, ti, contigo, Prep. + o senhor, com a senhora	você/ocê/tu	você/ocê/cê te, ti, Prep. + você/ocê (docê, cocê)
3ª pessoa sg.	ele, ela	o/a , lhe, se, si, consigo	ele/ei, ela	ele, ela , lhe, Prep + ele, ela
1ª pessoa pl.	nós	nos, conosco	a gente	a gente, prep + a gente
2ª pessoa pl.	vós, os senhores, as senhoras	vos, convosco, Prep + os senhores, as senhoras	vocês/ocês/cês	vocês/ocês/cês, Prep. + vocês/ocês
3ª pessoa pl.	eles, elas	os/as, lhes, se, si, consigo	ele/eis, elas	eles/eis, elas, Prep + eles/eis, elas

Fonte: Castilho (2016)

O autor destaca três processos na reorganização do quadro de pronomes pessoais do Português do Brasil: a criação, substituição e alteração, perdas e ganhos no quadro dos reflexivos e progressiva prefixação dos pessoais. Em relação ao **ele acusativo**, com base na divisão de Castilho (2016), verificamos que a ele se atribui uma nova função, a de indicar o objeto direto (acusativo). Ademais, o **ele acusativo** é um das formas substitutivas dos oblíquos *o* e *a*. No tocante à alteração, o pronome sofreria a mudança de *ele*>*ei* e de *eles*>*eis*. A esse respeito, Castilho (2016) acrescenta que:

- a) No uso de *ele/eles* como objeto direto, preservou o nominativo e ganhou o caso acusativo;
- b) No desaparecimento das formas *o* e seus alomorfes (*lo*, *no*), houve substituição pela forma *ele* no acusativo; e

c) Na atualidade, há concorrência em função do **ele acusativo** com o *lhe* acusativo.

Para Castilho (2016), a perda do clítico *o* é acompanhada de dois ganhos: *ele* e *lhe*, que antes funcionavam como sujeito e objeto indireto, respectivamente, e agora assumem também a função acusativa.

As gramáticas descritivas analisadas vêm contemplar as assertivas que fizemos sobre o **ele acusativo** e ressaltam a sua importância de estudo. Na presente sincronia e num olhar não normativo, podemos ver que o emprego do **ele acusativo** impõe-se como realidade não mais vista como nítida separação entre duas variantes do Português, o que poderia em tempo vindouro vir a ter sua construção incorporada ao quadro dos pronomes de nosso vernáculo.

Feito essa sucinta discussão a respeito do **pronome ele acusativo** nas gramáticas descritivas, em sequência, discorreremos brevemente a respeito do ponto de vista dos nossos linguistas contemporâneos.

2.6 O ELE ACUSATIVO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

O pronome pessoal de terceira pessoa, segundo Benveniste (1995), não faz referência às pessoas do discurso, como fazem o *eu* e o *tu*, ao contrário, refere-se tão somente ao enunciado. Câmara Jr, em *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1979), acentua o caráter categórico e bem peculiar do pronome de 3ª pessoa, em face dos de 2ª e 1ª, por estarem sempre no lugar de um substantivo, ao contrário de *eu* e *tu* que incidem num dos polos do eixo falante-ouvinte, da situação extralinguística. Para ele, nosso sistema pronominal está distribuído em formas: forma isolada, forma dependente adverbial e forma com preposição regente:

- a) A primeira é uma forma tônica e livre, que assume a função de sujeito;
- b) A segunda, um clítico que pode ficar em próclise ou ênclise em relação ao vocábulo verbal, representando o complemento verbal (objeto direto ou indireto), equivalente a um acusativo-dativo;
- c) A terceira, uma forma tônica, mas também dependente, porque só aparece, em enunciação autônoma, associada a

uma preposição, corresponde, grosso modo, a um ablativo ou acusativo regido de preposição. (CÂMARA Jr. 1979, p. 96).

Contudo, constatamos que o sistema pronominal foi totalmente remodelado, principalmente, no tocante à terceira pessoa, que se reduziu à forma *ele, ela, eles, elas* em qualquer função sintática, em se tratando da linguagem coloquial do Português do Brasil. Para o autor, as formas oblíquas *o, a, os, as* estão obsoletas. Câmara Jr (1979 [1975]) destaca ainda que o uso do pronome pessoal de terceira pessoa na função de objeto era também utilizado na língua literária do português arcaico como recurso de ênfase, entretanto, no Brasil, o seu uso trata-se realmente de uma remodelação na estrutura do sistema pronominal.

Mais recentemente, o estudo dos pronomes pessoais de terceira pessoa e de suas formas substitutivas na fala tem sido objeto de muitas pesquisas, as quais têm mostrado um avanço no processo de mudança no Português do Brasil, principalmente com a substituição dos pronomes oblíquos (*o, os, a, as*), também denominados “clíticos acusativos”, por outras estratégias de preenchimento do objeto, a saber, por uma categoria vazia de natureza pronominal [cv], pelo pronome na forma nominativa (*ele* e suas flexões, no âmbito desse estudo o **ele acusativo**) ou mesmo pelo uso de sintagmas nominais plenos como estratégia de esquiva (DUARTE, 1986).

Em razão dessa diversidade, deter-nos-emos mais nas pesquisas desenvolvidas por Omena (1978), Duarte (1986) e Monteiro (1994), cujos trabalhos estão pautados na teoria variacionista, numa abordagem sincrônica. Analisamos, também, de forma breve, a visão de Cyrino (2000), que faz um estudo diacrônico sobre o objeto nulo com base na teoria gerativista.

O trabalho desenvolvido por Omena (1978) a respeito do “*Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*” destaca-se como o precursor dentro dos estudos variacionistas sobre o tema. Em sua dissertação, fruto de pesquisa realizada com alunos adultos do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) do Rio de Janeiro, a autora relata um maior índice de apagamento do pronome-objeto ou “anáfora zero” (76%), superando o uso do pronome lexical (24%), e a ausência do clítico acusativo na fala desses informantes. A anáfora zero era favorecida pelo traço semântico inanimado de seu antecedente e também quando este exercia a mesma função de complemento, enquanto que o pronome nominativo se favorecia pelo traço [+ animado].

Esses resultados, encontrados por Omena (1978), foram condicionados linguisticamente por fatores na seguinte ordem decrescente de probabilidade: a) o traço

semântico [+ animado] do antecedente; b) o antecedente em função de objeto direto; c) o antecedente não reforçado no contexto; d) o pronome com apenas uma função sintática; e) mais de um candidato ao papel de antecedente. A autora demonstra que o traço [+ animado] condicionou categoricamente o apagamento do objeto, chegando, inclusive, a ser um fator de aplicação plena quando comparados com os dados do português arcaico¹² também analisados por ela, inibindo completamente o uso do pronome tônico.

Além disso, Omena (1978) revela a presença do pronome lexical e do objeto nulo em substituição ao clítico de terceira pessoa, reforçando a sua concepção de que tal fenômeno não representa uma “inovação brasileira, mas integra o conjunto de modificações que vem sofrendo o sistema pronominal português, distanciando-se das formas causais latinas, desde os primórdios da língua” (OMENA, 1978, p.121).

Duarte (1986; 1989), por sua vez, trabalhando principalmente com *corpus* de língua falada da cidade de São Paulo (com 3 níveis de escolaridade e 3 faixas etárias), identificou um processo de mudança linguística em curso no que se refere à realização do objeto direto anafórico, com a substituição do clítico acusativo de 3ª pessoa (o/a/os/as) pela categoria vazia [cv] e, em menor escala, pelo pronome lexical, incluindo também em seus estudos uma nova variante – o sintagma nominal (SN) anafórico, considerado por ela como uma estratégia de esquiva ao clítico e ao pronome lexical.

Os dados apresentados por Duarte (1986) revelam os seguintes resultados: 4,9% de clíticos, 15,4% de pronome lexical, 17,1% de SNs¹³ anafóricos e 62,6% de categoria vazia. Somente na modalidade escrita, observando os textos escritos por alunos do 2º grau, os dados demonstram uma preferência pelo clítico, seguido da categoria vazia e do sintagma nominal.

Os condicionamentos linguísticos levantados pela autora foram de natureza morfológica (tempo e forma verbal), sintática (transitividade verbal e o estatuto sintático do elemento que recebe o caso acusativo) e semântica (traço \pm humano), os quais demonstram que o traço [+animado] e estruturas sintáticas complexas em que o complemento direto é, na verdade, uma estrutura sentencial ou semi-sentencial (mini-oração) favorecem a realização fonética do pronome lexical (**ele acusativo**), ao passo que o traço [-animado], em qualquer estrutura, favorece o objeto nulo. Já o clítico prefere estruturas simples (SVO) e com tempo simples no infinitivo.

¹² Omena (1978) analisou também textos antigos de obras medievais (prosa e em verso) do século XII ao século XV, a fim de analisar contextos da língua escrita.

¹³ Para fins de nosso estudo e seguindo as formas convencionadas de plural de abreviações e siglas optamos por retirar o “s” empregado no texto original, sem prejuízo a seu valor nem à análise proposta pelos autores.

No que concerne aos fatores sociais analisados por Duarte (1986), notamos: i) o nível de escolaridade; ii) a faixa etária; iii) o estilo (novelas e entrevistas de TV), os quais mostraram-se relevantes, demonstrando uma significativa ausência do clítico na fala dos mais jovens, cuja frequência se eleva à medida que aumenta o nível de escolaridade. Contrariamente, o uso do pronome lexical (**ele acusativo**) teve um aumento na fala dos jovens e decréscimo com falantes de maior nível de escolaridade. Já a categoria vazia se realiza em todas as faixas etárias, o que, segundo a autora, revela um processo de implementação dessa variante no sistema linguístico.

Com base nos resultados do teste de percepção, Duarte (1986) atesta que a habilidade do indivíduo para uso do clítico é fornecida pela escola, embora este procure meios para substituí-lo. Isso ocorre por considerar o clítico como pedante, em determinadas situações, assim como o pronome lexical, em situações formais, é considerado estigmatizado, o que estaria em acordo à observação feita por Câmara Jr (1975), em que em ocasião de linguagem mais cuidada o **ele acusativo** seria evitado.

A pesquisa apresentada por Monteiro (1994), em sua tese de doutorado publicada sob a forma de livro, revela resultados da fala de cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), trabalhando com o *corpus* do Projeto NURC (Norma Urbana Culta), do qual foram selecionados sessenta inquéritos gravados. Com o intuito de descrever o uso dos pronomes pessoais, o linguista delineou suas hipóteses para o aspecto social da linguagem, no sentido de comprovar que o emprego dos pronomes varia de acordo com a localidade, o sexo, a faixa etária e o registro.

Verificamos, segundo o autor, a substituição do clítico acusativo por outras estratégias de preenchimento do objeto, destacando-se a do apagamento do pronome, sendo justificado por Monteiro (1994) pela influência dos fatores sociais como elemento de variação.

Para o autor, há três estratégias relevantes que contribuem para o desvio do clítico acusativo em português, ocasionalmente nos casos de deslocamento à esquerda. Uma delas é a anaforização do próprio *sintagma nominal* (a *biblioteca* aí do Hospital das Clínicas eu não acho uma *biblioteca* muito boa). A segunda opção é o emprego de pronome pessoal reto, chamado pelo autor de *pronome-lembrete*, contudo tônico (essa lagoa, eu tive... conheci *ela* foi num sábado). E por fim, a estratégia mais utilizada é fazer o deslocamento sem nenhuma substituição, sendo considerado como um caso de *apagamento de objeto, ou objeto nulo* (a tourada também eu não considero \emptyset muito esporte não).

A última estratégia, a do apagamento do objeto, segundo Monteiro (1994), é o que parece separar o Português do Brasil do de Portugal, sendo considerada por ele como uma

tática evasiva em função da economia da expressão, da clareza ou do mero intuito de se evitarem repetições.

Todavia, não são apenas os aspectos estruturais que condicionam a realização do objeto direto anafórico, Monteiro (1994) salienta a importância também dos fatores sociais que atuam de maneira decisiva na escolha das variantes, sobretudo quando o uso do pronome lexical em função acusativa, considerado errôneo pela gramática normativa, é menos utilizado a depender da situação e do nível social, aumentando-se a ocorrência do objeto nulo.

Vejam os resultados apontados por Monteiro (1994), trabalhando com as variáveis extralinguísticas do Português Culto oral, a saber: a influência do registro, a diversidade regional, a variável sexo e a faixa etária. Na influência do registro, notamos a prevalência do clítico acusativo no registro formal (29%) do que no informal (8%); o uso bastante reduzido do pronome *ele* como objeto direto nas duas modalidades de expressão (1% para o formal e 3% para o informal); destacando-se o objeto nulo como a variante de maior aplicação, sendo preferido no registro informal (89%) do que no formal (70%).

Para a variável diversidade regional, Monteiro (1994) observa que Recife é a capital onde mais se preserva o clítico (24%) e menos se apaga o objeto (73%); ao passo que em São Paulo, é onde menos se usa o clítico (5%) e mais se usa o objeto nulo (94%). A frequência do pronome nominativo foi inferior ao clítico em todas as capitais, o que é justificável, considerando que o pesquisador trabalhou apenas com *corpus* da norma culta.

Com respeito às variáveis sexo e faixa etária, o pesquisador constata que os homens empregam o clítico mais do que as mulheres, enquanto que estas os apagam em maior proporção. No tocante à idade, são os idosos que mais se utilizam da forma canônica, contudo, esta variável não foi considerada relevante em termos percentuais.

Segundo Monteiro (1994), a omissão do pronome objeto é muito perceptível em estruturas topicalizadas, comuns no Português Culto oral do Brasil, embora esse tema nem sequer seja mencionado nas pesquisas anteriores.

A respeito disso, Galves (2001) afirma que a principal característica do português do Brasil é que ele é uma língua de tópico, diferentemente do Português de Portugal e das demais línguas neolatinas. Para ela, a frase do Português do Brasil tem como estrutura SN [SN V (SN)], diferentemente do Português de Portugal e as línguas latinas em geral, que têm como estrutura da frase SN [V (SN)].

Segundo a autora, é essa característica que explica o uso do pronome lexical como objeto direto, muito comum no Português Brasileiro (PB), sendo uma estrutura inexistente em Portugal. No Brasil, é comum a seguinte frase: *essa menina, eu encontrei ela ontem no*

ônibus. Observemos que *ela* é complemento da frase, diferentemente de Portugal onde esta construção, normalmente, não aparece.

Em síntese, os autores supramencionados (OMENA, 1978; DUARTE, 1986; e MONTEIRO, 1994) identificam mudanças no sistema pronominal do Português do Brasil, conforme resume Monteiro (1994):

[...] em relação à função de objeto, percebe-se o desaparecimento gradual do clítico acusativo, que cria uma série de estratégias, entre as quais a do apagamento, que passa a tornar-se um dos traços singularizantes do português do Brasil, como língua de objeto nulo (MONTEIRO, 1994, p. 24).

Para finalizar o resgate aos estudos precedentes, apresentamos uma tabela panorâmica que sintetiza os resultados de pesquisas a respeito do pronome de terceira pessoa na função de acusativo no PB oral em diferentes regiões do Brasil, elaborada por Duarte e Ramos (2015) e Marques de Sousa (2017) em sua dissertação de mestrado.

Tabela 1 – Panorama de realização do acusativo anafórico por indivíduos escolarizados¹⁴ e não escolarizados

Pesquisas	OMENA (1978-RJ)	DUARTE (1986-SP)	MALVAR (1992-DF)	LUÍZE (1997-SC)	FREIRE (2000-RJ)	NEIVA (2007-BA)	LAUAR (2014-ES)
<i>Instrução</i>	<i>Analfabetos</i>	<i>3 níveis</i>	<i>2 níveis</i>	<i>3 níveis</i>	<i>Universitários</i>	<i>Universitários</i>	<i>3 níveis</i>
Clítico	0%	4,9%	1%	1%	3%	3%	0,5%
Pronome	24%	15,4%	25%	9%	4%	3%	13,4%
SN anaf.	-	17,1%	28%	36%	34%	32%	30,5%
Obj. nulo	76%	62,6%	46%	54%	59%	62%	54,2%

Fonte: DUARTE e RAMOS, 2015, grifo nosso.

Os resultados evidenciados na tabela 1 nos levam a concluir que o clítico retrata os menores índices, chegando a nenhuma ocorrência entre os analfabetos, o que nos leva a inferir que a sua realização está condicionada à influência da escola. Por outro lado, o **ele acusativo** apresenta índices mais baixos que as demais estratégias, exceto para o clítico, o que pode indicar certo estigma em relação a esse emprego. Notamos também que o objeto nulo é a variante preferida, apresentando os maiores percentuais em todos os níveis e regiões do país,

¹⁴ Malvar (1992) trabalhou com os níveis fundamental e médio, e os demais (DUARTE, 1986; LUIZE, 1997; LAUAR, 2014) trabalharam com os níveis fundamental, médio e superior. Exceto Freire (2000) e Neiva (2007) que aturaram apenas com amostras de falantes de nível superior.

acima especificados. A segunda opção é o sintagma nominal, que perdeu apenas para o objeto nulo.

Torna-se mister destacarmos que nenhuma das estratégias de preenchimento do pronome objeto no Português sofre censura, exceto no caso do **ele acusativo** que é vista por gramáticos e até por linguistas a ser repreendida como erro (CÂMARA JR, 1972). Tal estigma poderia estar relacionado a seu uso extremamente reconhecido como popular ou até mesmo informal. Na tabela resumitiva, por nós reproduzida (vide tabela 1), podemos ver que, desconsiderando a estratégia do pronome clítico, à exceção de Omena (1978), o uso do **ele acusativo** foi o menos favorecido, sendo o desfavorecimento gritante no caso dos utentes de nível universitário (FREIRE, 2000) e (NEIVA, 2007) em que os percentuais foram 4% e 3%, respectivamente, o que poderia revelar atitude consciente ou pouco consciente da evasiva do emprego.

Tal evasiva justifica-se pela associação da forma a certo estigma social. Nesse sentido, de acordo com o *Dicionário Crítico de Sociolinguística* (BAGNO, 2017), em se tratando de variação, pode ocorrer estigma (palavra de origem grega que significa “marca deixada por um objeto perfurante”) com as variedades linguísticas não utilizadas pelas camadas sociais dominantes e/ou aqueles que se distanciam das prescrições normativas tradicionais. Dessa forma, notamos que as formas linguísticas advindas das camadas sociais mais baixas de uma comunidade de fala, geralmente, são avaliadas negativamente. É o que ocorre com a variante *ele*, quando utilizado na função acusativa, o qual é visto pela comunidade linguística como a forma estereotipada. Assim, considera-se como estigmatizado a variante não-padrão da língua, conforme explica Tarallo (1986), “[...] em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade” (TARALLO, 1986, p.12). Em nosso caso, nem o reconhecimento de ser uma forma antiga na língua confere à forma do **ele acusativo** o lugar de vernaculidade, numa acepção normativa.

Ainda sobre o objeto nulo, numa perspectiva diacrônica, podemos destacar a pesquisa desenvolvida por Cyrino (1994; 2000), que trata da representação do acusativo anafórico, a fim de relacionarmos com o presente trabalho.

Com o objetivo de demonstrar a ocorrência do objeto nulo no PB, Cyrino (1994) analisa dados constituídos por peças teatrais, que vão desde o século XVI até o século XX, buscando se aproximar de alguma forma da língua falada. Vejamos a seguir a tabela 2 com os resultados avaliados por Cyrino (1994) contemplando cinco séculos.

Tabela 2 – Representação dos objetos nulos no tempo

Século	Objetos Nulos
XVI	10.7%
XVII	12.6%
XVIII	18.5%
XIX	45.0%
XX	79.1%

Fonte: Cyrino (1994)

O trabalho realizado por Cyrino (1994; 2000) confirma os resultados das pesquisas variacionistas mencionadas nesta seção, de caráter sincrônico, evidenciando o significativo crescimento do objeto nulo no PB (a partir do século XIX), preferencialmente quando o antecedente for [- animado]. Essa singularidade do Português Brasileiro de apresentar o objeto nulo o diferencia do português europeu.

Na seção que se segue, vamos discutir as teorias que fundamentam as discussões por nós empreendidas acerca do pronome **ele acusativo**.

3 POR UMA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR

As línguas mudam¹⁵. Esse é um fato incontestável, mas por que as línguas mudam no decorrer do tempo é uma das perguntas mais feitas no âmbito da Linguística e constitui-se o escopo da Linguística Histórica¹⁶. Além disso, por que as línguas mudam em dada direção e não em outra e, ainda, por que dadas formas linguísticas passam a assumir o lugar de outras? Nessa seção, fazemos um breve resumo da teoria sobre a qual construímos os mecanismos explicativos acerca do **ele acusativo** na história do português. Nesse sentido, seguimos o seguinte percurso: o surgimento da Sociolinguística, a opção pela Sócio-história, os problemas da mudança linguística, a diferenciação entre indicador, marcador e estereótipo, o Funcionalismo Linguístico norte-americano e sua interface com a Sociolinguística, o denominado Sociofuncionalismo.

3.1 SOCIOLINGUÍSTICA E SÓCIO-HISTÓRIA

No início do século XX, destacam-se duas práticas divergentes no tocante ao tratamento da variação e da mudança linguística. A primeira delas fundamenta-se na concepção de que as variações podem se dar sem motivação, chegando-se a propor a possibilidade de ocorrer uma forma de variação livre (*free variation*). Contra tal “possibilidade”, insurge-se uma teoria que vê a variação e a mudança, ambas sendo condicionadas por fatores ditos internos e externos. Essa nova “possibilidade” abre campo para que fatores sociais e culturais possam ser recorrentes não como possibilidade, mas como necessidade para se obter uma explicação linguística.

Estruturalistas (a exemplo de Bloomfield, 1933) e até Funcionalistas (a exemplo de Martinet¹⁷, 1933) tendem a atribuir a mudança linguística tanto quanto possível ao que se

¹⁵ As discussões em torno da mudança gravitaram entre a mudança lexical, a mudança gramatical, a mudança motivada por fatores internos e a mudança motivada por fatores externos. O enfoque dado a cada uma dessas questões tem sido o divisor de águas para diversas teorias das mudanças.

¹⁶ A Linguística Histórica pode ser considerada *lato* ou *stricto sensu*. Dentro do que chamamos de Linguística Histórica *lato sensu* temos aqueles estudos que lidam com dados datados e localizados num espaço social; enquanto que a Linguística Histórica *stricto sensu* lida com a mudança no tempo. Assim, a Sociolinguística (início do século XX) é considerada uma abordagem histórica *lato sensu*, enquanto que a sócio-história é uma linguística histórica *stricto sensu*, incluindo fatos extralinguísticos.

¹⁷ Devemos fazer justiça a Martinet (1971) para quem existe a possibilidade de se recorrer a fatores externos (ao sistema) desde que tenham sido esgotadas todas as possibilidades de se encontrar internamente explicações para dada mudança.

classifica como *fatores internos*: principalmente às readaptações contínuas que são efetuadas por um sistema linguístico na passagem de um estado de equilíbrio (ou desequilíbrio) a outro.

Segundo Lyons (1980), Martinet (1971) tratou a questão da mudança a partir do conceito de que as línguas são sistemas semióticos autorreguladores, regidos pelos princípios complementares do *menor esforço* e de *maior clareza* comunicativa que terão o efeito de reduzir o número de distinções e de maximizar a ação de cada uma delas. Na linha de pensamento de Martinet (1971), as mudanças, autorreguladoras, são produzidas com a finalidade de que um número suficiente de distinções se mantenha, tornando o sistema cada vez mais eficiente. Ora, na construção de modelos explicativos, portanto, seria necessário elencar o conjunto de elementos responsáveis para se manter o equilíbrio, já que existe a autorregulação. *In casu*, após as profundas alterações sofridas pelo sistema pronominal latino na passagem para o português, houve a necessidade de reconfiguração do quadro e tal reconfiguração fez-se por estratégias, entre elas o surgimento do **ele acusativo**. No entanto, a superveniência de várias possibilidades dentro de um sistema seria apenas um fato fortuito, logo, sem condicionamentos específicos. A tal situação os estruturalistas puseram a etiqueta *variação livre*.

Bloomfield (1933) considerou que as “possibilidades” de existência de formas em variação (*variation*) ocorreriam no sistema linguístico sem restrições de outra ordem, a não ser linguísticas; portanto, enfatiza-se a viabilidade da coexistência de formas não havendo implicação social ou até mesmo contextual. São, portanto, os casos de variação livre (*free variation*).

Em relação à mudança linguística, uma das principais contribuições que os funcionalistas legaram-nos foi a percepção de que cada mudança deve ser avaliada no sistema como um todo, as chamadas reações em cadeia. Destarte, várias mudanças podem ser ligadas por uma relação casual dentro de uma perspectiva de reconstrução interna. *In casu*, o **ele acusativo** poderia ter surgido da necessidade de combater a opacidade constatável sincronicamente da evolução do mesmo elemento latino que se bifurca em duas funções no Português, já que tanto o artigo definido quanto o pronome oblíquo procedem do latino *illum*>**lo*> o. Essa explicação (plausível dentro do escopo de uma teoria imanentista) furta-se de evidenciar os aspectos extralinguísticos que operariam no surgimento do **ele acusativo**.

Em sentido contrário, a partir das ideias de Antonie Meillet (1906), inaugura-se na Linguística Moderna uma linha de pensamento que passa a enfatizar o caráter social da

língua, em contraposição ao discurso estrutural e formal. Vale destacar a visão do fenômeno linguístico apresentada pelo linguista francês em sua aula inaugural no *Colège de France*, em 1906:

Ora, a linguagem é, eminentemente, um fato social. Tem-se, frequentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular. Esta é uma constatação óbvia, mas sem força, como a maior parte das proposições evidentes. Pois, se a realidade de uma língua não é algo substancial, isto não significa que não seja real. Esta realidade é, ao mesmo tempo, linguística e social. (MEILLET, 1977[1906], p.16).

A expressão “fato social” sistematizada por Durkeim (1858 - 1917) teve impacto no pensamento de Meillet e consequentes reflexos na formalização da Sociolinguística. A partir da década de 60, século XX, com o advento da Sociolinguística Variacionista, de orientação laboviana, os olhares voltam-se não só para a configuração interna da língua, mas para a heterogeneidade ordenada cujas manifestações linguísticas variáveis podem ser descritas e analisadas não apenas no nível estrutural, mas também por meio do nível social. A esse respeito, Lucchesi (2004) declara:

A concepção de língua como um sistema heterogêneo constitui o momento crucial da ruptura epistemológica que a sociolinguística opera em relação ao modelo estruturalista. Ao integrar, na concepção de língua como sistema heterogêneo, estrutura e mudança, a sociolinguística busca construir uma representação teórica do fenômeno linguístico que articule as suas dimensões estrutural e histórica. Na possibilidade de dar conta dessas duas dimensões antagônicas e fundamentais do fenômeno linguístico através da sua concepção de língua, apoiam-se as pretensões da sociolinguística de suceder o estruturalismo, como modelo teórico condutor da pesquisa linguística. (LUCCHESI, 2004, p. 198).

Segundo Weinreich, Labov e M. Herzog (1968), para reconstrução da história linguística e social, faz-se necessário uma abordagem do contexto histórico com base nas noções de variação e mudança como traços essenciais à estruturação interna das línguas.

Através da Linguística Histórica, busca-se revelar a formação histórica da Língua Portuguesa, ao longo de seu tempo. De acordo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008), “[...] para alguns autores, a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos; tarefa difícil e apenas aproximativa, ‘ouvir o inaudível’” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 20).

E corroborando, Alkmin (2001) afirma que “[...] todas as línguas do mundo são sempre continuações históricas”, ou seja, as sucessivas gerações vão deixando aos seus

descendentes o legado de uma língua em particular. A língua faz parte da história de um povo, de uma nação. A partir da Sociolinguística, recupera-se a historicidade, o processo histórico de constituição da língua. Opondo-se à visão de um estruturalismo ortodoxo, propõe a existência de um sistema em mudança, um sistema heterogêneo, caracterizado por uma variedade linguística que pode ser selecionada de acordo com a situação e o contexto comunicativo do falante. O seu objeto de estudo passa a ser a língua falada em contextos de uso, observada *in loco*, descrita e analisada em seu contexto social, enfim, em situações reais de uso.

O marco desse saber inicia-se na década de 60 com o estudo pioneiro de Labov, em 1966, célebre trabalho desenvolvido sobre a comunidade da Ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts, no qual destaca a importância dos fatores sociais (sexo, idade, ocupação, origem étnica e atitude) na explicação da variação linguística, isto é, da diversidade linguística observada no comportamento linguístico manifesto dos *vineyardenses* em relação à pronúncia de determinados fones do inglês. Em seguida, logo em 1964, Labov conclui a sua pesquisa sobre estratificação social do inglês em Nova York, fixando, assim, um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas, ou seja, foram lançadas as bases teórico-metodológicas da Sociolinguística Varacionista ou Teoria da Variação, trazendo em questão a mudança linguística, por vezes descartada.

3.2 VARIAÇÃO E MUDANÇA NUMA PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA

Nesta subseção, tratamos dos fundamentos da variação e da mudança, segundo postulados da Sociolinguística Variacionista. Para tanto, optamos seguir o seguinte percurso: as variedades linguísticas sob dois parâmetros básicos (diatópica e diastrática), os problemas da mudança linguística, abordados por Labov, e as avaliações ou valorações sociais das variedades linguísticas.

Para Labov (1972), toda língua, falada por qualquer comunidade, apresentará variações. A partir das variações é que poderão desencadear as mudanças, pois estas estão intrinsecamente ligadas, sendo impossível estudar estas sem aquelas. A variação implica a existência de duas ou mais formas que concorrem para expressar um mesmo significado, enquanto mudança implica processo de substituição gradual de uma forma por outra. A comunidade linguística vai se caracterizar pelo emprego de diferentes modos de falar, denominados pela Sociolinguística de *variedades linguísticas*, conforme descreve Lucchesi:

Desse modo, o falante, numa determinada circunstância, seleciona, de forma mais ou menos consciente, uma dentre as variantes concorrentes na estrutura linguística. E a opção do falante pode variar conforme a situação a que esteja exposto, pois a sua escolha é determinada, por exemplo, pela intenção do falante de facilitar a sua aceitação em um determinado ambiente ou segmento social, ou pode resultar também da aceitação ou negação de um padrão linguístico imposto institucionalmente, ou característico de um outro grupo social. (LUCCHESI, 2004, p. 172).

Dessa forma, os falantes podem adquirir as variedades inerentes a sua região, classe social etc. Conforme apresenta Alkmim (2001), podemos descrever as variedades linguísticas, entre outros, a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática).

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às marcas linguísticas que caracterizam a fala de uma região em relação à de outra. Podemos dizer que existe variação regional entre Brasil e Portugal (países), entre nordeste e sul (regiões do mesmo país), entre Rio de Janeiro e São Paulo (mesma região), e até mesmo entre falantes da zona rural e urbana da Bahia (mesmo estado) ou de Vitória da Conquista. Em nosso estudo, consideramos a diatopia no sentido de demarcar nossos informantes como sendo urbanos, vivendo na terceira maior cidade da Bahia, contando com mais de 300 mil habitantes.

Seguindo, ainda, a recomendação de Alkmin (2001), a variação social ou diastrática, por sua vez, está relacionada às diferenças sociais dos falantes. Os principais fatores sociais que condicionam a variação linguística são: o grau de escolaridade, a idade, o sexo/gênero e o nível socioeconômico do falante. Em nosso estudo, controlamos as seguintes variáveis diastráticas:

- a) Escolaridade (formação precária *vs* formação escolar universitária): Um dos mecanismos de promoção ou resistência à mudança é a influência da variável independente nível de escolarização. A escola atua como preservadora das formas de prestígio, face às tendências de mudança. Segundo Votre (2015, p.52), “[...] o modo de comunicação das pessoas desprovidas de prestígio econômico e social tende a ser coletivamente avaliado como estigmatizado”, também considerado esteticamente e informativamente pela comunidade de falantes como inferior. Em oposição, estão as formas que gozam de maior prestígio social, utilizadas pelas pessoas consideradas superiores economicamente;
- b) Faixa etária ou idade: No quesito idade, Naro (2015) ressalta que o processo de mudança se espelha na fala das sucessivas faixas etárias. O postulado fundamental

que subjaz a hipótese clássica no que se refere ao relacionamento entre mudança linguística e idade está no fato de que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que, a partir desse momento, a língua do indivíduo fica essencialmente estável, denominado de *mudança em tempo aparente*¹⁸. A outra possibilidade admite que a mudança está no sistema linguístico do indivíduo e não na comunidade, também conhecida como *mudança em tempo real*¹⁹;

- c) Sexo/gênero (masculino vs feminino): De acordo Paiva (2015, p.41), há de se considerar que “[...] qualquer explicação acerca do efeito da variável gênero/sexo requer certa cautela, vistas as peculiaridades na organização social de cada comunidade linguística e as transformações sofridas por diversas sociedades no que se refere à definição dos papéis feminino e masculino”. Em nossa pesquisa, por questões eminentemente metodológicas, optamos pelo termo sexo por compreendermos que este abrange, única e exclusivamente, o sexo biológico masculino e feminino.

Em tempo, esclarecemos que, no presente estudo, não destacamos o nível socioeconômico. Passemos à mudança linguística.

Para resolver a questão da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (1968) desenvolvem uma teoria de mudança que esclarece as transformações ocorridas na estrutura da língua de uma comunidade em determinado período, sem causar nenhuma desordem, ou seja, mesmo havendo mudanças na língua, tanto esta como a comunidade permanecem em ordem. Isso quer dizer que a heterogeneidade é sistemática e ordenada. Os postulados dos referidos autores destacam cinco problemas para a percepção da mudança linguística: *o problema das restrições, o problema da transição, o problema do encaixamento, o problema da avaliação e o problema da implementação*. Segundo Lucchesi (2004), é possível, através

¹⁸ De acordo Paiva (2016, p. 26), o estudo da *mudança em tempo aparente* analisa sincronicamente a direcionalidade das variantes que concorrem entre si e o curso de implementação das formas inovadoras, de acordo com a faixa etária dos falantes incluídos em uma amostra representativa. Assim, esse tipo de mudança é uma possível interpretação de que formas inovadoras são predominantes na fala dos mais jovens ao passo que as formas mais antigas/conservadoras são recorrentes nas faixas etárias mais velhas da população.

¹⁹ A *mudança em tempo real* faz uma análise longitudinal da mudança linguística, fazendo uma observação do presente para o passado através dos registros escritos, ou seja, partindo do conhecido para o desconhecido (cf. SANKOFF, 2006). Segundo Paiva (2016, p. 25), “essa perspectiva implica no princípio do uniformitarismo, “[...] segundo o qual a compreensão das mudanças em curso no estágio atual de uma língua pode nos ajudar a melhor entender a forma como mudanças ocorreram no passado”.

desses cinco problemas, reconhecer os pontos em que a explicação da Sociolinguística em relação à mudança supera a do Estruturalismo e quais as características deste se perpetuaram naquela.

O *problema das restrições* diz respeito às condições que favorecem ou restringem as mudanças e quais seriam as mudanças possíveis numa dada estrutura. A procura por essas condições não pode se restringir a um estudo isolado de determinado fenômeno. A partir de um fenômeno em particular, é preciso que se analise e correlacione vários fenômenos em mudança *intra* e *interlinguisticamente* para que se possam observar as condições que motivam a mudança. Assim, o controle dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos é que irá nos permitir encontrar a resposta para este problema. Na seção seguinte sobre a metodologia, apresentamos os condicionamentos internos e externos à língua que tem condicionado o uso do Pronome **ele acusativo** como variável na função acusativa anafórica.

Já o *problema do encaixamento* se refere à forma como é encaixado o fenômeno em variação na estrutura linguística e social, isto é, quais as causas e efeitos da variação/mudança. No encaixamento, as mudanças ocorrem sem comprometer a estrutura da língua, de maneira que garanta a comunicação entre os falantes. Esse problema sustenta-se no Estruturalismo diacrônico por compreender que a mudança se realiza dentro do sistema linguístico, porém, se diverge em relação à extensão do encaixamento, pois a Sociolinguística considera tanto o encaixamento na estrutura linguística como o encaixamento na estrutura social.

O *problema de transição* remete à necessidade de definir e analisar o percurso pelo qual a mudança se realiza ao longo de sucessivas gerações e compreende tanto a transmissão como a incrementação de uma nova forma. Assim, busca-se compreender como se propagam as formas em variação/mudança entre grupos de faixas etárias diferentes e entre comunidades diferentes, passando de um estágio a outro. Segundo Coelho e coautores (2015), a substituição de uma forma por outra está diretamente ligada ao seu prestígio social, a uma pressão estrutural e, até mesmo, a sua utilidade funcional. Ressaltando que essa mudança não é discreta, pois ocorre de maneira contínua e não abruptamente. Assim, temos observado um processo de variação na realização do objeto direto anafórico, no qual o clítico tem sido cada vez mais substituído pelo objeto nulo e pelo Pronome **ele acusativo**, principalmente entre jovens e adultos.

Ainda nesse problema, fazendo uma observação da mudança em tempo aparente (sincrônica), levando em consideração a faixa etária, é possível constatar sinais de mudança ao comparar uma geração com outra. Não obstante, numa análise em tempo real (diacrônica),

podemos verificar não indícios, mas estágios avançados de mudança, através da análise de dados diacrônicos (geralmente textos escritos) ao longo de diferentes períodos.

O *problema da implementação* trata da questão da causalidade da mudança linguística, esclarecendo o motivo dessa mudança ter sucedido em determinado tempo e lugar/espço. Ao procurar a resposta para essa questão, busca explicação da mudança à descrição dos seus mecanismos de implementação, isto é, dos mecanismos de causa e efeito que constituem o processo da mudança, envolvendo os fatores sociais e linguísticos, ou seja, as restrições e os estímulos que fazem parte desse processo. Portanto, “[...] qualquer estudo que pretenda explicar um processo de mudança deverá considerar tanto o encaixamento da mudança na estrutura linguística, quanto na estrutura social.” (LUCCHESI, 2004, p.185).

No tocante ao *problema da avaliação*, esse se refere à atitude subjetiva e consciente do falante, trazendo uma importante discussão em relação ao papel do indivíduo frente à mudança e frente à própria língua. Embora não tenhamos feito textos explícitos de avaliação, podemos, como fez Labov, fazer “bom uso dos maus dados”, observando a frequência de uso do pronome **ele acusativo** e vendo que a estratégia menos usada (daquelas possíveis) pode ser um indicativo de que sobre ela esteja agindo uma forma de provável sanção de uso.

Para tanto, vamos discutir como se dá a avaliação e seus reflexos na análise que empreendemos.

3.2.1 MARCADOR, INDICADOR E ESTEREÓTIPO²⁰: REVENDO O CASO DO ELE ACUSATIVO

Em virtude das constantes pressões sociais que atuam sobre a língua, avaliações ou valorações sociais diferentes podem ser atribuídas às diferentes variedades linguísticas que, segundo Labov (2008), vão surgindo por meio de uma força social que atua no presente e não como algo vindo do passado. Nesse sentido, somos forçados, dentro da Sócio-história, a discordar da posição de Labov, já que toda língua, atesta-o Bourdieu (2000), ou melhor, toda sociedade possui um capital cultural. Nesse sentido, Silva (2005) demonstra que usos considerados populares (na acepção de ligação ao povo) são reconhecidos como “censuráveis”, tanto que aparecem nos compêndios de gramática como provincianismos, barbarismos e solecismos, enfim, os considerados “vícios de linguagem”. Tal fato verifica-se no caso do **ele acusativo** na história da Língua Portuguesa, ora tido como arcaísmo, ora considerado solecismo.

²⁰ Embora possa parecer uma digressão, julgamos conveniente explicar a provável origem dos termos usados por Labov (2008 [1972]) e de como esses termos são usados pela Sociolinguística.

Voltando à visão laboviana, no tocante à avaliação social, são três as categorias apontadas por Labov (2008):

- a) Os *indicadores*, que são os traços socialmente estratificados, porém, não estão sujeitos à variação estilística;
- b) Os *marcadores*, que são os traços linguísticos estratificados socialmente e estilisticamente, que permitem efeitos consistentes sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte sobre o falante;
- c) Os *estereótipos*, que são os traços linguísticos marcados socialmente de forma consciente pelo falante, associados à baixa escolarização e às classes socioeconômicas desprivilegiadas (FREITAG, 2015; BAGNO, 2017).

Abordemos cada um *per si*.

Labov, em seu *Principles of Linguistic Changes* (1994), apresenta de forma sucinta a divisão tripartida comumente usada por sociolinguistas para a elucidação de problemas de avaliação da mudança. Para Labov, na implementação da mudança, tais conceitos devem ser considerados, já que, em pesquisa realizada em 1966, o autor verificou que existia uma relação entre cronologia e avaliação, dado que os jovens tendiam a empregar formas que refletiam indicadores, enquanto que aos mais velhos restariam as formas estereotipadas. Em nosso caso, vamos tentar refletir de que maneira a divisão tripartida de Labov pode se encaixar na análise que propomos.

O termo *indicador*, do ponto de vista Sociológico, representa um sinal visível de como as pessoas agem ou pensam, materializando-se num instrumento de medição²¹. Do ponto de vista da Sociolinguística laboviana, um *indicador* reflete a estratificação social (classe média, classe baixa, classe alta, por exemplo), mas não se sujeita à variação estilística, ou seja, não há sobre o *indicador* um monitoramento, visto que ele ocorre abaixo do nível de consciência. Nesse sentido, o fenômeno linguístico considerado um *indicador* pouco se submete à percepção e, como consequência, à censura explícita.

²¹ Certamente, Labov aproveitou-se do termo próprio da Economia e importou-o para a Sociolinguística, adaptando-o a fim de usá-lo também como conjunto de parâmetros explicativos sobre a realidade linguística. Entre nós, os mais conhecidos indicadores são o IBGE e o IDH. Ambos são mecanismos utilizados para a avaliação de parâmetros sociais, mas ao redor do mundo temos PNUD.

Ademais, a análise de um indicador linguístico, em termos sociolinguísticos remete-nos ao *problema do encaixamento*, visto que, por não estarem sujeitos à variação estilística, os indicadores seriam sinais visíveis de um dado grupo social, quer seja numa variação diatópica ou numa variação diastrática. Coelho e coautores (2012) apontam a monotongação do [ow] como um indicador no Português do Brasil. Em relação a tal fenômeno, temos que destacar que ele é, mormente, estudado por dialetólogos, os quais o reconhecem como uso característico, por exemplo, de Alagoas e Pernambuco (MARROQUIM, 1934), mas aparece também como marca do Português Popular (PALHANO, 1958).

Vamos agora discutir o que a Sociolinguística Variacionista considera como *marcador*. De largo emprego na Linguística, o termo marcador precisa ser esclarecido à luz do que postula a teoria laboviana. Primeiro devemos observar que Labov (1989) enfatiza a expressão “consistent” (ou seja, consistente) ao definir *markers*, como “[...] show consistente stylistic and social stratification [...]” (LABOV, 1989, p.78). Ou seja, os fenômenos, classificados como *marcadores*, mostram estratificação estilística e social consistentes. Vamos elencar que características são necessárias para reconhecermos um *marcador*. Os marcadores:

- a) Refletem estratificação social e estilística (variação diastrática e variação diafásica). A classe social a que pertence o falante ou o grupo de falantes, inclusive seu nível de letramento (formação precária e formação superior, *in casu*), pode levá-los a optarem por uma forma linguística em detrimento da outra. Aliada a essa estratificação, encontra-se a possibilidade de, em momentos mais ou menos monitorados, haver a preferência ou a rejeição de dada forma;
- b) São produzidos abaixo do nível de consciência. Quando a Sociolinguística apresenta o nível de consciência²² como balizador de atitudes, ela quer se reportar às situações em

²² Petter Stratton e Nicky Hayes (2008) ensinam-nos que a consciência nada mais é do que uma estrutura mental que construímos no meio de nossa sociedade e que nos serve de referência para o julgamento sobre ações nos termos de “certo” ou “errado”, cabendo variações do tipo “adequado/próprio/justo”. Assim, julgamos tais feitos pela consciência que desembocam no dever e na obrigação. Dever e obrigação conduzem o homem a um constante estado subjetivo de alerta estimulado pelas informações recebidas do ambiente. Se estivermos num mercado em que há filas próprias para portadores de necessidades especiais e um dos caixas está desocupado (por muito tempo) e não temos “nenhuma necessidade especial” que nos capacite a estar ocupando o lugar, o que faríamos? Nesse sentido, age nossa consciência, avaliando se é possível ou não, em dadas condições, estarmos em lugar onde não nos “cabe”. Do ponto de vista linguístico, a consciência age da mesma forma: usar uma forma que se sabe inadequada se justificaria em dada situação? Para aqueles psicólogos, haveria ainda a atuação da consciência metalinguística em que estamos cientes das diferentes maneiras de falar, mas a nossa concepção de como a linguagem funciona condicionar-nos-ia

que o falante ao optar por dada variante faz sem se questionar se aquela construção, por exemplo, é apropriada à posição que ele ocupa na estratificação social ou se dada forma poderia sofrer sanção de outros membros de seu *status*. Assim, uma variante vinda de uma classe que lhe é socialmente “inferior” não é vista como uma diminuição de sua “posição social”;

- c) São frutos de mudança de baixo para cima. Uma mudança de baixo²³ para cima costuma ocorrer, ensina-nos Labov (1972), no interior de um dado grupo social, em que uma forma de menor prestígio começa a ser difundida em outros grupos, até mesmo nos grupos de maior prestígio social, sem atingir o nível da consciência;
- d) Estão sujeitos à diferenciação social e variação estilística. Um marcador estaria, portanto, condicionado a ser percebido (e não conscientemente avaliado como certo ou errado) dada a sua correlação com a classe social de onde procede, além de poder estar sujeito ao monitoramento. Labov (1972) entende como variação estilística a possibilidade de formas variantes conviverem dentro de uma realidade monolíngue unidimensional, indo de fala espontânea à fala retórica, e de diversas possibilidades de realização de uma leitura, desde a mensagem de um aplicativo a uma ata de posse. A esse respeito, são pertinentes as afirmações feitas por Câmara Jr (1972) em relação ao **ele acusativo** (vide 2.1);
- e) Representam estágio intermediário de mudança ou desenvolvimento das variáveis. Considerando que as mudanças linguísticas não ocorrem de forma abrupta, é plausível que ela ocorra em etapas e que tais etapas, além de demonstráveis (o que fugira dos usos presumíveis dos neogramáticos e suas formas hipotéticas), são compreensíveis dentro da percepção consciente. Embora não seja condição *sine qua non* para a mudança, a superação da fase de indicador leva o utente a perceber que a forma variante agora deve restringir-se a estruturas em que possam ser vista como mais ou menos cuidadas, havendo um monitoramento estilístico, o que nos parece dialogar com o Funcionalismo linguístico, considerando o processo de gramaticalização, em que formas diferentes, denominadas de camadas ou variantes, disputam um mesmo espaço, provocando, assim, uma situação de estratificação / variação (cf. TAVARES, 2003).

a forma de interação com o meio social, o que, a nosso juízo, poderia ocasionar inclusive a prática da hipercorreção e a incoerência lexical.

²³ Bagno (2017) informa-nos que “esse grupo normalmente esteja em níveis inferiores da hierarquia social, é importante enfatizar, contudo, que “[a]baixo”, nesse contexto, não se refere à classe social ou status, porém, ao nível de consciência dos falantes.” (BAGNO, 2017, p.282)

Reiterando, segundo Bagno (2017), a variável *objeto direto anafórico de terceira pessoa* seria um caso de marcador na Língua Portuguesa do Brasil. Das quatro estratégias possíveis (o clítico acusativo, o pronome lexical (**ele acusativo**), o sintagma nominal anafórico e a anáfora zero), a forma mais próxima do padrão encontra-se mais frequente em falas mais monitoradas. Em pesquisa realizada, Duarte (1986) confirmou que a anáfora zero é a forma com maior frequência de emprego, seguido do sintagma anafórico, do pronome lexical e, por fim, do clítico. Em relação a tal fato, podemos ver, a nosso juízo, que sobre o uso da forma do pronome lexical ou do **ele acusativo** carecem algumas especificações de caráter sócio-histórico:

1. A origem de tal estratégia de demarcação da pessoa encontra-se pouco esclarecida, já que alguns postulam-no como atavismo conservado graças à inação da formação escolar. Por outro lado, outros relacionam-no à formação analógica ao *lhe* acusativo e sua origem em contato com aloglotas africanos como ocorre em variantes do Português Africano;
2. O seu uso foi associado pela tradição gramatical ao solecismo, ao provincianismo, ao falar informal, sendo tido e havido por erro, censurado pela escola e a ser evitado em situações formais, mesmo que aparecesse em autores do período Pré-clássico ou Arcaico;
3. O seu aparecimento na literatura canônica moderna deu-se para representar formas peculiares aos falares das classes sociais pouco escolarizadas;
4. A sua frequência de uso é baixa (quando excluimos o clítico) e tende a cair quanto mais ascende o nível de formação escolar.

Tais razões levaram-nos a controlar o **ele acusativo** e a descrever do ponto de vista sócio-histórico o seu percurso na história da Língua Portuguesa, tendo como base os *corpora* do Português Popular e do Português Culto de Vitória da Conquista – BA. Outro termo referente ao encaixamento e à avaliação, empregados por Labov (1982) é o estereótipo. Primeiramente usado pelas Ciências Sociais, constitui-se na evidência de que um constructo cristalizado possuía representação coletiva de dada imagem pré-concebida²⁴.

²⁴Uma bandeira, por exemplo, torna-se um estereótipo quando passa dentro do seio social a se referir a uma descrição associativa de um campo semântico. Ela tanto pode designar a liberdade ou seu oposto, a depender do conjunto de traços que a ligam à dada convenção. Katz e Braly (1933) vão, segundo o testemunho de Charaudeau e Maingueneau (2008 [2004]), destacar o aspecto nefasto.

Do ponto de vista linguístico, uma variante pode igualar-se à bandeira, feita de pano, com traços, com cores, com dizeres, mas seu conjunto representativo evidencia, no constructo cultural, de dentro e de fora do grupo social que a utiliza, uma variante reconhecida e usada com base em comentários negativos, já que, sobre ela, o falante apresenta consciência. Tal consciência é resultado de uma generalização de um uso considerado “equivocado” por um grupo social. Sem sombra de dúvidas, grande parte dos estereótipos, exceto aqueles relacionados a estrangeirismos²⁵, está associada à baixa escolarização e classes socioeconômicas desprivilegiadas.

Os estereótipos contrastam com os indicadores e marcadores, pois os indicadores são variáveis sobre as quais os falantes não têm consciência e com os marcadores que são variáveis das quais os falantes têm consciência, mas não são associados à negatividade ou efeito nefasto.

Embora não esteja presente na terminologia laboviana, a Sociolinguística trabalha ainda com o conceito de estigma. Um estigma, uma cicatriz deixada por um objeto perfurante, configura uma ideologia que sustenta as diversas formas de preconceito. Dada variedade não corresponde ao uso das camadas sociais dominantes ou se distanciam de seu capital cultural; logo, há de opor ao prestígio de quem detém o poder.

Inegavelmente, estigma e prestígio estão ligados às características sociais dos falantes do que exclusivamente a seus modos particulares de falar. Essa ligação pode ser vista no argumento de autoridade (usado pela tradição gramatical). No entanto, em casos especiais, nem sempre tal autoridade é chancela para reconhecer a legitimidade de determinado uso, como acontece com o **ele acusativo** na história do Português, o qual é tido com forma aceitável no Português Pré-clássico e até na linguagem informal de homens cultos, mas não sobre ele deve haver monitoramento em situações tidas como formais. No entanto, sobre construções do tipo “vi ela” recai o estigma linguístico já que a forma seria um cacófato a ser evitado, mesmo que o vocábulo “vi ela” seja cada vez mais raramente empregado, dado o franco desaparecimento do referente.

²⁵ As importações linguísticas são mais comuns nas classes sociais que mantêm contato com estrangeiros, contatos esses resultados de viagem ou de adstrato cultural. A fim de se diferenciarem dos outros grupos, começam seus utentes a fazerem usos de neologismos, à medida que traduzem, decalcam, tentam, por fim, incorporar a seu vernáculo pretensamente mais cuidados, formas estrangeiras, “dignas de possível imitação”. Os gramáticos sobre tais usos tecem longas e demoradas exprobrações, procurando reconduzi-los para os apriscos da língua de Camões. A nível de reflexão, são exemplos de estereótipos que representam tentativa de distinguir a fala de quem “viaja e importa” de quem “não viaja e não deve importar”.

Em síntese, a Sociolinguística e a Sócio-história vêm demonstrar que nada na língua é por acaso e tanto a variação quanto a mudança inerentes aos sistemas linguísticos estão condicionados por grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos os quais devem ser controlados pelo investigador para a compreensão do fenômeno que realiza.

Vejamos, agora, um sucinta exposição a respeito da teoria funcionalista da linguagem, que, também, oferece postulados para o surgimento do (Sócio)funcionalismo.

3.3 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

O nosso propósito nesta subseção é esboçar um breve estudo sobre o Funcionalismo Linguístico, para então projetarmos mais nitidamente a visão da teoria Sociofuncionalista com base no que foi exposto na subseção 3.1 sobre a Sociolinguística. Dessa forma, procuramos estabelecer um diálogo entre as duas teorias, mais próximo do nosso objetivo nesse estudo.

O Funcionalismo Linguístico, segundo Sousa (2008, p. 72), está “[...] historicamente enraizado no Círculo Linguístico de Praga que, já em 1920, ainda que sombreado pelo estruturalismo e por estudos voltados às questões da função da linguagem, desponta inquietações acerca da mudança no sistema linguístico”.

Os linguistas que faziam parte do Círculo Linguístico de Praga foram considerados os primeiros funcionalistas, destacando-se os russos Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson, pois investigavam a língua em situação real de comunicação.

Diferindo-se das abordagens estruturalista e gerativista, o Funcionalismo Norte-americano, de acordo Cunha et al (2003, p.29), concebe a “[...] linguagem como instrumento de interação social, cujo interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, pois busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua [...]”, ou seja, antagonicamente aos estudos formalistas, os estudos funcionalistas privilegiam a função sobre a forma, priorizando o contexto linguístico e a situação extralinguística.

No que se refere à expansão do Funcionalismo norte-americano, Cezario et al (2016) observam alguns teóricos que se destacam nesse campo de estudo, a saber: Talmy Givón, Sandra Thompson, Wallace Chafe e Paul Hopper, dentre outros.

A abordagem funcionalista tem como pressuposto básico, no estudo do sistema linguístico, a língua em uso e, conseqüentemente, todo o processo de produção torna-se alvo de interesse. Assim, a partir da pragmática linguística, procura-se explicar as regularidades observadas na interação da língua, priorizando o estudo dos princípios e estratégias que regem o uso comunicativo natural.

Em outro aspecto, a língua é concebida como um sistema heterogêneo, por entender que os falantes de uma mesma língua dificilmente se expressam da mesma maneira, ao levar em consideração as diferentes situações de comunicação e os diferentes propósitos comunicativos. É por isso que Hopper (1987) traz à tona a noção de “gramática emergente”, por conceber a língua como atividade no tempo real e a postulação de que não há gramática como produto acabado, mas sim em constante gramaticalização, cujo processo de construção se dá no discurso. Segundo Gonçalves et al. (2007, p.15), a gramaticalização é considerada um dos processos de mudança linguística mais comuns que se tem observado nas línguas em geral, sendo perceptível como o sistema linguístico tem sido renovado, principalmente, pelo “[...] surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes”.

De acordo Gonçalves et al (2007), esse termo gramaticalização foi primeiramente utilizado por Meillet ([1912] 1965, p.131) para se referir à “[...] passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical”. Podemos depreender, a partir de seus estudos pioneiros, a ideia de gramaticalização como uma ferramenta da linguística histórica, que buscava dar conta das origens e das mudanças típicas envolvendo morfemas gramaticais. Entretanto, também é possível depreender a possibilidade de conceber a gramaticalização como um processo sincrônico. Nessa perspectiva, Traugott & Heine (1991) defendem que o termo gramaticalização remete a um processo linguístico tanto diacrônico quanto sincrônico. Neves (1997, p.129), buscando generalizar o termo gramaticalização, defini-o como um processo dinâmico e histórico na sua essência. “Embora a interpretação do fenômeno possa ser sincrônica, ele é unidirecional, com uma unidade menos gramatical na ponta de partida e uma unidade mais gramatical na ponta de chegada, implicando, portanto, codificação nova e envolvendo, necessariamente, a morfologia”. Segundo a autora, considerada como uma característica básica do processo de gramaticalização, a unidirecionalidade segue o princípio de que uma mudança ocorrida em determinada direção não pode ser revertida, seguindo a escala item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional, proposta por Hopper e Traugott (1993).

Seguindo essa tendência panocrônica, Givón (1979) se destaca ao fazer uma abordagem paralela do caráter historicista da gramaticalização a partir de uma perspectiva sincrônica, concebendo-a primeiramente como um fenômeno sintático, pragmático e discursivo, a ser investigado a partir dos padrões fluidos de uso da língua. Fundamentando-se na proposta de Hodge (1970), ele defende a existência de um processo cíclico: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero.

Há um conjunto de critérios apresentados por Hopper (1991) que constitui um guia empírico para a identificação de tendências de gramaticalização, passíveis de serem apreendidas na língua em uso. Os cinco critérios que captam casos de formas/construções em estágios incipientes de gramaticalização, segundo Hopper (1991, 1996), são: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização.

3.3.1 OS PRINCÍPIOS DE HOPPER (1991)

A partir da noção de gramática emergente, Hopper (1991) focaliza o processo de gramaticalização em seu estado inicial. Apresenta cinco parâmetros que, segundo ele, dão conta do processo de forma gradual, considerando não o pertencimento de um item à gramática, mas o grau mais ou menos gramatical. São eles:

3.3.1.1 Estratificação

O princípio da Estratificação está ligado à coexistência de uma forma gramaticalizada nova e uma forma-fonte antiga em um mesmo domínio funcional sem que, necessariamente, uma substitua a outra.

Trata-se da ocorrência de dois ou mais itens linguísticos competindo pelo desempenho de uma determinada função. Segundo Tavares (2003), essa diversidade de itens atuando em um mesmo domínio funcional é decorrente do fato de que, quando uma forma ou conjunto de formas emerge, não substitui imediatamente um conjunto já existente de formas funcionalmente equivalentes, sendo possível que nunca venha a substituí-lo. Temos como exemplo a forma *a gente* que passou a competir com a primeira pessoa do plural, *nós*.

Hopper (1991) considera que a estratificação não veio para eliminar as formas antigas e substituir pelas formas novas, mas pelo “amontoamento”, dentro de um mesmo domínio funcional, de formas sutilmente diferentes que apresentam o mesmo significado.

Com base nesse princípio, notamos que o pronome pessoal de 3ª pessoa, *ele*, passou a assumir a função de objeto direto anafórico, juntamente com o clítico acusativo *o/a*, que é a sua forma canônica reconhecida pela gramática tradicional, além do sintagma nominal e do objeto nulo, que passam a funcionar como camadas/variantes do fenômeno. Observemos os exemplos (11) a (14).

- (11) É bem legal é um bairro muito bom porque ele atende a todas nossas necessidades tem tudo que você precisa tem por lá, tem mercado, tem loja de roupa, tem loja que vende coisa de casa, enfim, tem tudo e, assim, a pessoa só sai de lá mesmo se quiser mais opções, se quiser procurar... fazer orçamento e tal, e assim **acho que eu num trocaria ele não**, ele é um bairro muito bom [...] (C.B.S, PCVC, I, F);
- (12) [...] uma pessoa explorar uma criança [tipo] obrigá-**la** a ir pra algum lugar ganhar dinheiro (F.S.L.B, PCVC, I, M);
- (13) [...] quando minha esposa veio... faleceu... em Janeiro eu levei **ela** [pro] São Paulo e os médico daqui o médico dela mandô **leva** Ø urgente que ela... ela teve um... um tumor no fígado, né? (J.A.P, PPVC, III, M);
- (14) [...] a gente brincava a noite todinha de bicicleta, aí ela trancava a **bicicleta** [...] (G.N.B, PPVC, I, F).

No exemplo (11), observamos que o clítico acusativo (o/a) foi substituído pelo pronome “ele” na função acusativa anafórica, entretanto, o mesmo continua sendo utilizado na sua função prototípica, conforme observado no exemplo (12). Nas amostras (13) e (14), temos duas outras estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico, que também concorrem com o clítico, a saber, o objeto nulo e o sintagma nominal, respectivamente.

3.3.1.2 Divergência

No princípio da Divergência, percebemos a autonomia de um item lexical que dá origem ao processo de gramaticalização. Esse item, segundo Hopper (1991), continua sujeito a quaisquer outras mudanças, inclusive a um novo processo de gramaticalização. O item preservado, no entanto, mantém divergências em relação ao gramaticalizado que originou, como é o caso do substantivo *gente* que deu origem ao pronome *a gente* e continua existindo no português brasileiro.

Tavares (2003, p.72) pontua que “o uso fonte e o uso alvo de uma forma em um aclave de gramaticalização podem seguir cada um o seu próprio caminho e continuar coexistindo como reflexos divergentes de uma forma singular”. Nesse caso, o pronome lexical *ele* preservou o nominativo (na função de sujeito) e ganhou o caso acusativo, funcionando como objeto direto. Como pode ser constatado no exemplo (15).

(15) [...] então enquanto não tem movimento **ele** ta sentado estudando, **ele** ta sentado fazendo as tarefas dele, quando o movimento chega, **ele** vai ajudar **ela**, de qualquer maneira **ele** ta trabalhando [...] (S.S.R.S, PCVC, III, F).

Observamos que, numa mesma oração (15), o pronome pessoal de terceira pessoa foi utilizado como pronome sujeito e como pronome objeto, ou seja, a forma fonte e a forma alvo coexistindo em funções divergentes.

3.3.1.3 Especialização

Esse princípio está ligado ao estreitamento da escolha de uma forma em detrimento da outra ou especialização em alguma posição que pertence ao mesmo domínio funcional. Ou seja, uma forma passa a ser preferencial em termos de escolha pelo falante, em determinada posição sintática, o que eleva, conseqüentemente, ao seu uso em maior escala. Assim, o pronome de terceira pessoa *ele* tem sido a forma preferencial escolhida pelo falante, em relação ao clítico, conforme demonstrado nos resultados deste trabalho, elevando o seu uso em maior escala tanto pelos falantes do português culto como do popular, em detrimento do clítico acusativo *o*, conforme mostrado nos exemplos (16) e (17).

(16) [...] às vezes eu chamo **ela** pra ir lá em casa,[...]eu tento chamar **ela** pra ir com a gente [...] (F.S.L.B, PCVC, I, M);

(17) [...] o filho dele veio aqui e levô **ele** [pro] São Paulo [...] (J.A.P, PPVC, III, M).

No exemplo (16), verificamos o uso do pronome pessoal de terceira pessoa por um informante do Português Culto e, no (17), por um informante do Português Popular, como se essa variante estivesse se especializando nessa função sintática e, assim, o seu uso passasse a ser realizado independentemente do grau de escolaridade.

3.3.1.4 Persistência

O princípio da persistência está relacionado à manutenção de determinados traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada, ocasionando, muitas vezes, determinadas limitações do uso desta. A título de exemplo, a forma *a gente* preserva a ideia de coletividade da sua forma fonte, *gente*, limitando-o sintaticamente, uma vez que a forma

inovadora não admite modificação por quantificadores, numerais e especificadores, por isso, que *a gente*, geralmente, é utilizada no singular.

Outro bom exemplo disso é a gramaticalização de *ille* (pronome demonstrativo latino) para *ele* (pronome pessoal do português), pois o pronome pessoal *ele* mantém a propriedade de flexão de gênero (ele/ela) e número (ele/eles) dos demonstrativos. Já os pronomes pessoais “legítimos” não sofrem flexão de gênero/número (eu/nós, tu/vós), pois são itens lexicais diferentes, e não a variação de um mesmo item. Isso confirma o que Benveniste decretou como a não-pronominalidade de *ele/ela*, em razão do seu caráter fórico.

3.3.1.5 Decategorização

O último princípio, a Decategorização, está ligado à perda de autonomia discursiva do item em gramaticalização. Os nomes, por exemplo, perdem a propriedade de identificar participantes do discurso e os verbos de reportar eventos, passando a assumir, muitas vezes, papéis de afixos, desinências, clíticos etc. O *a gente* perdeu o traço de grau diminutivo e plural, por exemplo, que o substantivo “gente” tem.

Segundo Hopper (1991), as formas gramaticalizadas ou em processo de gramaticalização tendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos e privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos e passam a assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivos, pronomes etc. Nesse processo, notamos que o pronome *ele* saiu da categoria de demonstrativo latino para pronome pessoal reto e, em seguida, da categoria de pronome pessoal reto para pronome pessoal oblíquo.

A partir das reflexões apreendidas, podemos esquematizar o processo *continuum* de gramaticalização ocorrido do Latim para o Português.

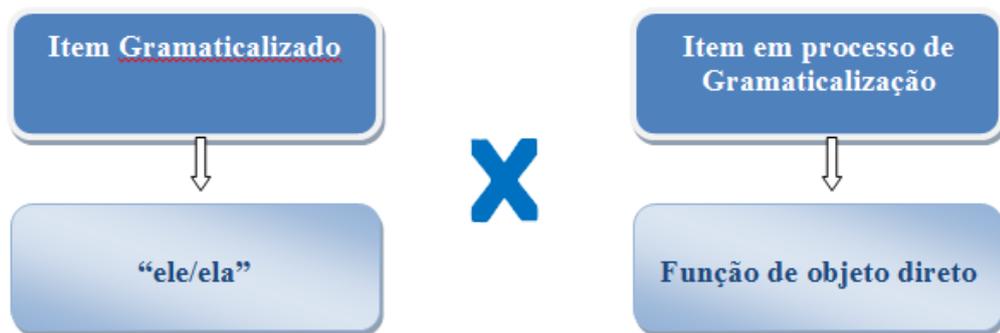
Figura 1 – Processo de gramaticalização com o pronome latino demonstrativo



Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Contudo, no Português Brasileiro, considerando a existência de diferentes graus de gramaticalização, conforme atesta Tavares (2003), e a confirmação do fenômeno pelos princípios de Hopper (1991), podemos dizer que se trata de um sinal de gramaticalização ainda em processo, na função acusativa anafórica.

Figura 2 – Gramaticalizado x Em processo de Gramaticalização



Fonte: Elaborada pela pesquisadora

3.4 A TEORIA (SOCIO)FUNCIONALISTA

Almejamos, nesta subseção, tratar sobre o Sociofuncionalismo, evidenciando o caráter heterogêneo da sua teoria a partir da união de duas correntes teóricas – a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo, cujos postulados apresentam várias divergências, as quais não serão tratadas neste trabalho, pois interessa-nos apenas ressaltar os pontos de congruência que os une, e que mantém a teoria sociofuncionalista.

Verificamos que a proposta do Sociofuncionalismo não busca a união dessas duas teorias em sua plenitude. Segundo Tavares (2003, p.101), “[...] não se trata da soma ou da combinação de pressupostos teórico-metodológicos de um modelo e de outro”, mas da definição de pressupostos que termina numa “conversa entre os modelos”. Assim, segundo a autora, o Sociofuncionalismo pode se constituir e se reconstituir a cada conversa a depender da posição assumida pelo pesquisador.

Cezario et al (2016) asseveram que:

A abordagem sociofuncionalista concebe a estrutura gramatical inserida na situação real de comunicação, considerando os participantes, o objetivo da interação e o contexto discursivo. Procura, nesses elementos, a motivação para o uso de uma forma linguística em detrimento de outra, levando em

consideração fatores sociais, cognitivos, comunicativos, entre outros, que podem influenciar na forma de se codificar a informação (CEZARIO et al, 2016, p.45).

A teoria sociofuncionalista eclodiu no Brasil no final da década de 1980, a partir dos trabalhos realizados pelo PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua da UFRJ), composto por estudiosos que se dedicavam à Sociolinguística Variacionista e à Gramaticalização. Dessa forma, os pesquisadores consideravam não só os fatores estruturais e sociais, como também os de cunho funcionalista, como informatividade, planos discursivos, iconicidades, marcação, objetivando explicar a variação ou a mudança, conforme declaram Cezario e coautores (2016). Para quantificação e análise dos dados, utilizavam-se da metodologia variacionista laboviana.

Em sua tese de doutorado, Tavares (2003) pontua alguns pontos de convergência entre as duas teorias, dentre os quais, destacamos: a prioridade dada à língua em uso, que por ser heterogênea, comporta a variação e a mudança; a análise dos fenômenos da mudança linguística em situações de comunicação, que pode ser contínua e gradual; a utilização de dados sincrônicos e diacrônicos garantindo o refinamento e a confiabilidade dos mesmos; e a consideração dos fatores extralinguísticos na análise dos fenômenos linguísticos. Todavia, a autora assevera que as semelhanças podem ser apenas parciais entre os itens elencados e que as diferenças podem surgir.

Diante disso, será viável utilizar-se da teoria sociofuncionalista quando o pesquisador conseguir encontrar o ajuste e a negociação dos pressupostos da teoria variacionista e da teoria funcionalista da linguagem. Para tanto, é necessário que o pesquisador se posicione claramente, visto que este não é um mero mediador de conceitos a serem ajustados.

Concluimos esse percurso teórico, no qual examinamos princípios relevantes da Teoria da Variação e Mudança Linguística, do Funcionalismo Norte-Americano voltado à gramaticalização e, a partir disso, apresentamos a proposta conciliatória entre as duas teorias, no intuito de esboçar que a análise que realizamos fundamenta-se a partir do diálogo entre as duas teorias. Sequencialmente, discorreremos a respeito do aparato metodológico que norteou a nossa pesquisa.

4 METODOLOGIA

Adotando a metodologia proposta pela Sociolinguística Variacionista de orientação laboviana, expomos, na presente seção, os procedimentos metodológicos norteadores de nossa pesquisa. Assim, descrevemos tanto a constituição dos nossos *corpora* quanto os critérios adotados para a elaboração das hipóteses explicativas responsáveis pela escolha das variáveis linguísticas e extralinguísticas controladas. Destacamos que foram utilizadas amostras de fala de 24 (vinte e quatro) informantes, sendo 12 (doze) para cada norma, visto que o presente estudo almeja a comparação entre as normas culta e popular.

O nosso propósito primordial, com base nas estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico ao estabelecer uma comparação entre as normas popular e culta, é construir a história do **ele acusativo** no Português Brasileiro, ancorando-nos nos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos fornecidos pela Teoria da Variação e Mudança Linguística²⁶ propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006), Labov (2008), em consonância com os fundamentos da sócio-história (ROMAINE, 1982). Como aponta Mollica (2015, p. 11), “[...] os condicionamentos que concorrem para o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos”.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta subseção, abordamos as etapas desenvolvidas nesta pesquisa. Assim, iniciamos com a contextualização da cidade de Vitória da Conquista, o *locus* da nossa investigação sociolinguística; em seguida, apresentamos as informações a respeito da seleção dos informantes; da entrevista de natureza sociolinguística; por fim, detalhamos o envelope de variação, descrevendo as variáveis linguísticas (estruturais) e extralinguísticas (sociais) utilizadas neste estudo.

²⁶ A Sociolinguística é um ramo da Linguística Histórica e possui pontos em comum com a Sócio-história.

4.1.1 PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A comunidade linguística selecionada para o desenvolvimento da pesquisa é a cidade de Vitória da Conquista – Bahia, localizada no Sertão da Ressaca²⁷, região brasileira conhecida no cenário nacional por ser, entre outros motivos, um dos grandes centros de criação de gado, produção e exportação de café e de outras culturas; além de ser um lugar que abastece outras regiões da Bahia e do norte de Minas Gerais, que se encontram em seu entorno, com serviços voltados à educação, saúde e geração de empregos.

Localiza-se geograficamente na região sudoeste do estado da Bahia, mais precisamente na microrregião do Planalto de Conquista, cujos limites fronteiriços apontam para o Norte, limitando-se com os municípios de Anagé e Planalto; o Sul, com Encruzilhada e Cândido Sales; o Leste, com Barra do Choça e Itambé e o Oeste, com os municípios de Belo Campo e Anagé. Segundo Tanajura (1992, p.17), a posição geográfica em que se encontra a cidade de Vitória da Conquista é um indicativo de que o município está situado em uma área estratégica que lhe permite estabelecer relações comerciais com diferentes localidades. Ainda, segundo o autor, até 1950 a área do município era de aproximadamente 9.422 Km², porém, com a emancipação de alguns distritos, a área foi diminuída para 3.743 Km².

Os povos indígenas Mongoyó, Ymboré e Pataxó foram os primeiros habitantes do território onde hoje se situa o município de Vitória da Conquista. As aldeias se estendiam por uma extensa faixa, conhecida como Sertão da Ressaca, abrangendo as margens do Rio Pardo até o Rio das Contas (PMVC, 2017).

O sertão atraiu a vinda de colonizadores portugueses e mestiços para exploração de metais preciosos, principalmente ouro, e ocupação do território. Um dos responsáveis pelo desbravamento do Sertão da Ressaca foi o bandeirante João Gonçalves da Costa, português nascido na cidade de Chaves, provavelmente em 1720, que ficou conhecido como um conquistador violento e dizimador de aldeias indígenas. Ele acabou ocupando a região e fundando o Arraial da Conquista. Após todo o período de luta, pouco restou da cultura e tradição indígena no Sertão da Ressaca (PMVC, 2017).

No que se refere à língua dos grupos indígenas que habitavam a região, Sousa (2013) afirma que o sistema linguístico era constituído pelas línguas Kamacã (dialeto Mongoyó),

²⁷ O nome Sertão da Ressaca pode ser derivado tanto do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho, como da palavra ressaco, que corresponde à funda baía de mato baixo circundada por serras (PMVC, 2017). <http://www.pmvc.ba.gov.br/>

Aymoré e Pataxó. Tanto os índios quanto os negros africanos, os afrodescentes e os brancos europeus influenciaram na construção sociocultural e linguística da cidade.

No cenário político, após mudanças de ordem administrativa e territorial, o arraial se elevou à condição de Imperial Vila da Vitória, em 1840, e em 1891 passou à categoria de cidade, recebendo o nome de Conquista, e posteriormente, em 1943, o nome do Município é modificado para Vitória da Conquista, conforme destaca Silva-de-Sousa (1998).

A cidade de Vitória da Conquista se tornou um importante centro de integração comercial, depois de emancipado e consolidado o seu poder político, revelando um desenvolvimento econômico privilegiado, principalmente, no setor de produção agropecuária. Graças às políticas públicas de construção de rodovias patrocinadas pelos governos federal e estadual, no final da década de 1940 e início da década de 1950, Vitória da Conquista entrou de vez na rota do desenvolvimento e do progresso, como lembra Sousa (2013). Desde então, a cidade se destacou comercialmente no sertão da Bahia, possibilitando a sua ligação com outros centros econômicos do estado e do país.

Figura 3 - Posição geográfica da cidade de Vitória da Conquista no mapa da Bahia



Fonte: PMVC, 2017.

Atualmente, Vitória da Conquista abrange uma população estimada de 348.718 habitantes, em 2107, distribuída por um território com área de 3.405,580 km², segundo dados do IBGE²⁸ (2017), tendo como uma das características predominante a mobilidade e expansão

²⁸ Dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama> acesso em 15.08.2017.

comercial, sendo classificada como um dos mais importantes centros comerciais do sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais. A cidade destaca-se também por ser um polo universitário, atendendo a uma população de pouco mais de dois milhões de pessoas, advindas de cidades e regiões circunvizinhas no intuito de buscar uma qualificação superior.

Após traçarmos alguns contornos do *locus* da presente pesquisa, apresentamos, em seguida, os nossos *corpora*.

4.1.2 DESCRIÇÃO DA NOSSA AMOSTRA

Por entendermos que o Português Brasileiro (PB) compreende tanto o *chamado português popular* ou *vernáculo brasileiro* e o *português culto brasileiro*, teceremos brevemente uma descrição sobre esses dois conceitos.

Segundo Mattos e Silva (2008), “[...] o português europeu seria o antecedente histórico do português brasileiro culto, que chegou aqui no século XVI [...]”. Por conseguinte, a partir da segunda metade do século XVIII, iniciou-se o processo de definição do português brasileiro culto, quando a língua portuguesa passou a ser obrigatoriamente objeto de ensino sistemático no Brasil, por força da política pombalina daquela época. Mesmo ensinado de forma precária, o objetivo era acabar com o ensino jesuítico, centrado na catequese, que preferencialmente ensinava a língua latina (MATTOS E SILVA, 2008, p.17).

Entretanto, o percurso para formação do Português Brasileiro Popular deu-se de forma diferente do Português Brasileiro Culto, uma vez que este se ampara numa tradição escrita e aquele se faz na oralidade. Dessa forma, através dos relatos históricos, identificamos como atores fundamentais para a formação do Português Popular Brasileiro a influência dos africanos e seus descendentes, dos indígenas e também do europeu, que contribuíram para a heterogeneidade e pluralidade do Português Brasileiro.

Assim, com base nos elementos sócio-históricos, notamos que as duas variantes do Português Brasileiro foram instituídas a partir de relações sociais desiguais entre dominador e dominado. De um lado temos o Português Culto Brasileiro que se definiu a partir das práticas sociais de uma elite relativamente pequena e de outro o estabelecimento do Português Popular Brasileiro, caracterizado, principalmente, pelas influências de um período histórico marcado pelo multilinguismo das classes subordinadas.

Diante do exposto, podemos inferir que o Português Culto Brasileiro estabeleceu-se como a variante falada por falantes escolarizados, ou com um número considerável de anos de escolaridade, que se diferenciam pelo domínio dos padrões linguísticos prestigiados pela elite

européia (norma culta), enquanto os falantes do Português Popular Brasileiro se distinguem pela escassez de letramento ou, até mesmo, a falta dele.

Em virtude da variedade de sentidos que o adjetivo “popular” venha a adquirir nas diversas circunstâncias em que é utilizado, apresentamos brevemente algumas considerações quanto ao emprego do termo em nossa pesquisa. Para Silva (2005), o adjetivo “popular” pode referir, do ponto de vista geral, tanto ao conjunto de cidadãos como um todo (“voto popular”, a exemplo, equivale ao voto de todos), quanto designar apenas a parcela da população que não faz parte da elite, a gente comum, às pessoas comuns (2005, p.9).

Assim, consideramos em nossa investigação sociolinguística a definição de língua popular do Brasil como resultado do contexto sócio-histórico de seus falantes, bem como da classe social que ocupam, em virtude das dificuldades de acesso às práticas de letramento. A esse respeito, ouvimos Silva (2005):

Cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflete a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano. (SILVA, 2005, p. 10).

Indubitavelmente, admitimos a existência de outros elementos que identificam e contribuem para a caracterização do Português Culto e Popular, contudo, em nosso trabalho, esboçaremos tal distinção a partir das dificuldades de acesso à informação, de acordo com o parâmetro social escolaridade.

Vejamos o que diz Bagno (2007) a esse respeito, em seu livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*:

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um *alto grau de diversidade e de variabilidade*, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de *status* social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2007, p. 16).

Nesse intuito, selecionamos dois *corpora* desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo – CNPq da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Grupo Janus) que são extratos, com efeito, da fala culta e popular da comunidade linguística Vitória da Conquista – BA. O *corpus* do Português Popular da Comunidade de Vitória da Conquista (PPVC) é constituído de 12 (doze) entrevistas com informantes sem ou com até cinco anos de escolaridade, estratificados em sexo e faixa etária. Já o *corpus* do Português Culto da Comunidade de Vitória da Conquista (PCVC) também é constituído de 12 (doze) entrevistas com informantes com onze anos ou mais de escolaridade, estratificados em sexo e faixa etária, seguindo o modelo laboviano.

Na construção dos *corpora*, foram gravadas 48 (quarenta e oito) entrevistas com uma média de 50 minutos cada, com informantes da cidade de Vitória da Conquista – BA, utilizando-se de um roteiro (cf. anexo A) estabelecido previamente, que os conduzissem da maneira mais natural possível. Dessas 48 entrevistas, 24 (vinte e quatro) foram destinadas à formação do *Corpus* PCVC e as outras 24 (vinte e quatro) para a composição do *Corpus* PPVC. Em cada um dos *corpora*, 12 (doze) entrevistas correspondem a informantes do sexo masculino e, conseqüentemente, 12 (doze) referem-se a informantes do sexo feminino. Além dessas especificidades, ambos os *corpora* são estruturados de acordo com três faixas etárias: (a) faixa I, representando informantes jovens; (b) faixa II, informantes adultos; (c) faixa III, informantes com idade superior a 50 anos, conforme especificaremos na próxima subseção.

Após verificação do perfil dos informantes e preenchimento do “questionário social” (cf. anexo B), todas as entrevistas foram realizadas na zona urbana de Vitória da Conquista, pelos bolsistas do Grupo Janus, cadastrados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, conforme apresenta Guimarães (2014).

As entrevistas foram realizadas com a finalidade de que o informante se comportasse o mais natural possível, no sentido de serem conduzidas em um tom com característica bastante informal, uma conversa. Mesmo portando um roteiro visível aos falantes, conduzimos a entrevista num formato de conversa com certo grau de informalidade. O informante foi estimulado a falar de temáticas do cotidiano, ou algo que o houvesse marcado emocionalmente. Com isso, esperávamos que as presenças do gravador e do documentador fossem, minimamente, deixadas de lado, possibilitando maior uso do vernáculo pelo falante. Tal metodologia procura atender ao requisito laboviano de representar o vernáculo da comunidade de fala.

A maioria absoluta das entrevistas ocorreu em espaços bem familiares aos informantes: quer seja em seu ambiente de trabalho, em cozinhas, sala da própria casa. (GUIMARÃES, 2014, p. 82).

Concluindo a etapa das entrevistas, os pesquisadores do Grupo Janus, coordenados pelos professores doutores Jorge Augusto Alves da Silva e Valéria Viana Sousa, iniciaram o processo de audição e transcrição, utilizando-se da chave de transcrição proposta pelo Grupo Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, liderado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi (UFF) na UFBA. Depois de transcritas todas as entrevistas, os membros do grupo Janus, com auxílio dos bolsistas de Iniciação Científica (UESB/FAPESB/CAPES/CNPq), iniciaram o processo de revisão das transcrições com o intuito conferir maior confiabilidade aos trabalhos.

A seguir descreveremos o processo de coleta dos dados que constituíram a amostra da nossa pesquisa.

4.1.3 COLETA DOS DADOS

Conforme descrevemos anteriormente, servimo-nos dos *corpora* do PCVC e PPVC para elaboração da amostra da nossa pesquisa. Inicialmente, selecionamos aleatoriamente os informantes de cada *corpus* de acordo com a idade, os quais foram distribuídos em três faixas etárias, a saber: (a) faixa I – de 15 a 35 anos; (b) faixa II – de 36 anos a 49 anos; (c) faixa III – de 50 anos em diante. Assim, a nossa amostra foi formada por 24 (vinte e quatro) entrevistas, sendo 12 (doze) informantes do sexo feminino e 12 (doze) do sexo masculino, conforme apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Informantes do Português culto e popular de Vitória da Conquista – BA

FAIXAS ETÁRIAS	INFORMANTE	SEXO	CORPORA	
FAIXA I	17 ANOS	M.M.M	Feminino	<i>Corpus PCVC</i>
	19 ANOS	F.S.L.B	Masculino	<i>Corpus PCVC</i>
	21 ANOS	C.B.S	Feminino	<i>Corpus PCVC</i>
	21 ANOS	J.L.S	Masculino	<i>Corpus PCVC</i>
	24 ANOS	G.N.B	Feminino	<i>Corpus PPVC</i>
	26 ANOS	M.S.S	Masculino	<i>Corpus PPVC</i>
	26 ANOS	L.B.R	Masculino	<i>Corpus PPVC</i>
	33 ANOS	S.J.S	Feminino	<i>Corpus PPVC</i>
FAIXA II	36 ANOS	H.F.D.S	Masculino	<i>Corpus PCVC</i>
	37 ANOS	L.S.S	Feminino	<i>Corpus PCVC</i>
	37 ANOS	R.F.V	Masculino	<i>Corpus PCVC</i>
	37 ANOS	S.A.A	Masculino	<i>Corpus PPVC</i>
	38 ANOS	A.A.B	Feminino	<i>Corpus PPVC</i>
	39 ANOS	A.S.A	Feminino	<i>Corpus PCVC</i>
	41 ANOS	J.C.S	Masculino	<i>Corpus PPVC</i>
	45 ANOS	E.S.B	Feminino	<i>Corpus PPVC</i>
FAIXA III	51 ANOS	D.A.O	Masculino	<i>Corpus PCVC</i>
	54 ANOS	S.S.R.S	Feminino	<i>Corpus PCVC</i>
	54 ANOS	J.B.D.F	Masculino	<i>Corpus PCVC</i>
	54 ANOS	J.V.B	Feminino	<i>Corpus PCVC</i>
	72 ANOS	E.F.O	Masculino	<i>Corpus PPVC</i>
	74 ANOS	M.L.S.S	Feminino	<i>Corpus PPVC</i>
	75 ANOS	M.C.A.O	Feminino	<i>Corpus PPVC</i>
	79 ANOS	J.A.P	Masculino	<i>Corpus PPVC</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Depois de selecionados os nossos informantes, iniciamos o levantamento dos dados, colhendo minuciosamente as ocorrências, que seriam analisadas posteriormente, e observando como se dava a realização do preenchimento do objeto direto anafórico. Após seleção de todas as ocorrências linguísticas consideradas válidas, separamos e salvamos em

um novo documento, denominado de “amostras” (*Microsoft Word – versão 2013*). Em sequência, realizamos a codificação dos dados através de códigos mnemônicos.

Para quantificação dos dados coletados, optamos, como método de análise, em fazer uso do programa estatístico *GoldVarb X* por considerar que este nos proporcionará resultados mais refinados.

4.1.4 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS DADOS

No processo de seleção dos dados, foram computadas as ocorrências de acusativo anafórico que abordam os casos em que o pronome (acusativo ou vazio) se encontra em relação de correferência com outro SN mencionado anteriormente no discurso, conforme apresentados em (18), (19) e (20):

(18) Eu gosto sempre de cultivar as amizades e mantê-**las**, entendeu? (J.L.S, PCVC, I, M);

(19) [...] eu achava mais fácil dar do que mandar **ele** esperar um pôquinho [...] (J.V.B, PCVC, III, F);

(20) [...] eu sempre trato os alunos com muito carinho, sou muito dura na questão assim de pegá no pé de reclamá \emptyset , mas eu sou muito de acolhé \emptyset [...] (L.S.S, PCVC, II, F).

Foram também computados todos os casos de repetição numa mesma estrutura, conforme segue:

(21) [...] aí ela ficô chateada porque eu e meu marido foi e não chamô **ela**, no caso quem teria que chamar **ela** seria o marido dela né [...] (S.J.S, PPVC, I, F);

(22) [...] meu pai é pedrêro, ele tá trabalhano fora [...] é uma cidadezinha aqui perto, mas fora de Conquista, ele vai na segunda, os patrões pega **ele** na segunda e leva \emptyset , aí no sábado de tarde traz **ele**... ele fica só domingo [na casa de mainha] tá fazeno uma casa lá pro povo. (S.J.S, PPVC, I, F).

4.2 ENVELOPE DA VARIAÇÃO

Nesta subseção, apresentamos o elenco das variantes concorrentes dentro de uma variável e os fatores que estão exercendo pressão sobre os usos, também conhecidos como variável dependente e variáveis independentes.

4.2.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

Labov (1972), seguindo uma perspectiva ordinária no tratamento de dados estatísticos, destaca que, para se determinar uma variável linguística, deve-se especificar exatamente o número de variantes, bem como estabelecer a diversidade de contextos linguísticos em que ela se apresenta, elaborando, por fim, uma relação quantitativa com o intuito de mensurar a relevância das variáveis. É frequente, em uma comunidade de fala, a variação de formas linguísticas. Essas formas em variação são chamadas de “variantes”. Assim, podemos chamar de “variantes linguísticas” as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. Em conjunto, configuram um fenômeno variável, nomeado tecnicamente como “variável linguística” ou “variável dependente”, conforme demonstrou didaticamente Tarallo (1986).

Assim, na presente pesquisa, com base nos estudos de Omena (1978), Duarte (1986) e Monteiro (1994), consideramos como variável dependente as seguintes estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico:

a) Uso do clítico acusativo

(23) [...] aprender a conviver com os recursos que nós temos né... pra aprender a administrá-**los**. (H.F.D.S, PCVC, II, M).

b) Uso do pronome **ele acusativo**

(24) [...] nem na rua eu dêxo **ele** brinca que eu tem medo de bala perdida [...] (G.N.B, PPVC, I, F).

c) Uso de Sintagmas Nominais Anafóricos (SNs)

(25) [...] pra abrí a mente do jovem e ocupá a **mente** com estudo mesmo [...] (G.N.B, PPVC, I, F);

(26) [...] eu gosto muito da tranquilidade, e eu consigo encontrá **isso** aqui. (A.S.A, PCVC, II, F).

d) Uso da categoria vazia (objeto nulo)

(27) [...] o médico dela mandô leva **Ø** urgente [...] (J.A.P, PPVC, III, M).

Aventamos a hipótese de que o pronome **ele acusativo** apresentaria considerável produtividade, sobretudo entre os falantes do vernáculo popular conquistense, em detrimento do clítico acusativo, que quase não seria mais utilizado, exceto por uma pequena parcela dos falantes do Português Culto, demonstrando um caso de mudança em curso, uma vez que uma das variantes está suplantando a concorrente. Já o objeto nulo e o sintagma nominal seriam usados alternativamente em menor quantidade, tanto pelos falantes do Português Culto como pelo Popular. O objeto nulo ou categoria vazia seria a forma inovadora, essencialmente entre os falantes mais escolarizados, por ser a forma não estigmatizada.

Apresentamos a seguir as variáveis independentes ou grupo de fatores condicionadores da pesquisa.

4.2.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

De acordo Mollica (2015), entende-se como variável dependente aquela cujo emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupo de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural.

Assim, as variáveis independentes ou grupo de fatores podem ser de natureza interna ou externa à língua e atuam como agentes condicionadores sobre os usos, contribuindo para o aumento ou diminuição da sua frequência de ocorrências.

Com base nos estudos já realizados em outras comunidades linguísticas, conforme apresentado na subseção 2.6 O ELE ACUSATIVO: UMA REVISÃO DA LITERATURA, e nos pautando nas observações realizadas à forma de preenchimento do objeto direto anafórico em Vitória da Conquista, preconizamos, para a presente pesquisa, as seguintes variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas.

4.2.2.1 Variáveis Linguísticas

Estabelecemos três variáveis linguísticas, a saber: (i) traço semântico; (ii) forma verbal; e (iii) tipo de oração, apresentados inicialmente na **INTRODUÇÃO**, como hipóteses para o condicionamento da realização da variável dependente.

Analisemos, a seguir, as especificações das referidas variáveis.

4.2.2.1.1 Traço semântico

O traço [\pm animado] é um dos fatores apontados por Omena (1978) e Duarte (1986) no condicionamento linguístico da variação entre anáfora pronominal (*ele/ela(s)*) e anáfora zero dentre as formas de representação do objeto direto anafórico, conforme citado na subseção 2.6 - O ELE ACUSATIVO: UMA REVISÃO DA LITERATURA.

Por hipótese, supomos que a ocorrência do pronome **ele acusativo** favorece-se com o traço [+humano]; ao passo que, o objeto nulo é favorecido pelo traço [-humano] do antecedente corroborando os resultados apresentados por Omena e Duarte supramencionadas, como podemos observar nos exemplo (28) e (29):

(28) [...] eu tinha medo de morrer, deixar meus fi pequeno, graças a Deus sonhei de ver **eles** criado, tá tudo criado, tá tudo crescido [...] (M.C.A.O, PPVC, III, F).

(29) [...] no passado a internet possibilita uma série de coisas que não tínhamos condição de **realizáØ** num é [...] (H.F.D.S, PCVC, II, M).

Nesse sentido, julgamos conveniente controlar essa variável. Passemos a outro grupo de fatores que consideramos importante trazer para a nosso discussão: o tempo verbal.

4.2.2.1.2 Tempo verbal

Um fator morfológico que pode influenciar a realização de uma variável é a forma verbal. Duarte (1986) aponta, em seu trabalho sobre as realizações do objeto direto anafórico, que uma das variantes, o clítico acusativo, de baixa ocorrência na fala (4,9%) ainda resiste com formas verbais no infinitivo e nos tempos simples (presente e pretérito perfeito) do indicativo. As demais formas verbais favoreciam outras variantes, como a anáfora zero e o

pronome **ele acusativo**. Duarte controlou em seu trabalho o tempo e o modo verbal separadamente; entretanto, em nossa pesquisa, consideramos apenas o tempo verbal.

A nossa hipótese para essa variável era que o tempo em que se encontra o verbo da oração em que se realiza o objeto direto *anafórico* seria relevante na escolha da variante, assim como apontou Duarte (1986), para tanto, as formas simples tenderiam a motivar o aparecimento do **ele acusativo**, dado que as formas simples estariam mais presentes em falas mais próximas de um ideal de língua popular.

Vejamos os exemplos (30), (31) e (32):

(30) [...] eu particularmente, eu acho muito gostoso usá palavras que tem uma significação e às vezes as pessoas nem Ø conhecem, quanto mais eu amplio meu vocabulário, mais eu tenho prazer em usá-lo, porém em alguns lugares onde estou eu não posso fazé **isso**. (L.S.S, PCVC, II, F);

(31) [...] eu vi passano um menino na quinta série, colocô **ele** pra fazê o nome dele e ele num soube fazê o nome dele direito [...] (D.A.O, PCVC, III, M);

(32) [...] quando meu pai matava um bode, assim a gente tirava a bexiga que vem do bode, pegava **ela**, batia **ela** bem batida, pegava **ela** assim e **sopravaØ** e **amarravaØ** [...] (D.A.O, PCVC, III, M).

No exemplo (30), identificamos que a realização do objeto direto anafórico ocorreu de três formas diferentes: no primeiro período, houve o apagamento do objeto quando se fez referência ao antecedente *palavra*; em seguida, o informante utilizou a forma canônica preconizada pela gramática tradicional – o clítico; e ao final substituiu o objeto por um sintagma nominal, através do demonstrativo *isso*. Nas três ocorrências, os verbos permaneceram no tempo presente do indicativo.

Observamos o uso do **ele acusativo** na função acusativo-anafórica em (31) e (32), com os verbos no pretérito perfeito e imperfeito. O exemplo (32) traz ainda dois casos de apagamento do objeto com os verbos também no pretérito imperfeito. Para tanto, postulamos uma hierarquia em que as formas simples tenderiam a motivar o aparecimento do **ele-acusativo**, o que seria evitado (em maior frequência) em construções com locuções verbais e tempos compostos.

Vejamos agora o nosso último condicionamento linguístico.

4.2.2.1.3 Tipo de oração

Como vimos na subseção 2.6 “*O ele acusativo: uma revisão da literatura*”, o tipo de oração é um fator de natureza sintática extremamente atuante na implementação de uma forma variante.

Os trabalhos realizados por Duarte (1986; 1989) demonstram que o clítico é mais utilizado em estruturas simples, com tempos simples do indicativo, ao passo que o pronome **ele acusativo** é mais frequente em orações complexas. Já a anáfora zero do objeto é aceitável em qualquer estrutura. E a nossa hipótese era a de que, na amostra do presente estudo, a realização do pronome **ele acusativo** seria confirmada pela influência de estruturas sintáticas mais complexas, como orações subordinadas e coordenadas, visto que, dentre os trabalhos em que tem se controlado essa variável, notamos a sua relevância, ou seja, a nossa postulação seguiu a literatura já consagrada que aponta nas estruturas sintáticas ditas mais complexas um nível de maior frequência no uso do **ele acusativo**.

Para verificação desse fator, observamos os seguintes tipos de orações: a) Absoluta; b) Coordenada; c) Subordinada; e d) Relativa²⁹, conforme, respectivamente, os exemplos (33), (34), (35) e (36) apresentados a seguir:

(33) [...] Oh, eu acho **ela** boa, né? (M.S.S, PPVC, I, M);

(34) [...] Brincava muito de bicicleta a noite minha mãe tinha que pegá a bicicleta e **trancáØ** na grade da porta pra a gente num sair [...] (G.N.B, PPVC, I, F);

(35) Ele num deixou porque eu tava muito nova, ele falou, aí eu fugi, entendeu? Só que depois eu voltei lá e ele me aceitô, mas só que eu perdi **ele**, entendeu? (E.S.B, PPVC, II, F);

(36) [...] Não fala mais. Ele quer que eu ajude **eles**. [...] (J.C.S, PPVC, II, M).

Nas amostras de fala referentes ao exemplos (33), (35) e (36), notamos, respectivamente, o uso do **ele acusativo** em períodos simples (absoluta) e compostos por subordinação, na qual também se inclui a oração relativa. No (34), temos um caso de apagamento do objeto realizado numa oração do tipo coordenada.

²⁹ Optamos, por questões metodológicas, separar as orações relativas em um caso especial, considerando seu alto nível de processamento, já que construir uma oração relativa demanda maior atenção do falante.

Em sequência, apresentaremos as especificações das variáveis independentes extralinguísticas.

4.2.2.2 Variáveis Extralinguísticas

Mostramos na seção 3 (que trata da teoria), a importância de se investigar a língua não só em seus aspectos estruturais, mas também sociais, observando a estreita relação entre língua e sociedade. Nesse sentido, para controle dessa relação na presente pesquisa, definimos três variáveis sociais cujas especificações apresentaremos nas próximas subseções, a saber: sexo, faixa etária e grau de escolaridade.

4.2.2.2.1 Sexo

Nesse quesito, consideramos a importância de se analisar a variável sexo³⁰, tendo em vista os fatores masculino e feminino.

Nos estudos realizados por Labov (1966³¹) sobre o inglês de Nova York, o autor constata que a forma inovadora tende a ocorrer mais frequentemente na fala das mulheres do que dos homens. Assim, quando se trata da realização de uma variante prestigiada, como no caso da pronúncia retroflexa em Nova York, as mulheres tendem a assumir a liderança da mudança, ocorrendo o inverso com os homens. Assim, quando se trata de uma forma desprestigiada, os homens tomam a liderança enquanto as mulheres assumem uma postura conservadora.

No entanto, Silva (2005) demonstrou que há necessidade de se discutir, por meio da variável sexo, aquilo que é ou não é considerado inovador/conservador em dada comunidade de fala. O pesquisador conclui que as mulheres oriundas de zona rural apresentam traços conservadores quase atávicos e que os jovens urbanos seriam os elementos mais propícios às mudanças, especialmente os homens, valendo tal realidade também para os falantes rurais: ares novos, usos novos.

Assim, na presente pesquisa, inferimos que os homens assumiriam a liderança do maior número de usos do pronome **ele acusativo**, por ser a forma mais estigmatizada, ao

³⁰ Em nossa pesquisa, adotamos o termo *sexo*, por questões metodológicas, para nos referir única e exclusivamente ao *sexo* biológico *masculino* e *feminino*.

³¹ Embora não tenhamos tido acesso direto atribuído a Labov (1966), *The social stratification of English in New York City*, fazemos referência a ele por aparecer de forma comentada em *Padrões Sociolinguísticos*, claramente do mesmo autor.

passo que as mulheres atuavam com mais força com a variante anáfora zero, já que procuram dar mais atenção ao que seja ditado pela força da norma escolar.

4.2.2.2.2 Faixa etária

A faixa etária é um fator social importante que pode revelar um caso de variação dentro do sistema. Em 1963, a pesquisa realizada por Labov em Martha's Vineyard, usando o conceito de tempo aparente, mostrou que os jovens estavam utilizando a forma inovadora enquanto que os idosos preservavam a forma original não centralizada do núcleo do ditongo /aw/.

Do mesmo modo, utilizando-nos da variável independente extralinguística (faixa etária), estabelecemos três fatores para constituição dessa variável social, a saber:

- ❖ *Faixa I*: de 15 a 35 anos;
- ❖ *Faixa II*: de 36 anos a 49 anos;
- ❖ *Faixa III*: de 50 anos em diante.

Após essa definição das faixas etárias, levantamos como hipótese que a anáfora zero ou objeto nulo seria favorecido pelos falantes presentes nas faixas I e II, por ser a forma mais inovadora, ao passo que o pronome **ele acusativo**, por ser a forma mais conservadora, se destacaria com os informantes da faixa III.

4.2.2.2.3 Escolaridade

Numa sociedade tão estratificada como a nossa, o grau de escolaridade assim como o nível socioeconômico do indivíduo desempenham um papel significativo sobre o seu desempenho linguístico.

Nesse aspecto, buscamos organizar os informantes da amostra investigada de acordo com o grau de escolaridade. Assim, distribuímos a variável social escolaridade em: a) *informantes menos escolarizados* – compreendendo os informantes que não tinham escolaridade ou que possuíam até 5 (cinco) anos de escolaridade; e b) *informantes mais escolarizados* – representando os informantes com 11 (onze) anos ou mais de escolaridade.

Por hipótese, supomos que apenas os informantes menos escolarizados favoreceriam o uso do pronome **ele acusativo**, por ser a variante desprovida de prestígio. Ao passo que os

informantes mais escolarizados favoreceriam expressivamente a anáfora zero, por se tratar da variante inovadora que não sofreria estigma.

Por conseguinte, findamos essa subseção e apresentamos a variável dependente e as variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas que nortearam as análises, bem como as variantes que compuseram cada uma delas, por meio do quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Resumo das variáveis controladas

VARIÁVEL DEPENDENTE		Clítico
		Sintagma Nominal (SN)
		Categoria Vazia (CV)
		Pronome ele acusativo
VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS	TRAÇO SEMÂNTICO	[± ANIMADO]
	TEMPO VERBAL	PRESENTE
		PRETÉRITO PERFEITO
		PRETÉRITO IMPERFEITO
		FUTURO
	TIPO DE ORAÇÃO	ABSOLUTA
		COORDENADA
		SUBORDINADA
	VARIÁVEIS INDEPENDENTES EXTRALINGUÍSTICAS	SEXO
FEMININO		
FAIXA ETÁRIA		FAIXA I
		FAIXA II
		FAIXA III
ESCOLARIDADE		INFORMANTES MAIS ESCOLARIZADOS
		INFORMANTES MENOS ESCOLARIZADOS

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Posto isso, vejamos na próxima seção a análise dos dados, os quais foram codificados de acordo com as variáveis especificadas nas subseções anteriores, e exportados ao Programa estatístico *GoldVarb X*.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos, nesta seção, a análise realizada com base nos *corpora* do Português Popular (PPVC) e Culto (PCVC) de Vitória da Conquista-BA, que reúne, respectivamente, informantes sem ou com até cinco anos de escolaridade e com onze anos ou mais de escolaridade³². Após a codificação de todas as ocorrências de realização do objeto direto anafórico, submetemos à leitura do Programa *GoldVarb X* com base no arquivo de condições por nós elaborado com a finalidade de alcançarmos os resultados quantitativos de nossa análise variacionista.

Com o intuito de verificarmos as ocorrências da variante **ele acusativo** e das demais variantes que competem com clíticos entre si na representação do acusativo de terceira pessoa, consideramos tanto os contextos linguísticos e extralinguísticos que atuam na realização dessas variáveis, a fim de analisarmos o grau de implementação das formas alternativas de representação da terceira pessoa no vernáculo conquistense.

Para isso, mostraremos, primeiramente, o resultado global da variável dependente no preenchimento do Pronome **ele acusativo** e, em sequência, analisaremos o comportamento das variantes, levando-se em consideração as variáveis independentes definidas na seção dedicada à Metodologia. Por fim, depois de feitos os cruzamentos dessas variáveis e das variáveis independentes linguísticas entre si, foram considerados aqueles de maior relevância à interpretação dos resultados.

5.1 RESULTADOS GERAIS

Inicialmente, na primeira rodada, foram consideradas todas as variantes apresentadas na presente pesquisa. Em seguida, foram feitas algumas adequações, amalgamando-se fatores de grupos definidos previamente, objetivando excluir os contextos categóricos e aqueles com números muito baixos de ocorrências.

Dessa forma, na segunda rodada, consideramos por bem eliminar o clítico acusativo do grupo de fatores da variável dependente, por ter apresentado *knockouts* em três grupos, bem como o sintagma nominal, em virtude do seu baixo número de ocorrências. Além disso, no grupo do tempo verbal, juntamos o futuro do pretérito ao pretérito, e no tipo de oração, as

³² No *corpus* do Português Culto foram considerados os informantes que também já haviam concluído o ensino médio.

orações relativas³³ foram amalgamadas às orações subordinadas para que pudéssemos obter uma melhor interpretação dos resultados. A terceira rodada foi realizada binariamente, considerando-se apenas o pronome **ele acusativo** e a categoria vazia, concluindo esse resultado com a rodada binominal para gerar os pesos relativos. Todas essas rodadas foram realizadas tanto com o *corpus* do Português Culto como do Popular para uma melhor comparação dos resultados.

Em 24 entrevistas, foram encontradas 275 (duzentos e setenta e cinco) ocorrências de realização do acusativo anafórico. Percentualmente, esse resultado está distribuído da seguinte forma: 2% do clítico acusativo, 14% de ocorrências do sintagma nominal, 29% do objeto nulo ou categoria vazia e 55% do pronome **ele acusativo**, conforme descrito na tabela 3. Destacamos que tanto o Pronome ele (o **ele acusativo**) quanto a categoria vazia são as formas linguísticas mais frequentes na fala dos conquistenses.

Tabela 3 – Distribuição geral das ocorrências – Vitória da Conquista – BA

Variantes	Total	%
<i>Clítico Acusativo</i>	06/275	2%
<i>Sintagma Nominal (SN)</i>	39/275	14%
<i>Categoria vazia (Ø)</i>	79/275	29%
<i>Pronome ele acusativo</i>	151/275	55%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Com base no exposto na tabela 3, verificamos que o Pronome **ele acusativo** é significativamente a variante mais frequente na comunidade de Vitória da Conquista – BA, seguido da categoria vazia. Os valores percentuais das duas variantes demonstram indícios de um franco crescimento do uso dessas formas no vernáculo conquistense em detrimento do enfraquecimento do uso do clítico acusativo.

Como houve praticamente regra categórica com o clítico acusativo em três grupos de fatores (tempo verbal, tipo de oração e nível de escolaridade), achamos mais conveniente retirá-lo da rodada. Em sequência, realizamos mais uma rodada com as três variantes (SN, Categoria vazia e o Pronome **ele acusativo**), para depois realizarmos uma rodada binária entre o **ele acusativo** e a categoria vazia, por serem as variantes que apresentaram os maiores valores percentuais, conforme resultado a seguir:

³³ A princípio, separamos as orações relativas das subordinadas por considerarmos que este tipo de oração poderia apresentar dados empíricos que pudessem estar enviesando os dados, o que não se confirmou, razão pela qual foi amalgamada às orações subordinadas.

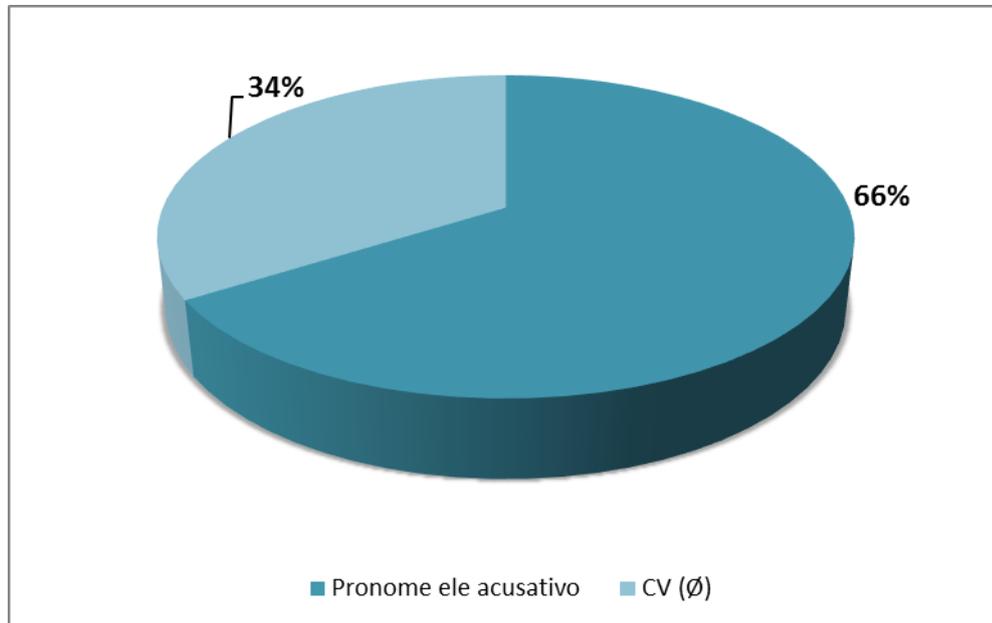
Tabela 4 – Distribuição das variantes preferenciais – amostras do Português culto e popular de Vitória da Conquista (BA)

<i>Variantes</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Pronome ele acusativo	151/230	66%
Categoria vazia (Ø)	79/230	34%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

O uso do Pronome **ele acusativo** na função de objeto direto foi bastante expressivo, com 151 ocorrências, representando um percentual de 66%, em comparação com a categoria vazia, aqui representando 79 ocorrências, com um percentual de 34%.

Gráfico 1 – Percentual de frequência de duas variantes – Vitória da Conquista (BA)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Esse gráfico (gráfico 1) chama a atenção para dois fenômenos quanto à realização do acusativo de terceira pessoa no vernáculo conquistense: (a) o emprego altamente significativo do Pronome **ele acusativo**, em mais da metade das ocorrências de acusativo; e (b) o uso do objeto nulo, também muito frequente, como estratégia alternativa ao uso do clítico.

Em vista disso, observamos que condições têm favorecido principalmente o Pronome **ele acusativo**, já que o emprego da categoria vazia tem se mostrado maior em outras regiões, segundo evidenciam os principais trabalhos acadêmicos sobre a questão (OMENA, 1979; DUARTE, 1986; FREIRE, 2000, 2005; MARQUES DE SOUSA, 2017). Do mesmo modo, investigamos os contextos de ocorrência do objeto nulo nas amostras, a fim de apontar aspectos sobre a natureza desse elemento nas suas variedades.

Na presente pesquisa, o traço semântico do antecedente foi o condicionamento linguístico estatisticamente mais relevante selecionado pelo Programa *GoldVarb X*, apresentando na rodada geral, com os dados do PPVC e PCVC, *input* inicial de 0,670, *log likelihood* de -117.779, e nível de significância de 0,001. Consequentemente, todas as outras cinco variáveis foram eliminadas na seguinte ordem, a saber: (i) escolaridade; (ii) faixa etária; (iii) sexo; (iv) tempo verbal; e (v) tipo de oração. A tabela 5 a seguir demonstra os valores encontrados para a variável traço semântico do antecedente nos dados do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista.

Tabela 5 – Traço semântico na realização das variantes – análise geral do PPVC e PCVC de Vitória da Conquista (BA)

<i>Fatores</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Peso Relativo</i>
[+ animado] Pronome ele acusativo	141/179	79%	, 646
[- animado] Categoria vazia	41/51	80%	, 107

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Para um melhor refinamento dos resultados, experimentamos outras rodadas separando as amostras do Português Culto e do Popular e obtivemos os resultados que serão apresentados a seguir, na próxima subseção.

5.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Em virtude das informações abordadas anteriormente, cumpre-nos analisar separadamente os dados levantados no vernáculo culto e popular da comunidade conquistense com o intuito de procedermos a uma classificação dos contextos variáveis.

Iniciaremos com os dados apresentados pelas duas variantes que têm competido com o clítico acusativo na realização do objeto direto anafórico e, em seguida, abordaremos a variável linguística considerada estatisticamente pelo Programa *GoldVarb* como de maior relevância. Na sequência, apresentaremos também os resultados das demais variáveis excluídas pelo referido programa.

Tabela 6 – Representação do objeto direto nos *corpora* – Vitória da Conquista – BA

Variantes	<i>Norma Culta</i>		<i>Norma Popular</i>	
	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Pronome ele acusativo	58/135	43%	93/140	66%
Categoria vazia (Ø)	41/135	30%	38/140	27%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Tal resultado contraria a nossa hipótese, segundo a qual o pronome ele acusativo seria mais frequente apenas entre os falantes com menor grau de escolarização. Assim, com base nos resultados apresentados na tabela 6, destacamos, numa primeira análise, que o Pronome **ele acusativo** tem perdido o estigma característico das classes socioeconômicas menos favorecidas, uma vez que a sua frequência foi maior do que o objeto nulo (categoria vazia) tanto entre os falantes da norma popular como da norma culta.

Outro fato notório é a dessemelhança dos resultados encontrados por outros pesquisadores que também examinaram a fala de informantes cultos e obtiveram um maior percentual para o objeto nulo, a exemplo de Duarte (1986) e Monteiro (1994), conforme tabela 7, diferindo da presente pesquisa, cujo resultado apresenta maior percentual para a variante considerada estigmatizada pelos referidos pesquisadores.

Tabela 7 – Realização do objeto direto anafórico por falantes do Português culto com base em outros estudos

<i>Estudo</i>	<i>Pronome Lexical</i>	<i>Categoria Vazia</i>
Duarte (1986)	15%	63%
Monteiro (1994)	3%	89%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Há uma similaridade nos resultados de Duarte (1986) e Monteiro (1994), uma vez que ambos apresentaram percentuais elevados para a categoria vazia e valores bem reduzidos para o pronome lexical, o qual denominamos de o Pronome **ele acusativo**, o que nos leva a inferir que nos locais onde foram realizados tais estudos ainda predomina o preconceito linguístico em relação a essa variável, utilizando o objeto nulo como uma estratégia de esquiva (cf. DUARTE, 1986).

Da mesma forma, quando comparamos com os resultados encontrados por Omena (1978), que analisou dados de fala popular, tomando por base amostras de entrevistas gravadas com analfabetos adultos do Rio de Janeiro, verificamos que o objeto nulo ou “anáfora zero” continua sendo a forma preferencial (76%), seguido do pronome **ele acusativo** (24%). Vale destacar ainda que o percentual do Pronome **ele acusativo** apresentado por

Omena (1978) é maior do que os resultados encontrados por Duarte (1986) e Monteiro (1994) para essa mesma variável, pelo fato daquela pesquisadora ter trabalhado com dados de fala popular.

Vejam os a seguir o que tem motivado o uso dessas variantes, abordando inicialmente as variáveis selecionadas pelo Programa *GoldVarb X*, considerando os amálgamas que realizamos no intuito de investigar os fenômenos observados nos *corpora* em análise.

Ao declararmos que o Pronome **ele acusativo** tem sido a forma preferencial utilizada pela comunidade conquistense, buscamos, com base nos dados, mostrar quais são os fatores linguísticos e sociais que intervêm nesse processo de “escolha” da variante.

O Programa *GoldVarb X*, após submissão dos dados do PCVC e PPVC, selecionou como relevante à realização do acusativo anafórico apenas uma variável linguística – o traço semântico do antecedente. As demais variáveis foram excluídas nessa ordem: i) sexo; ii) tipo de oração; iii) tempo verbal; e iv) faixa etária, em relação ao *corpus* do Português Culto. Em relação ao Português Popular, a ordem de exclusão das variáveis foi a seguinte: i) tempo verbal; ii) faixa etária; iii) tipo de oração; e iv) sexo.

Vejam os inicialmente o resultado obtido para a variável selecionada e, em sequência, discutiremos acerca dos grupos eliminados.

5.2.1 TRAÇO SEMÂNTICO

Por se tratar da variável linguística estatisticamente mais relevante selecionada pelo programa, o condicionamento semântico do antecedente, o traço [\pm animado] do objeto, mostrou-se bastante significativo na representação do objeto direto. Enquanto o uso do Pronome **ele acusativo** é fortemente condicionado pelo traço [+ animado] do objeto com 73% de ocorrências, na amostra da norma culta, e 82% na norma popular; a preferência pela categoria vazia recai sobre os objetos com antecedente [- animado], apresentando um percentual de 74% e 90%, respectivamente, para a norma culta e popular, quando as rodadas foram realizadas com apenas um valor de aplicação para cada norma, conforme representado na tabela 8.

Tabela 8 – Traço semântico na realização das variantes no Português culto e popular – Vitória da Conquista (BA)

Fatores	<i>Norma Culta</i>			<i>Norma Popular</i>		
	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>P.R</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>P.R</i>
[+humano] Pronome ele	50/68	73%	,657	91/111	82%	,638
[-humano] Categoria vazia	23/31	74%	,806	18/20	90%	,959

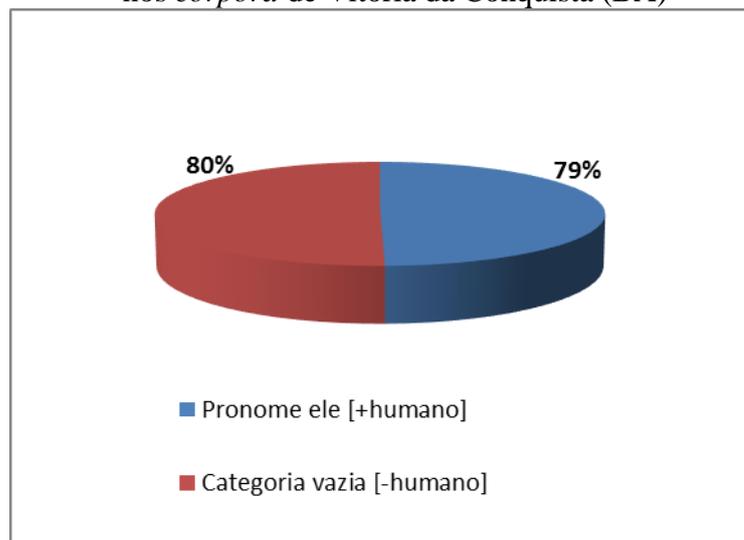
Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Assim, confirma-se a hipótese inicial para essa variável, uma vez que o Pronome **ele acusativo** é favorecido com o traço [+humano] e o objeto nulo é favorecido pelo traço [-humano] do antecedente. Assim, imputamos que o traço semântico [+humano] relaciona-se significativamente com o processo de realização do objeto direto anafórico, de acordo com a pessoalidade ou a impessoalidade do seu antecedente.

Trabalhando com essa mesma variável, resultados semelhantes foram encontrados por Omena (1978), que encontrou 95,1% para o traço [-animado] e 49,8% para [+animado]; e Duarte (1986), apresentando 98,4% para o [+animado] na realização do pronome lexical e 76,3% para o [-animado] quando da realização do objeto nulo.

O gráfico 2, a seguir, representa de forma mais visível uma média dos resultados da presente pesquisa.

Gráfico 2 – Traço semântico na frequência de duas variantes – nos *corpora* de Vitória da Conquista (BA)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Vejamos alguns exemplos:

- (37)[...]eu vejo assim com muita tristeza as drogas que tá assim muito fácil pra esses jovens muito, polícia não dá jeito infelizmente [...] então quando prende **ele**, no mesmo instante tem dinheiro pra soltar, então a gente fica triste [...] (J.V.B, PCVC, III, F);
- (38) [...] ele falou que encontrou **ela**, assim com outro home [...] (E.S.B, PPVC, II, F);
- (39) Ela sempre quis tocá piano aí ela me incentivo a fazê \emptyset , mas quando eu parei ela num ficô chateada nem nada (F.S.L.B, PCVC, I, M);
- (40)Hum, tem umas aí que é uma bagunça, que eu não sei nem como que a pessoa tem [corage] de colocar \emptyset e ouvir \emptyset né? Num firir até os ouvido [...] (A.A.B, PPVC, II, F).

Nos enunciados (37) e (38), observamos que a realização do pronome **ele acusativo** foi condicionado pelos antecedentes *jovens* e *mulher*, que se caracteriza pelo traço [+humano]. Entretanto, nos exemplos (39) e (40), o apagamento do objeto faz referência aos antecedentes *piano e música*, que, por sua vez, são característicos do traço [-humano].

Seguiremos a nossa discussão com os fatores linguísticos excluídos pelo programa.

5.2.2 TIPO DE ORAÇÃO

Em relação ao condicionamento sintático, levamos em conta o tipo de oração utilizado pelos informantes do vernáculo culto e popular na realização do objeto direto. Inicialmente, na primeira rodada, consideramos os seguintes tipos de oração: (i) absoluta; (ii) coordenada; (iii) subordinada; e (iv) relativa. Posteriormente, amalgamamos as orações relativas às subordinadas, para obtenção de um melhor resultado estatístico, tendo em vista que aquelas não se mostraram tão relevantes quanto imaginávamos. Apresentamos, na tabela 9, os resultados do PCVC e, na tabela 10, do PPVC.

Tabela 9 – Tipo de oração no condicionamento das variantes – amostras do PCVC

Tipo de Oração	Absoluta		Coordenada		Subordinada	
	Total	%	Total	%	Total	%
Pronome ele acusativo	14/20	70%	30/52	58%	14/27	52%
Categoria Vazia	6/20	30%	22/52	42%	13/27	48%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Tabela 10 – Tipo de oração no condicionamento das variantes – amostras do PPVC

Tipo de Oração	Absoluta		Coordenada		Subordinada	
	Total	%	Total	%	Total	%
Pronome ele acusativo	32/38	84%	41/64	64%	20/29	69%
Categoria Vazia	6/38	16%	23/64	36%	9/29	31%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

No *corpus* PCVC (tabela 9), notamos que em orações do tipo absoluta e coordenada, o uso do Pronome **ele acusativo** supera o da categoria vazia, com 70% e 58%, respectivamente, contra 30% e 42%. A oração subordinada favorece a categoria vazia (48%) e a coordenada (42%) a ambas. Podemos constatar, neste estudo, que as estruturas simples favorecem a forma mais estigmatizada – o Pronome **ele acusativo**, ao passo que as mais complexas favorecem a forma mais inovadora – a categoria vazia, o que nos faz perceber a importância desse fator na realização dessas variantes.

Esses resultados se diferenciam do trabalho de Duarte (1986), no qual foi constatado o favorecimento de estruturas complexas para o Pronome **ele acusativo** e estruturas mais simples para o clítico. Já a categoria vazia se favorecia em qualquer tempo, segundo a autora, trabalhando também com dados da norma culta.

No *corpus* PPVC (tabela 10), é notório como Pronome **ele acusativo** mantém a sua preferência pelas estruturas simples, apresentando uma frequência ainda maior nas orações absolutas (84%), com uma diferença de 14% em relação à norma culta. A categoria vazia também se mantém nas estruturas complexas, apresentando seu maior percentual entre as coordenadas (36%).

A seguir, alguns exemplos:

- (41) [...] oh, ta levando **ela** direto pro pronto socorro [...] (L.S.S, PCVC, II, F);
- (42) [...] ajudo **ele** na igreja dele, ele me ajuda na minha [...] (M.C.A.O, PPVC, III, F);
- (43) [...] comecei a rodá essas rua tud' atrás da minha mãe, quando **encontreiØ** tava ela lá estressadíssima comigo (C.B.S, PCVC, I, F);
- (44) [...] várias pessoas que já falô que viu, né, **ele** ni albergue e tudo, aí adoeceu e **levarø** pro hospital [...] (M.S.S, PPVC, I, M).

As ocorrências (41) e (42) são amostras do *corpus* PCVC e PPVC e representam o uso do Pronome **ele acusativo** em orações absolutas, ao passo que os exemplos em (43) e (44)

retratam o apagamento do objeto sendo condicionado, respectivamente, pelas orações subordinada e coordenada.

5.2.3 TEMPO VERBAL

No tempo verbal, procuramos investigar a influência desse condicionamento morfológico na realização do objeto direto anafórico. Essa estratégia não foi utilizada pelos pesquisadores abordados na presente pesquisa, exceto por Duarte (1986), que investigou a forma verbal.

Em nossa pesquisa, os tempos verbais que se destacaram na realização do Pronome **ele acusativo** foram os que se encontravam no pretérito imperfeito (75%) e no perfeito (78%) com os falantes da norma culta e popular, respectivamente. Já os verbos nos tempos futuro e pretérito imperfeito favoreceram ao apagamento do objeto nas normas culta e popular, apresentando, respectivamente, 57% e 50%, de frequência dessa variável.

Dessa forma, confirmamos, com base em números percentuais, a nossa hipótese para essa variável, ao verificarmos que o tempo em que se encontra o verbo da oração foi relevante na escolha da variante para realização do objeto direto, assim como pontuou Duarte (1986). A tabela 11 a seguir nos revela os resultados mais claramente.

Tabela 11 – Tempo verbal no condicionamento das variantes – Português Culto e Popular de Vitória da Conquista (BA)

Tempo Verbal	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Pronome ele acusativo		Categoria Vazia		Pronome ele acusativo		Categoria Vazia	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Presente	30/52	58%	22/52	42%	27/40	67%	13/40	32%
Pretérito Perfeito	16/28	57%	12/28	43%	54/69	78%	15/69	22%
Pret.Imperfeito	9/12	75%	3/12	25%	7/14	50%	7/14	50%
Futuro	3/7	43%	4/7	57%	5/8	62%	3/8	37%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Observemos agora alguns exemplos:

(45) [...] Aí eu perturbava **ele** todo dia e perguntava: “aí, prefeito, como é que vai ficá? (L.S.S, PCVC, II, F);

(46) Perto do mato lá... e matô **ele** [...] lá no bar que tinha do odo lado no [México], entendeu? E aí que furou **ele**, ele sentado furou **ele**, saiu correndo pedino socorro os filho dele [...] (E.S.B, PPVC, II, F);

(47) [...] na verdade eu tenho muita vontade de aprendê a tocá violino. Eu tenho muita vontade, eu acho que ainda vô tentá **aprendêØ** [...] (A.S.A, PCVC, II, F);

(48) [...] Nós **cuidavaØ**, **matavaØ** e **comiaØ**. Chegava mei dia a comida tava toda pronta (J.C.S, PPVC, II, M).

Os enunciados (45) e (48) demonstram os verbos no pretérito imperfeito atuando no condicionamento da realização do Pronome **ele acusativo** e da categoria vazia. Já nas ocorrências (46) e (47), observamos que essas variantes foram condicionadas pelos verbos nos tempos pretérito perfeito e futuro, nessa ordem.

5.2.4 SÍNTESE DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Os resultados quantitativos analisados até o momento, nas duas variedades do Português, evidenciam que a realização do acusativo anafórico de terceira pessoa se dá preferencialmente através do Pronome **ele acusativo**, seguido da categoria vazia (objeto nulo). Tal preferência tem sido condicionada principalmente pelo traço semântico do antecedente. O traço [+animado] do antecedente favoreceu significativamente a variante do pronome **ele acusativo**, ao passo que o [-animado] exerceu forte influência no apagamento do objeto.

Em se tratando de falantes da norma culta, identificamos uma forte tendência do uso do pronome **ele acusativo** em orações com períodos simples que revelam ações ocorridas no passado, ainda não concluídas. As orações complexas, por sua vez, condicionam o uso do objeto nulo, principalmente quando se trata de ações futuras.

As amostras de fala do vernáculo popular revelam resultados semelhantes ao da norma culta, ao observamos que o pronome **ele acusativo** também se realiza em estruturas simples, porém, com ações realizadas no passado. Ao passo que a categoria vazia prefere as estruturas complexas, com fatos ocorridos no passado, mas não totalmente acabados.

Essas variáveis linguísticas (fatores internos) são também responsáveis pela heterogeneidade e variação da língua; além desses, temos ainda os fatores externos (sociais), como sexo, faixa etária e escolaridade, que também atuam no condicionamento desta. Passemos, então, à análise das variáveis extralinguísticas.

5.3 VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

Nenhuma das variáveis extralinguísticas estudadas foi selecionada pelo Programa *GoldVarb* nas rodadas por nós executadas. Entretanto, iremos discorrer a respeito de cada uma dessas variáveis por considerar que estas exercem influência no padrão linguístico do falante, já que a sua escolha, de acordo Lucchesi (2004), é determinada, muitas vezes, pela situação à qual esteja exposto.

5.3.1 SEXO

Homens e mulheres representam papéis sociais que certamente refletem sobre os usos linguísticos, daí a importância de se controlar essa variável, mesmo não tendo sido selecionada pelo Programa.

Os resultados alcançados nessa variável, para o *corpus* do PCVC, revelam que a variante não padrão estigmatizada é mais frequente na fala dos informantes do sexo masculino (63%), enquanto que a variante inovadora mais prestigiada obteve seu maior percentual com as informantes do sexo feminino (45%), conforme demonstrado na tabela 12.

Tabela 12 – Frequência das variantes de acordo com o sexo dos informantes – amostras do Português culto e popular de Vitória da Conquista (BA)

Variante / Sexo	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Pronome ele acusativo	29/46	63%	29/53	55%	35/55	64%	58/76	76%
Categoria Vazia	17/46	37%	24/53	45%	20/55	36%	18/76	24%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

O resultado da norma culta confirma a nossa hipótese e corrobora os estudos realizados por Labov sobre o inglês de Nova York, onde observou que as mulheres assumem um papel inovador no uso das formas de prestígio, ao passo que os homens assumem um papel mais conservador no processo de mudança linguística, liderando o uso da forma estigmatizada pela sociedade.

Monteiro (1994) também trabalhou com a variável sexo em sua pesquisa com *corpus* da norma culta, sendo o terceiro fator a ser selecionado como fonte de variação. Os seus resultados revelam que as mulheres são as que mais empregam o pronome **ele acusativo**

(pronomes sujeitos) e as que mais apagam o objeto, enquanto que os homens procedem de forma oposta, confirmando parcialmente com os resultados encontrados em nossa pesquisa, cujas mulheres foram as que mais realizaram o objeto nulo.

Inversamente à norma culta, nos resultados do PPVC (tabela 12) foram as mulheres que lideraram a frequência de uso do pronome **ele acusativo** (76%), enquanto que os homens se destacaram com a categoria vazia (36%), indo de encontro com a nossa hipótese, o que pode ser justificado pelo fato das mulheres de classes socioeconômicas mais baixas e com menor nível de escolaridade ficarem mais vinculadas aos afazeres domésticos e não serem pressionadas pelo mercado de trabalho, ao passo que os homens vão em busca do sustento da família, mantendo contato com outros grupos e sofrendo uma maior pressão do meio externo.

Assim, entendemos, conforme reconhece Labov, que homens e mulheres apresentam comportamento linguístico não uniformes, a depender dos papéis desempenhados por eles em cada camada social (SILVA, 2005).

5.3.2 FAIXA ETÁRIA

Embora não tenha sido selecionada pelo programa, ressaltamos a importância de se controlar essa variável social, conforme abordado anteriormente na Seção 4 – Metodologia, pois os resultados obtidos nos fornecem informações sociolinguísticas a respeito dos rumos da variação, sendo possível averiguar se estamos num processo de mudança em curso ou se trata de variação estável.

A nossa hipótese para essa variável apoia-se no fato de que a realização do pronome **ele acusativo** seria mais frequente entre falantes mais idosos, por se tratar da forma não padrão, carregada de preconceito linguístico. Em contrapartida, os jovens, presentes nas Faixas I e II, seriam os responsáveis pela variante inovadora (objeto nulo) nos padrões coletivos dessa comunidade, o que não se confirmou.

Assim, consideramos que os falantes de 15 a 35 anos (Faixa I), por ter acesso à norma culta nas escolas, estariam mais tendentes a seguir a norma de prestígio, considerada não só a forma de ascensão social, mas também econômica. Essa tendência também se daria entre os falantes de 34 a 49 anos (Faixa II), que desejosos de uma melhor qualidade de vida, e ingressados no mercado de trabalho, sofreria uma maior pressão do meio externo para utilização da forma padrão. Sendo que a maioria já possui um núcleo familiar e acreditamos que estes possuam comportamentos sociais e linguísticos mais estabelecidos do que os falantes da Faixa I.

Por outro lado, os mais idosos, a partir dos 50 anos, refletiriam um comportamento linguístico mais conservador, tendendo a preservar a norma do grupo com o qual conviveu grande parte da sua vida, refletindo, assim, a língua adquirida durante a sua adolescência, de acordo com a hipótese clássica (NARO, 2015) e que, a partir de então, ela se manteria estável.

Os dados da norma culta demonstram, percentualmente, que os jovens apresentam maior aplicação para a forma menos prestigiada na realização do acusativo anafórico de terceira pessoa, do que os mais velhos, apresentando uma diferença percentual de 4%, que favorece mais aos jovens, cujo índice chega a 67%. Em oposição, a categoria vazia se realiza com maior frequência com os informantes da faixa intermediária (59%), como pode ser observado na tabela 13.

Tabela 13 – Frequência das variantes de acordo com a idade – amostras do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista (BA)

Idade	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Pronome ele acusativo		Categoria Vazia		Pronome ele acusativo		Categoria Vazia	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Faixa I	27/40	67%	13/40	32%	25/40	62%	15/40	37%
Faixa II	12/29	41%	17/29	59%	36/45	80%	9/45	20%
Faixa III	19/30	63%	11/30	37%	32/46	70%	14/46	30%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Quando confrontamos os nossos dados com os de Duarte (1986), encontramos várias semelhanças. Trabalhando com amostra da fala paulistana, divididos em três níveis de escolaridade e quatro faixas etárias, Duarte (1986) encontrou maior percentual para a categoria vazia (78%) também entre os falantes da Faixa II, apresentando valores bem próximos nas demais faixas (73,7% na faixa III, 73,7% entre os jovens e 70,2% na faixa I), o que demonstra um crescimento dessa variante como uma estratégia de esquia ao clítico acusativo, que na nossa pesquisa apresentou apenas 4% entre os falantes da norma culta na faixa intermediária. Em relação ao Pronome **ele acusativo** (pronome lexical), a autora encontrou seu maior percentual entre os mais jovens (26,3%), na faixa etária entre os 15 e 17 anos, o que se aproxima do nosso resultado.

Os resultados da norma popular, por sua vez, revelam o inverso. São os informantes da Faixa II que mais realizam o Pronome **ele acusativo** (80%) e os jovens preferem a variante inovadora de maior prestígio – a categoria vazias (37%), com percentual bem próximo aos idosos (30%), apresentando uma diferença de 7%.

Os resultados revelados para as duas normas não estão de acordo com a nossa hipótese, uma vez que presumíamos que o Pronome **ele acusativo** se destacaria com os informantes da Faixa III, por serem mais conservadores. No entanto, sua maior frequência ocorreu na Faixa I (67%), para a norma culta, e na Faixa II (80%), para a popular, embora os informantes da Faixa III da norma culta tenham se aproximado desse percentual (63%). Em relação à anáfora zero, inferimos que esta foi confirmada entre os falantes da norma culta e popular, já que havíamos sugerido que o seu favorecimento se daria pelos falantes presentes nas Faixas I e II, sendo favorecida pela Faixa I (37%), entre os da norma popular, por se tratar da variante mais inovadora; e pela Faixa II (59%) com os falantes da norma culta, o que nos leva a inferir que a idade média, por estar inserida no mercado de trabalho e possuir maior nível de escolaridade, tenta evitar a variante não prestigiada pela comunidade linguística. Em contrapartida, a faixa intermediária da norma popular apresentou um comportamento atípico ao demonstrar a sua preferência pela variante estigmatizada. Contudo, analisando o perfil dos informantes dessa faixa, constatamos que se tratam de mulheres do lar, que trabalham profissionalmente em suas casas, e homens analfabetos ou com pouca instrução, que trabalham como guarda noturno e mecânica, justificando, assim, essa preferência.

5.3.3 ESCOLARIDADE

Os fatores sociais têm se revelado de grande importância para a identificação de algumas tendências que nos auxiliam na análise dos dados. Nessa variável, cotejamos as normas popular (informantes menos escolarizados) e culta (informantes mais escolarizados).

A variável escolaridade trouxe resultados bastante reveladores para nosso estudo, contrariando a nossa hipótese. Analisemos os resultados dessa variável, apresentados na tabela 14 a seguir.

Tabela 14 – Variável escolaridade na análise dos dados – Vitória da Conquista (BA)

<i>Escolaridade</i>	<i>Menos escolarizados</i>		<i>Mais escolarizados</i>	
	Total	%	Total	%
Pronome ele acusativo	93/131	71%	58/99	59%
Categoria Vazia	38/131	29%	41/99	41%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Os dados revelam que tanto os informantes menos escolarizados como os mais escolarizados preferem o uso do Pronome **ele acusativo**, representando, respectivamente,

71% e 59% dos dados. Já a categoria vazia foi favorecida com os falantes mais escolarizados, apresentando um percentual de 41% em oposição aos menos escolarizados (29%).

Na nossa hipótese, mencionamos que a forma variante do Pronome **ele acusativo** seria favorecida apenas entre os informantes menos escolarizados, o que não se confirma, visto que o percentual de frequência dessa variável foi bastante significativo também entre os mais escolarizados. Estes, por seu turno, favoreceram mais a variante inovadora do que os menos escolarizados, confirmando a hipótese de que os falantes do Português Culto da amostra utilizada neste estudo favoreceriam de modo significativo essa variante.

Vejamos agora os resultados do cruzamento realizado entre as variáveis idade e sexo, demonstrados na tabela 15 a seguir.

Tabela 15 – Cruzamento entre as variáveis idade e sexo

	Idade / Sexo	Pronome ele acusativo		Categoria Vazia	
		Total	%	Total	%
Faixa I	Feminino	23/34	68%	11/34	32%
	Masculino	29/46	63%	17/46	37%
Faixa II	Feminino	42/59	71%	17/59	29%
	Masculino	06/15	40%	09/15	60%
Faixa III	Feminino	22/36	61%	14/36	39%
	Masculino	29/49	72%	11/40	28%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Os dados apresentados na tabela 15 demonstram a preferência dos informantes da Faixa III pelo Pronome **ele acusativo**, ao cruzar as variáveis sexo e idade; e da Faixa II pela variante inovadora.

5.3.4 SÍNTESE DAS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

Diante do que foi exposto sobre o condicionamento das variáveis extralinguísticas na realização das variantes, constatamos que o uso do pronome **ele acusativo** é mais frequente entre jovens e idosos, e informantes do sexo masculino, quando se trata da norma culta, ocorrendo exatamente o contrário com os informantes do vernáculo popular, ou seja, a sua frequência se dá em maior proporção entre os adultos da faixa intermediária e informantes do sexo feminino.

Com a categoria vazia ocorreu justamente o oposto. Na norma culta, seu maior percentual ficou entre adultos e informantes do sexo feminino, enquanto que, na norma popular, foram os mais jovens que obtiveram maior frequência, seguido dos mais velhos, com informantes do sexo masculino.

O acesso ao letramento também é um fator importante no uso das variantes, pois é possível constatar que quanto menor o nível de escolaridade, maior a frequência de uso da variável estigmatizada. Em contrapartida, a variável de maior prestígio tende a aumentar o seu uso com os informantes mais escolarizados.

Portanto, de acordo Mollica (2015), as variáveis linguísticas e extralinguísticas não agem de maneira isolada, mas atuam entre si num conjunto complexo de correlações que podem inibir ou favorecer determinadas variantes que apresentem o mesmo significado, como tem ocorrido com o pronome **ele acusativo** e a categoria vazia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, almejamos reconstruir a história do Pronome **ele acusativo** no Português Brasileiro, estabelecendo um cotejo entre as normas popular e culta ao observar as estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico. Para tanto, traçamos na Seção 2, o percurso do “pronome ele/ela na função de acusativo anafórico na História da Língua do Português do Brasil, tratando, primeiramente, da “deturpação” popular associada ao **ele acusativo** e da sua origem controversa. Em seguida, percorremos pelas gramáticas latinas, normativas e descritivas, mostrando o quanto o quadro pronominal foi reconfigurado. Por fim, revisitamos estudos prévios sobre o tema da pesquisa em pauta.

Fazendo uma síntese histórica a respeito do emprego do **ele acusativo**, foi possível chegar a três conclusões: i) não é uma inovação da variante brasileira; contudo, a sua permanência e frequência de uso são traços que podemos relacionar à nossa variante; ii) está relacionado aos usos populares (por ser considerado *solecismo*); no entanto, é de emprego comum também em meios não-populares, sendo evitado em situações monitoradas; iii) suscita uma reestruturação do quadro dos pronomes pessoais com base no uso.

Dedicamos a Seção 3 à fundamentação teórica que norteou a nossa pesquisa, trazendo conceitos fundamentais a respeito da Sociolinguística e a opção pela Sócio-história, do Funcionalismo Linguístico e, também, suscintamente, o Sociofuncionalismo. Na Seção 4, descrevemos a metodologia empregada para análise dos dados.

A rigor, a função de objeto direto é exercida pelos pronomes pessoais átonos (*o, a, os, as*). No entanto, há algum tempo, reconhece-se um declínio acentuado no uso desses pronomes no PB, que, segundo Menon (1995), na “língua popular, descuidada” o objeto direto passou a ser expresso pelo pronome *ele*. Contudo, se observamos bem, iremos verificar que tal uso não se restringe apenas às “classes populares”: ele já atingiu pessoas de classes sociais e escolaridade mais elevadas.

Os resultados quantitativos analisados nos permite acurar que, dentre as estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico, que têm atuado como camadas/variantes nessa função, o Pronome **ele acusativo** foi a opção preferencial tanto para os falantes do Português Popular como para os do Português Culto da amostra selecionada, seguida da categoria vazia. Já o clítico acusativo e o sintagma nominal foram os menos utilizados, confirmando, assim, a nossa hipótese.

Foram considerados tanto os contextos linguísticos e extralinguísticos, ou seja, o conjunto de condições que atuaram na realização dessas variáveis numa dada estrutura, com o intuito de analisarmos o grau de encaixamento das formas alternativas de representação da terceira pessoa no vernáculo conquistense.

Do ponto de vista das variáveis linguísticas, a nossa pesquisa revelou que o traço [+humano] do antecedente exerce uma forte tendência na realização da variante do pronome **ele acusativo**, ao passo que o [-humano] exerceu forte influência no apagamento do objeto, corroborando os resultados encontrados por Omena (1978) e Duarte (1986), sendo esta variável o fator condicionante mais relevante selecionado pelo Programa *GoldVarb* nesta pesquisa.

Em relação aos dados da norma culta, o uso do pronome **ele acusativo** obteve maior frequência em orações com períodos simples que revelam ações ocorridas no passado, ainda não concluídas. A categoria vazia ou objeto nulo foi favorecido pelas orações complexas, principalmente quando se trata de ações futuras.

Semelhantemente à norma culta, os resultados do vernáculo popular revelaram que o **pronome ele acusativo** também se favorece com estruturas simples, porém, com ações realizadas no passado. Ao passo que a categoria vazia preferiu as estruturas complexas, com fatos ocorridos no passado, mas não totalmente acabados.

No tocante ao condicionamento das variáveis extralinguísticas na realização das variantes, constatamos que, quando se trata da norma culta, o uso do pronome **ele acusativo** é mais frequente entre jovens e idosos, e informantes do sexo masculino. Já com os informantes da norma popular, observamos exatamente o oposto, ou seja, a sua frequência ocorreu em maior proporção entre os adultos da faixa intermediária e informantes do sexo feminino.

Os resultados encontrados para essas duas variedades do vernáculo português contrariam a nossa hipótese, uma vez que deduzimos que a maior frequência para essa variável seria entre os idosos e informantes do sexo masculino, por serem mais conservadores. Porém, os resultados encontrados na amostra do Português Popular nos surpreenderam ainda mais, visto que foram os informantes da faixa II, do sexo feminino que obtiveram maior frequência com a variante estigmatizada, sendo justificável por se tratar de mulheres com baixo de nível de escolaridade que desenvolvem atividades domésticas, e não são pressionadas pelo mercado de trabalho.

Em relação à categoria vazia os resultados demonstraram justamente o contrário. Sua maior frequência ocorreu entre adultos e informantes do sexo feminino, com os falantes da

norma culta, enquanto que, na norma popular, foram os mais jovens que obtiveram maior frequência, seguido dos mais velhos, com informantes do sexo masculino.

Em vista disso, podemos inferir que essa diferenciação no uso linguístico pelas faixas etárias ainda não se trata de mudança linguística, mas de uma variação estável, que, segundo Naro (2015), ocorre quando jovens e velhos apresentam o mesmo comportamento linguístico, contrastando com os informantes de meia idade, que costumam utilizar uma linguagem mais monitorada, condizente com a norma culta, por estarem inseridos no mercado de trabalho.

A nossa pesquisa também revelou que o letramento ou a alfabetização é um elemento importante no uso das variantes, sendo possível observar um aumento na frequência de uso da variável estigmatizada, quando o nível de escolaridade decresce. De outro modo, a variável considerada de maior prestígio na presente pesquisa teve o seu uso elevado com os informantes mais escolarizados. Para Coelho e coautores (2015), essas formas de maior prestígio agem como uma espécie de “gatilho” na sociedade, acelerando o processo de mudança.

No que se refere à avaliação social postulada por Labov (1972), notamos que o Pronome **ele acusativo** está saindo da categoria de *estereótipo*, conforme tratado na seção 3 sobre a Teoria, para a categoria de *marcador*, visto que este reflete uma estratificação social e estilística do falante ou grupo de falantes, inclusive seu nível de letramento; sendo produzido *abaixo do nível de consciência*, já que tem sido utilizado sem nenhuma preocupação com a posição social ocupada pelo falante. Numa situação de mudança, esta se daria de *baixo para cima*, por se tratar de uma forma de menor prestígio que passa a ser difundida em outros grupos sociais.

Logo, de acordo com os resultados desta pesquisa, podemos partir da premissa de que, numa luta travada entre duas formas não padrão, em substituição aos pronomes clíticos, o vernáculo conquistense tem favorecido o Pronome **ele acusativo**, contudo, a anáfora zero tem sido a forma mais inovadora, demonstrando um significativo crescimento, principalmente entre os jovens e adultos mais escolarizados, por ser a forma menos estigmatizada.

Diante do exposto, é inegável a contribuição dos condicionamentos sociais e linguísticos na realização das formas variantes do objeto direto, sendo que o uso da variante canônica está quase extinto da fala, exceto ainda pelos falantes escolarizados, como pode ser observado nos estudos realizados por Omena (1978), Duarte (1989) e Monteiro (1994).

Há de se considerar também, com base nos princípios de Hopper (1991) e nos resultados desta pesquisa, um processo de gramaticalização em curso em relação à função de objeto direto anafórico. O **Pronome ele**, por ser a forma preferencial (*especialização*)

escolhida pelo falante, ganhou mais um função, além da função nominativa, como sujeito da oração, também é utilizado na forma acusativa, na função de objeto direto da oração (*divergência*), concorrendo, assim, com o pronome clítico (*estratificação*). Nesse processo, houve também uma perda ou neutralização de marcadores morfológicos e privilégios sintáticos, característicos de formas plenas, ou seja, o **Pronome ele** saiu da categoria (*de categorização*) de pronome demonstrativo latino para pronome pessoal reto e deste para pronome pessoal oblíquo. Mesmo diante dessas perdas, o pronome conseguiu manter (*persistência*) a propriedade de flexão de gênero (ele/ela) e número (ele/eles) dos demonstrativos latinos.

Por ora, esperamos que a nossa pesquisa tenha contribuído com os estudos acerca do acusativo anafórico, na qual expomos tanto uma fotografia sociolinguística como sociofuncionalista do uso do Pronome **ele acusativo**, ao sinalizarmos uma variação estável e os fatores linguísticos e sociais que atuam no favorecimento dessa variante, além de evidenciarmos o processo de gramaticalização pelo qual vem passando a função acusativa anafórica no vernáculo conquistense.

Ressaltamos ainda a necessidade de dar continuidade à investigação por entendermos que ela não se esgota nesta pesquisa, sendo oportuno trilhar outros caminhos e outros contextos.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística - Parte I. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. *Introdução à Sociolinguística - domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 22-47.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- AMARAL, A. *O dialecto caipira: gramática, vocabulário*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.
- ASSIS, M. *Dom Casmurro*. São Paulo: Melhoramentos, 2010.
- BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. *Dicionário Crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017, p. 121-122.
- BARBOSA, R. *Réplica*. São Paulo: Editora da OAB, 1980.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. 14ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1995], p. 277-283.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- BUENO, F. S. *Estudos de Filologia Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.
- _____. *Grande Dicionário Etimológico-prosódico da Língua Portuguesa – Vocábulo, Expressões da Língua Geral e Científica-sinônimos – Contribuições do Tupi-Guarani Catedrático de Filologia Portuguesa da Universidade de S. Paulo*. 6º v. 2 Tiragem. São Paulo: Edição Saraiva, 1968. p. 3215.
- BLOOMFIELD, L. *Langague*. London: Montilal, 1933.
- CAMARA Jr, J. M. *Problemas de Linguística Descritiva*. 3.ed. São Paulo: Vozes, 1972.
- _____. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr*. Seleção e Introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975 [1957].
- _____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora Ltda., 1979 [1975].

_____. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTILHO, A T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

CEZARIO, M. M.; MARQUES, P. M.; ABRAÇADO, J. Sociofuncionalismo. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. (Orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016, p.45-61.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N. de; MAY, G. H. *Sociolinguística*. [s.n]. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012;

_____. A teoria da variação e mudança linguística. In: *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 55-96.

COUTINHO, I. L. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Imperial Novo, 2011.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. 35 reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Faperj: DP&A, 2003, p. 29-55.

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, SP, 1994.

_____. “O objeto nulo no português brasileiro.” In: Gärtner, E; Schönberger, C. H. A. (orgs) *Estudos de gramática portuguesa*, vol III Frankfurt am Main, TFM, 2000. p. 61-73.

DALGADO, S. R. *Estudos sobre os crioulos indo-europeus*. Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1986.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 19 a 33.

DUARTE, M. E. L.; RAMOS, J. M. Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Orgs.) *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 173 a 195.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1998 [1973].

ELIA, S. *A unidade linguística do Brasil: condicionamentos geo-econômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FIGUEIREDO, C. *O que se não deve dizer*. Lisboa: Clássica, 1912.

FREIRE, G. C. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para a sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

_____. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2005, 204 pp.

FREITAG, R. M. K. et al. Avaliação e variação linguística: estereótipos, marcadores e indicadores em uma comunidade escolar. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. M. (Orgs.). *Sociolinguística e Política Linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2015. p. 149-160. Disponível em: <http://openaccess.blucher.com.br/article-details/avaliacao-e-variacao-linguistica-19935>. Acesso em: 05 out. 2017.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

GIVÓN, T. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, Talmy. *Syntax and semantics and syntax*, New York: Academic Press, v. 12, 1979, p. 81-112.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. et al. Tratado geral sobre gramaticalização. In: _____. *Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 16-66.

GONÇALVES, S. C. L.; CARVALHO, C. S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.) *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos & aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 67-90.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOPPER, P. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 1560-1561.

HUBER, J. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986 [1956].

KATZ, D.; e BRALY, K. Racial Stereotypes of one hundred College Students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 1933, 280-290.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

_____. The child as a language historian. *Language Variation and Change*. v. 1, n.1, p. 85-94, 1989a.

_____. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994;

_____. *Padrões Sociolingüísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LYONS, J. *Linguagem e Linguística*. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarise Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MARQUES DE SOUSA, A. A. *As realizações do acusativo anafórico no português europeu e brasileiro: um estudo diacrônico*. Dissertação de mestrado. UFRJ, Faculdade de Letras, 2017.

MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

MARTINET, A. *Elementos de Lingüística Geral*. 8.ed. Tradução de José Morais Barbosa. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978 [1933].

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5 edição, revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003. p. 47.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica – “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 11-30, 2008.

MAURER JR, T. H. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion Éditeur, 1958[1912].

_____. Comment le Mots Chagent de Sens. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1977 [1905-1906].

_____. L'état Actuel des Études de Linguistique Générale. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1906].

MENON, O. P. S. *O Sistema Pronominal do Português do Brasil*. Revista Letras. V. 44. Curitiba: Editora da UFPR, 1995. p.91-106.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 15-25.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 43-50.

NEIVA, N. C. *Objeto direto anafórico na fala culta de Salvador: o clítico em desuso*. Dissertação de mestrado, UFBA, 2007.

NEVES, M. H. M. O processo da Gramaticalização. In: _____. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de Usos do Português*. 6 reimpr. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.80-89.

NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. 8 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975 [1910].

OMENA, N. P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de mestrado, PUC-RJ, 1978.

PAIVA, M. C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 33-42.

PALHANO, H. *O português popular do Brasil*. São Paulo: FTD, 1958.

PEREIRA, E. C. *Grammatica Historica*. 9 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2005 [1996].

ROCHA LIMA. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2003.

ROMAINE, S. *Socio-Historical Linguistics: its Status and Methodology*. New York: Cambridge University Press, 1982.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SOUSA, A. C.S. *A Rua do Maga-Sapo: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista-BA (1950-1971)*. Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, UESB, 2013.

SOUSA, V. V. *Os (Des)caminhos do você: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você*. Tese de doutorado: João Pessoa, 2008.

SILVA, J. A. A. da. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia*. Tese de doutorado, UFBA, Instituto de Letras, 2005.

SILVA-DE-SOUSA, M. A. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Dissertação de mestrado em História, UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986 [1950].

SILVEIRA, S. da. *Lições de Português*. 9. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1983 [1952].

STRATTON, P.; HAYES, N. *Dicionário de Psicologia*; tradução de Esméria Rovai. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

TANAJURA, M. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas, 1992.

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese de doutorado em Linguística. UFSC, 2003.

TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. Introduction. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, Traugott (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. V.1: Focus on Theoretical and Methodological Issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991, p. 1-14.

VASCONCELOS, J. L. *Notas filológicas*. Lisboa: Edição Revista de Portugal, 1912.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 51-57.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZORG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. (Tradução da edição original de 1986, por Marcos Bagno.) São Paulo: Parábola Editorial. 2006 [1968].

_____. Empirical foundations a theory of language *change*. In: LEHMANN, W.; Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

APÊNDICE A - Roteiro de perguntas para a entrevista



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
 Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL
 Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo
 &
 Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica



ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

Abaixo, seguem sugestões de perguntas, topicalizadas por tema, que podem ser feitas na entrevista com o informante selecionado através do Perfil Social. É importante que: (1) sejam realizadas previamente a leitura e a seleção das perguntas; e que (2), quando necessário e desejado, as perguntas sejam reformuladas pelo entrevistador.

Infância:

1. Como foi a sua infância?
2. Você se lembra de alguma história interessante que tenha acontecido com você na sua infância? Ou você se lembra de alguma história interessante na sua infância com você, com sua família ou com alguém conhecido?
3. Como eram as brincadeiras na sua infância?
4. O que você acha das brincadeiras de sua época em relação às brincadeiras de hoje?
5. Na sua opinião, as crianças sempre se divertem independentemente do tipo de brinquedo, sempre se adaptam? Ou as crianças eram mais felizes antes que hoje ou o contrário disso são mais felizes hoje, porque têm mais recursos, do que antes?
6. No Brasil e na própria região onde moramos, há crianças que trabalham desde cedo. Você conhece alguém nessa situação?
7. O que você acha disso?

Localidade - bairro/ rua

1. Você sempre morou nesse bairro?
2. Você acha bom morar aqui? Por quê?
3. Você tem vontade de morar em outro lugar? Qual? Por quê?

4. Como é que é morar nesse bairro? É movimentado ou tranquilo? Você preferiria que fosse como?
5. E a vizinhança? Como ela é?

Localidade – cidade

1. O que você acha de morar em Vitória da Conquista? Por quê?
2. Você falou que gosta (ou que não gosta) de Micareta/ Carnaval. O que você costuma fazer nesse período?
3. Você falou que gosta (ou que não gosta) de São João. O que você costuma fazer nesse período?
4. Você tem vontade de morar em outro lugar? Qual? Por quê?
5. O que você acha do clima daqui? Você gosta ou não? Por quê?
6. E os conquistenses? O que você acha das pessoas que moram aqui?
7. Quando você viaja e passa um tempo fora, quando volta tem saudades de quê? Por quê?

Profissão:

1. Você trabalha em quê?
2. O que você faz no seu trabalho? Conte a sua rotina, um dia de trabalho.
3. É essa sua profissão?
4. Você tem vontade de trabalhar em outra coisa ou em outro lugar? Por quê?
5. Como foi a experiência para você do primeiro emprego?
6. Se fosse para você escolher hoje uma profissão, qual você escolheria? Por quê?
7. Você se lembra de algum fato interessante ocorrido no seu trabalho?

Escola:

1. Onde você estuda? Tem quanto tempo que estuda lá?
2. Quais foram os motivos que impediram/ que dificultaram que você estudasse?
3. Você gosta da escola? Por quê?
4. Você teve vontade de estudar?
5. Você acha o estudo interessante e importante? Por quê?
6. O que você acha da educação em Conquista?
7. Você vê diferença na educação de hoje e na educação de antes? Em que são diferentes?
8. Você se lembra de alguma história interessante que aconteceu na escola?
9. Qual é a disciplina que você mais gosta? Por quê?

10. Se você pudesse retirar uma disciplina da escola, qual você retiraria? Por quê?
11. Você pensa em fazer vestibular? Para quê?
12. Quais os motivos que contribuíram para você escolher esse curso?
13. O que você mais gosta (ou mais gostava) na escola?

Família:

1. Como é a sua família? Você tem quantos irmãos?
2. Como é que são seus pais? Fale um pouco sobre eles.
3. Como é que são seus irmãos? Onde moram? O que fazem?
4. Vocês passavam muito tempo juntos na infância? O que vocês faziam juntos?
5. Lembra de alguma história interessante vivida com a sua família na infância?
6. Lembra de alguma história interessante vivida com a sua família?
7. Lembra de alguma viagem? Conte.
8. Você tem filhos? Como é o seu relacionamento com eles?
9. O que você acha que faz por eles que seus pais não fizeram com você?
10. Você é casado (a), tem namorado (a)? Como vocês se conheceram?

Lazer:

1. O que você costuma fazer em Conquista nos finais de semana? Você costuma sair? Para onde?
2. O que costuma fazer nesse lugar?
3. Você disse que gosta de cinema/ novela. Tem algum (a) filme/novela em especial que tenha marcado você? Que você goste mais? Qual?
4. Conte um pouco a história dele (a).
5. O que você acha das opções de lazer em Conquista?
6. O que você acha que poderia melhorar?
7. Qual é a sua diversão preferida?
8. Qual é o estilo de música que você mais gosta? Por quê?
9. O que você acha dessas músicas atuais?
10. Qual é a sua religião? Fale um pouco a respeito dela.
11. Com relação à religiosidade, a sua família também pensa com você?
12. Costuma ler livros? Lembra de algum que tenha lido? Conte a história.

Pessoais:

1. Estudar e trabalhar para você são difíceis de conciliar? Por quê?
2. O que você acha da sua forma de falar? Por quê?
3. Você mudaria alguma coisa no seu jeito de falar?
4. Você acha que todos os brasileiros falam da mesma forma? Por quê?
5. Você conhece alguém que fala diferente de você? Como é essa diferença?
6. Você já teve alguma doença mais séria? Qual foi?
7. Você já esteve diante de um evento de morte de uma pessoa querida? Como foi?
8. Como você se sentiu?
9. Você já fez algo que se arrependeu depois? Conte.
10. O que mais magoa você?
11. Você tem algum sonho? Conte.
12. Se tivesse um cargo tipo presidente da república o que faria de imediato? Por quê?
13. O que você gostaria de ver publicado na manchete de um jornal?
14. Você gosta de novelas? Quantas costuma assistir diariamente? Qual é a que mais gosta na atualidade? Por quê?
15. Ao ler revistas, o que procura nas mesmas? Qual é o seu maior interesse nas revistas?
16. E futebol? Qual é o seu time? Gosta de assistir aos jogos pela televisão ou rádios? Por quê?
17. Costuma ir a estádios?
18. Como é assistir a um jogo em um estádio?
19. Costuma viajar nas férias?
20. Há algum lugar específico que sempre vai ou escolhe lugares diferentes?
21. O que você procura fazer quando viaja? Geralmente, qual é o motivo que o faz viajar: férias, ver amigos, visitar parentes, trabalhar, participar de eventos?
22. E esse São João? O que você fez nesse São João?
23. Tem planos para as próximas férias? Quais?

APÊNDICE B – Ficha social do informante



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
 Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL
 Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo
 &
 Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica



FICHA SOCIAL DO INFORMANTE

Número: _____ Data : _____ / _____ /20_____

Entrevistador: _____ Local / Bairro : _____

1. Nome: _____

2. Endereço: _____

3. Telefone(s) para contato: _____

4. Data de nascimento: _____

5. Naturalidade: _____

6. Oriundo da : () Zona urbana () Zona rural

7. Há quanto tempo você mora nesse bairro?

8. Qual é a naturalidade dos seus pais?

PAI : _____

MÃE: _____

9. Há quanto tempo seus pais moram em Vitória da Conquista?

10. Você estuda?

() sim

() não

() nunca estudou

11. Qual a série? _____

12. Até que série estudou? _____

13. Por que não continuou os estudos? _____